

Organizadores
Angela Küster e Jaime Ferré Martí

Políticas públicas para o semiárido

experiências e conquistas no Nordeste do Brasil



Konrad
Adenauer
Stiftung

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

A Fundação Konrad Adenauer é uma fundação política da República Federal da Alemanha que, naquele país e no plano internacional, vem trabalhando em prol dos direitos humanos, da democracia representativa, do Estado de Direito, da economia social de mercado, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Os principais campos de atuação da Fundação Konrad Adenauer são a formação política, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, o incentivo à participação política e social e a colaboração com as organizações civis e os meios de comunicação.

No Brasil, a Fundação realiza seu programa de cooperação por meio de um Centro de Estudos, no Rio de Janeiro, e de uma Representação, em Fortaleza, para o Nordeste e Norte do país, sempre em conjunto com parceiros locais. Com suas publicações, a Fundação Konrad Adenauer pretende contribuir para a ampliação do debate público sobre temas de importância nacional e internacional.

Nas publicações da Fundação os trabalhos têm uma metodologia científica e tratam de temas da atualidade, principalmente nos campos das ciências sociais, políticas, econômicas e jurídicas. As opiniões externadas nas contribuições desta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

e-mail: kas-fortaleza@kas.de

www.kas.de/brasil

www.sustentavel.inf.br

www.agroecologia.inf.br

Políticas públicas para o semiárido

experiências e conquistas no Nordeste do Brasil

Organizadores
Angela Küster e Jaime Ferré Martí

Políticas públicas para o semiárido

experiências e conquistas no Nordeste do Brasil

2009



Konrad
Adenauer
Stiftung

Copyright – 2009 by FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Editora Responsável

Anja Czymmeck

Organizadores

Angela Küster

Jaime Ferré Martí

Coordenação Editorial

Miguel Macedo

Revisão e Copydesk

Vianney Mesquita

Reg. Prof. MtbE CE00489-JP

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Fernando Lima

**As opiniões externadas nas contribuições desta publicação
são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

Impresso em papel reciclado

P769 Políticas públicas para o semiárido : experiências e conquistas no nordeste do Brasil / organizadores, Angela Küster, Jaime Ferré Martí. - Fortaleza : Fundação Konrad Adenauer, 2009. 152 p. ; 15 x 22 cm.

ISBN: 978-85-99995-16-7

1. Políticas públicas – Brasil - Nordeste. 2. Desenvolvimento sustentável – Brasil – Nordeste. 3. Semiárido 4. Agroecologia.
I. Küster, Angela – org. II. Martí, Jaime Ferré – org. III. Fundação Konrad Adenauer.

CDU:332.14(812/814)
330.35(812/814)

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Av. Dom Luís, 176 - mezanino - Aldeota
60160-230 - Fortaleza - CE - Brasil

Telefone: 0055 - 85 - 3261.9293 / Telefax: 00 55 - 85 - 3261.2164

www.kas.de/brasil

e-mail: kas-fortaleza@kas.de

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

SUMÁRIO

Os autores	07
Apresentação	11
Introdução	13
1 Políticas Públicas para Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica no Semiárido Brasileiro Paulo Pedro de Carvalho	17
2 Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: a Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas Flávio Lyra de Andrade e Paula Vanessa Mesquita Queiroz	26
3 Um Olhar sobre a Luta pela Terra no Ceará – A Experiência do CETRA Margarida Maria de Souza Pinheiro	54
4 Política de Desenvolvimento Territorial. A Experiência do Fórum Territorial do Araripe (FOTEAR) Valéria Landim de Carvalho Falcão	65
5 Fitoterapia como Política Pública no Brasil: Conquista em Construção Diana Mores e Celerino Carricone	80

6 Barragens Sucessivas – A Experiência no Rio Umari – Oeste do Rio Grande do Norte – Brasil – Diaconia	95
Francisco Leonardo de Andrade Freitas e Joseilton Evangelista de Sousa	
7 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, Agroecologia e o Acesso aos Mercados	107
Angela Küster e Jaime Ferré Martí	
8 Orçamento Público: Instrumento de Luta Política	124
Edélcio Vigna	
ANEXO I	
A Rede Macambira –Agências e ONGs Apoiadas pela União Europeia no Semiárido Brasileiro	136
ANEXO II	
Carta do Riachinho	147

OS AUTORES

PAULO PEDRO DE CARVALHO, engenheiro agrônomo, formado pela Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina – FACIAGRA, janeiro de 1991, casado, nascido em Araripina/PE, em 03.06.64.

Funcionário do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, desenvolvendo as seguintes funções: Professor de Agroecologia na Escola Rural Ouricuri (janeiro/1991 a dezembro/1995); Coordenador do Programa de Criação de Abelhas (janeiro/1996 a dezembro/2000); Coordenador Geral (janeiro/2001 a dezembro/2003); Coordenador do Programa de Convivência com o Semiárido (mandato janeiro/2004-maio/2007). Atualmente é Coordenador do Programa de Políticas Públicas do CAATINGA (mandato junho/2007-maio/2010); e Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil ASA no Combate à Desertificação (desde março/2006 até presente data).

FLÁVIO LYRA DE ANDRADE é teólogo e licenciado em História. Foi estudante de engenharia e religioso franciscano. Integrou as equipes da: CPT-NE – Comissão da Pastoral da Terra Nordeste; EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares; Equipe de Educação Cidadã do Programa Fome Zero pela Assessoria Especial da Presidência da República; CRS – Catholic Relief Services.

Educador popular e pesquisador social em pastorais sociais e ONGs com atuação em educação, cidadania, desenvolvimento e questão agrária, políticas públicas e direitos humanos. Consultor de organizações sociais em planejamento, monitoramento e avaliação, sistematização de experiências, política de formação, participação popular. Atualmente trabalha como assessor técnico do Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2 da ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

PAULA VANESSA MESQUITA QUEIROZ atuou como Assessora Técnica no Centro de Estudos e Apoio ao Trabalho e Trabalhadora - CEAT (Sobral/CE); onde participou da implantação da Fase Demonstrativa do Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2, no Estado do Ceará. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA. Atualmente é Técnica Social do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC, da AP1MC/ASA Brasil.

MARGARIDA MARIA DE SOUZA PINHEIRO é graduada em Serviço Social (1970), Membro do Conselho Regional de Serviço Social e Coordenadora Geral do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador- CETRA, entidade da qual é fundadora e onde articulou a organização de mulheres trabalhadoras rurais do Ceará para o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste e da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe. Na área acadêmica, participou da pesquisa “As condições de vida e de trabalho da mulher trabalhadora rural do Ceará” (CETRA/Universidade Estadual do Ceará), que resultou na organização do livro “Ceará no Feminino – As condições de vida da mulher na zona rural”, publicado pelas Edições UFC. É coautora das Cartilhas Série Debates N°. 02 – CORPO, Conhecer para viver melhor – edição CETRA 1995; N°.03 – Conversando sobre saúde, sexualidade e violência – Edição CETRA 1997.

VALÉRIA LANDIM DE C. FALCÃO é assistente social com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente exerce a função de Coordenadora Geral do Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe –CHAPADA. Sua trajetória profissional inclui o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS URBANO /PE , Faculdade de Formação de Professores de Araripina – FAFOPA, o Serviço Social da Indústria –SESI e a Gerência do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Microrregião de Araripina/ Projeto de Execução Descentralizada / PED/PNMA – Programa Nacional do Meio Ambiente/MMA/Governo Federal.

DIANA MORES é graduada em Enfermagem pela Universidade do Chile, com mestrado em Epidemiologia e Saúde Comunitária pela Queen's University – Canadá (1980). Fez cursos em Educação para Atenção Primária à Saúde na Manchester University (1985), curso de Nutrição – Institute of Child Health – London (1985) e de Community

Health And Development - Comprehensive Rural Health Project - Jambhed – Índia (1997). É sócia-fundadora do CNMP onde atualmente desenvolve atividades de coordenação e conselheira estadual do CONSEA e integrante do Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Desde 1982, realiza assessoria a diversos grupos populares sobre atenção primária à saúde, gênero e saúde reprodutiva, segurança alimentar e nutricional.

CELERINO ALMEIDA CARRICONDE nasceu em Arroio Grande-RS. Estudou Medicina na Universidade Católica do Paraná – Curitiba, mestrando em Medicina Comunitária e Epidemiologia – Queens University – Kingston – Canadá. Fez vários cursos relacionados com a temática de plantas medicinais na Inglaterra, em Cuba e na Índia. É sócio-fundador do CNMP em 1988, onde exerce o papel de coordenador executivo. É ex-vice-presidente de Fitoterapia do Estado de Pernambuco (1994-96) e ex-membro da Comissão Nacional de Assessoramento em Fitoterápicos (CONAFIT) (1998 a 2001). Publicou diversas cartilhas e manuais sobre o uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde e em 1995 publicou o livro *Plantas Mediciniais e Alimentícias. Pesquisa sobre plantas medicinais para o boletim De Volta As Raízes*, publicado desde o ano 1986.

Desde os anos 1981 realiza assessoria a diversos grupos populares e consultoria sobre a temática de plantas medicinais e atenção primária à saúde.

FRANCISCO LEONARDO DE ANDRADE FREITAS é bacharel em Teologia, Graduando em Serviço Social pela Universidade do Tocantins - UNITINS, estudante do curso Tecnologias em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, possui formação: em Direito Humano à Alimentação Adequada, no contexto de SAN, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO; Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e Controle Social e Cidadania pela Escola de Administração Fazendária – ESAF e Controladoria Geral da União - CGU, é Membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte, Membro de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Umarizal, está na secretaria da ASA Potiguar, e é Coordenador de Apoio do Programa de Agricultura Familiar da Diaconia

JOSEILTON EVANGELISTA DE SOUSA é técnico em Agropecuária e sócio-fundador do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, e atualmente coordenador geral do Programa de Apoio à Agricultura Familiar da Diaconia. Participa dos Conselhos Estaduais em Pernambuco: Recursos Hídricos; Conselho de Desenvolvimento Sustentável; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional representando a Diaconia. No período de 1993 a 1999, desenvolveu um conjunto de experiências no âmbito da implantação e manejo de sistemas agroflorestais na região da Mata Atlântica e Agreste de Pernambuco, onde posteriormente sistematizou a publicação: Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta. Neste período representou o Centro Sabiá no Conselho Estadual de Pernambuco da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica representando as organizações da sociedade civil do Nordeste. No período de 1999 a 2005, assumiu a função de coordenação técnica do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Posteriormente assumiu a função de coordenação de apoio do Programa de Agricultura Familiar da Diaconia.

ANGELA KÜSTER é doutora em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha. Desde 2001 coordena projetos da Fundação Konrad Adenauer, escritório de Fortaleza, e a partir de 2006, atua como coordenadora geral do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, co-financiado pela União Europeia.

JAIME FERRÉ MARTÍ é engenheiro-agrônomo e mestre em Ciências do Solo e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é coordenador técnico do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado pela Fundação Konrad Adenauer e coordenador da Célula de Agricultura Urbana na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

EDÉLCIO VIGNA DE OLIVEIRA é mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UNB. É assessor na Câmara dos Deputados, do Governo do Estado de São Paulo, da Plenária Popular Constituinte e assessor para Políticas de Reforma Agrária e Soberania Alimentar do Instituto de Estudos Sócioeconômicos – INESC.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação resulta do trabalho desenvolvido por diferentes organizações não governamentais e agências internacionais, que atuam no semiárido brasileiro, batizado de Rede Macambira, como a planta nativa que cresce em todo o sertão, inclusive nas rochas, e é usada para a alimentação dos homens e dos animais durante os longos períodos de seca. Com base em projetos, que foram ou ainda são cofinanciados pela União Europeia, foi iniciado um intercâmbio institucional com quatro encontros, desde 2006, onde foram tratados temas de interesses comuns. No IV Encontro, as entidades participantes decidiram desenhar os elementos constitutivos de um verdadeiro projeto de Rede para atuar conjuntamente no Semiárido.

Um dos pontos trabalhados em conjunto são as políticas públicas no apoio à agricultura familiar e à transição agroecológica para a convivência com o semiárido.

Como missão da Rede Macambira, foi definido ser um espaço de articulação, partilha de aprendizagens e experiências para a promoção de reflexões e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro, com foco na agricultura familiar agroecológica, no meio ambiente, no protagonismo comunitário e juvenil e nas políticas públicas.

Os textos aqui apresentados mostram os exemplos e a diversidade dos projetos e atividades desenvolvidas por algumas dessas entidades, que compõem a Rede Macambira e fazem parte da Articulação no Semiárido brasileiro, a ASA, sem a qual esta publicação sobre as políticas públicas não seria completa, sendo a ASA hoje composta por cerca de 800 organizações, que tem como maior desafio a execução do Programa um Milhão de Cisternas e o desenvolvimento de estratégias para a convivência com o semiárido.

A Fundação Konrad Adenauer, escritório de Fortaleza, se propôs organizar esta publicação, tendo também um enfoque nas políticas públicas no seu programa de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza no Nordeste e Norte do Brasil, além de coordenar o Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, cofinanciado pela União Europeia (www.agroecologia.inf.br).

Assim, pretendemos dar maior visibilidade aos projetos da sociedade civil, que estão mostrando estratégias para políticas públicas inovativas no desenvolvimento sustentável do semiárido. Estes projetos envolvem os agricultores familiares como protagonistas na melhoria das suas condições de vida e de forma participativa no monitoramento nos projetos e programas governamentais, ajudando a ajustá-los segundo as suas necessidades.

Entendemos que se faz necessário um debate ampliado e aprofundado em torno dessas políticas.

Anja Czymmeck

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinaram nos últimos anos recursos significativos para o semi-árido com o objetivo de melhorar a vida dos agricultores familiares e de incentivar o desenvolvimento rural de modo mais sustentável. Algumas propostas da sociedade civil foram assumidas pelo Governo Federal e transformadas em políticas públicas, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas e do Projeto Dom Helder Câmara.

Nos últimos anos, desde 2003, quando o Governo Federal criou o Ministério de Desenvolvimento Agrário, começou a destinar mais recursos para a agricultura familiar, mediante programas e projetos que incentivam a transição agroecológica.

A regulamentação dos produtos orgânicos, a Lei 10.633, aprovada em 27.12.2007, traz bases legais para o controle da produção por meio da certificação, que pode ser institucional ou participativa.

A assistência técnica de extensão rural foi reformulada e baseia-se hoje nos princípios da agroecologia, e um número crescente de organizações não governamentais presta assistência técnica mediada por convênios com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Mesmo com estes avanços, existem contradições cada vez mais visíveis com o modelo da agroindústria irrigada, que recebe grandes investimentos dos governos em projetos de irrigação com culturas não adaptadas às condições climáticas da região, provocando grandes desperdícios dos escassos recursos hídricos e trazendo prejuízos para a economia regional, principalmente no desgaste dos solos, que são o fundamento das riquezas das civilizações e culturas. A desertificação já atinge grande parte do Nordeste e, no caso do Ceará, tem previsão

de chegar a uma redução de terras agricultáveis de 79,6%, segundo um recente estudo climático¹. Diante desse quadro, é imprescindível tomar medidas de urgência, como também a médio e longo prazos, para prevenir consequências ainda mais graves para a população, que podem provocar uma migração ainda maior para regiões com as condições mais favoráveis.

As estratégias para um desenvolvimento rural sustentável procuram, por intermédio de políticas públicas, incentivar a transição para agriculturas mais sustentáveis e equilibradas, dentro dos princípios agroecológicos.

Como diretrizes gerais para promover avanços nesse sentido, Eduardo Ehlers destaca: “o incentivo à substituição dos sistemas rotacionais diversificados; a reorientação da pesquisa agropecuária para um enfoque sistêmico; e o fortalecimento da agricultura familiar”². Estudos mostram que o modelo agroecológico vem ao encontro das aspirações da maioria dos agricultores familiares e dos consumidores, que têm a preocupação com um mundo sustentável para as futuras gerações. A demanda dos consumidores por alimentos saudáveis e mais justos é crescente no mundo todo e depende da informação dos consumidores e do acesso aos produtos, que deveriam ser promovidos pelos governos responsáveis pelo bem-estar da sua população.

Na agricultura ecológica, há uma tendência de equilíbrio entre as diferentes dimensões da sustentabilidade. Após uma etapa de transição, proporciona com o tempo um impacto favorável ao agricultor, ao consumidor e ao meio ambiente. Nas regiões desenvolvidas, os agricultores capacitados para a produção agroecológica permanecem na atividade.

Diante das mudanças governamentais e nas diferentes áreas da sociedade civil, se faz necessário sistematizar e avaliar as experiências dos movimentos e entidades que estas acumularam durante as últimas décadas e que contribuíram com a formulação de políticas públicas, programas e projetos, como também legislações, para a transição agroecológica em maiores escalas e o aceleração do processo. Ao mesmo tempo, necessita de instrumentos para o monitoramento dos resultados desse processo, atingindo cada vez mais impactos.

Neste sentido, a publicação Políticas públicas para o Semi-árido – experiências e conquistas no Nordeste do Brasil mostra a diversidade

1 Estudo “Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para Nordeste Brasileiro, 2000-2050” CEDEPLAR, UFMG 2008, fonte: Diário do Nordeste, 27/11/2008

2 Eduardo Ehlers: Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma – Guaíba: Agropecuária, 1999, pág. 125

do trabalho das ONG's que participam da Rede Macambira para trocar experiências na realização de projetos co-financiados pela União Europeia e coordenados em parceria com agências internacionais.

A ONG CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas comemorou, em dezembro 2008, 20 anos do seu trabalho com agricultores familiares e organizações locais no Sertão do Araripe Pernambucano, com sede em Ouricuri. O CAATINGA desenvolveu estratégias para conquistar políticas públicas mais adequadas para a agricultura familiar, por meio da formação de agentes locais para a participação direta nos diversos espaços políticos, em eventos e o diálogo direto com órgãos públicos, com lições importantes apreendidas ao longo dos anos.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, realizado pela Articulação no Semiárido brasileiro – ASA, desenvolveu diferentes soluções, que influenciam as políticas públicas. No Projeto 1 Milhão de Cisternas, contou até final de 2008 com 230.000 cisternas construídas em todos os estados do Semiárido, que mudaram a vida de muitas famílias no sertão.

Já o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA mostra a sua experiência na luta pela terra – um importante registro da organização social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Ceará, que deu origem aos movimentos rurais e à ONGs, que se empenham até hoje na reforma agrária, ainda não concluída.

O Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe – CHAPADA investiu junto ao CAATINGA, no Fórum Territorial do Araripe (FOTEAR), e participou do colegiado de coordenação do Fórum, que apoiou de várias formas. Desde 2003 acumulou experiências com o desenvolvimento de projetos, com base nas demandas e potencialidades do território no sertão de Pernambuco.

Um enfoque específico tem o Centro Nordestino de Medicina Popular - CNMP, que batalhou para o reconhecimento da fitoterapia como política pública no Brasil. Baseado nas experiências do seu trabalho junto a comunidades no Recife e a assessoria em quase todo o Nordeste, iniciada em 1979, alcançou a aprovação do uso de plantas medicinais no Sistema Único de Saúde – SUS e de um decreto que garante o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

A experiência da Diaconia com a construção de barragens subterâneas mostra que a implementação de novas tecnologias mais adap-

tadas para o manejo da água implica a articulação e a mobilização dos agricultores e dos diversos agentes locais. As propostas inovativas levam a um processo de debates mais profundos, que emperram muitas vezes na cultura local e nos interesses políticos, precisando de mudanças mais profundas para democratizar o acesso à água no semiárido.

A Fundação Konrad Adenauer coordena, desde 2006, o Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado - AFAM, cofinanciado pela União Europeia, em parceria com o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, o Núcleo de Iniciativas Comunitárias - NIC, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará e outras entidades. O Projeto AFAM trabalha o monitoramento e a formulação de políticas públicas para dar sustentabilidade e continuidade à transição agroecológica, especificamente no acesso aos mercados.

Não por último, o artigo de Edécio Vigna, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, sediado em Brasília, mostra o orçamento público como um instrumento para transformações políticas. A internet fornece um instrumento importante para monitorar os orçamentos governamentais em todos os níveis e reivindicar a execução adequada e eficiente, como também de recursos para suprir as demandas da agricultura familiar.

Para transformar as diferentes propostas e experiências em políticas públicas de maior escala, precisam ser trabalhados os instrumentos de monitoramento e avaliação para melhorar cada vez mais os resultados e impactos das políticas públicas para a agricultura familiar ecológica.

Os Organizadores

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

PAULO PEDRO DE CARVALHO

Há 20 anos, o CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas – iniciava um trabalho junto a comunidades de agricultores familiares e organizações locais do sertão do Araripe pernambucano, com o firme propósito de colaborar no fortalecimento da capacidade destas famílias e comunidades para viverem com dignidade, enfrentando as adversidades do clima, do ambiente, da economia e das políticas públicas inadequadas e insuficientes às reais e legítimas necessidades das populações aqui residentes. Assumindo como missão institucional: *construir uma proposta de educação e desenvolvimento agroecológicos, que possa servir de referencial para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do semi-árido brasileiro*, o CAATINGA tem construído, junto com as famílias e organizações parceiras, um conjunto de experiências e conhecimentos que confirmam a ideia inicial de que é possível, sim, viver em melhores condições mediante a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis, com base no trabalho com agroecologia aliado ao fortalecimento de agentes locais de base.

Para cumprir totalmente sua missão, no entanto, é preciso que o projeto de desenvolvimento defendido e praticado pela instituição seja totalmente apropriado pelas famílias e suas organizações e, finalmente, ganhe espaço nas políticas públicas. Assim teremos garantido grande

número de pessoas envolvidas e melhorias em suas vidas sejam visíveis e duradouras.

Chegar ao nível de política pública é, realmente, o grande desafio, pois, na conjuntura atual, apesar de grandes esforços, especialmente da sociedade civil organizada e raros gestores e parlamentares adeptos da causa, ainda não temos políticas adequadas às necessidades da agricultura familiar agroecológica, que garanta recursos financeiros e humanos capazes de dotar as diferentes comunidades rurais de capacidades e condições suficientes para conviverem com dignidade com a realidade ambiental, socioeconômica e cultural do semiárido. Isto ocorre em grande parte devido ao nível de comprometimento dos gestores públicos (governos), que priorizam os interesses próprios e particula-



res e de grupos econômicos e políticos dos quais são aliados. Assim também, o nível muito baixo de informações e, conseqüentemente, o baixo nível de participação ativa dos atores sociais nas decisões políticas, limita, decisivamente, as possibilidades de alcançar as mudanças necessárias para se chegar às conquistas tão sonhadas, especialmente, pela população mais pobre que, em algumas situações,

já não têm nem mesmo a capacidade de ter esperança.

Para manter firme nos seus propósitos e colaborar com a luta das organizações e movimentos sociais pela conquista de políticas adequadas, o CAATINGA trabalha com diferentes estratégias de ação: 1- atuação direta nos espaços de políticas públicas – conselhos, fóruns, comitês, redes, entre outros, nos níveis federal, estadual e municipal, onde busca sempre atuar em articulação e sintonia com os parceiros da sociedade civil; 2- formação e fortalecimento de agentes locais – associações, cooperativas, grupos de mulheres e jovens, STRs, conselheiros/as, fortalecendo-os nos aspectos de gestão de suas organizações, em políticas públicas, em legislações e cidadania, em desenvolvimento rural sustentável, entre outros temas; 3- participação em eventos – seminários, encontros, audiências públicas e campanhas, sempre buscan-

do aumentar as capacidades de mobilização e proposição dos agentes sociais, com o objetivo de divulgar, debater e propor ações concretas para o alcance das mudanças desejadas, bem como ganhar militantes para as lutas em defesa do grande projeto coletivo; 4- diálogo direto com órgãos públicos (prefeituras, órgãos estaduais e federais) – há momentos que exige da equipe institucional a capacidade de negociação direta de ações e programas junto a órgãos públicos nas quatro esferas de governo. Aqui se fazem necessárias diplomacia e informações, mas isso só não basta, pois é preciso ter aliados sociais fortes para ter mais poder de influência e força de convencimento, que devem estar juntos e se apoiando mutuamente na defesa do projeto comum, prevalecendo a força do antigo ditado “a união faz a força”.

Nesta caminhada de mais de duas décadas, a instituição tem identificado e manteve relações políticas com diferentes agentes e variados interesses. Pode-se identificar, pelo menos, duas categorias bastante diferentes em termos de compromissos e defesa de projetos. Poderíamos até afirmar que há projetos antagônicos:

1- aqueles que são **parceiros e aliados** do projeto político da instituição, que buscam estar juntos e mobilizados na realização de ações e participação nos espaços de definição de políticas. Neste campo, podemos citar, entre outros, as associações e cooperativas comunitárias

rurais, a FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, os STRs – Sindicatos Municipais de Trabalhadores Rurais, grupos de mulheres e de jovens, a ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro, a Rede ATER-NE – Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste do Brasil, a RECAPE – Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco. Alguns têm atuação local no território do Araripe, outros com atuação estadual e outros regional. Neste campo, não podemos deixar de citar algumas alianças, bem tímidas e contingentes, na implementação de alguma ação, com prefeituras e órgãos de governo estaduais e federais. Geralmente



são secretarias de agricultura, recursos hídricos e meio ambiente, CO-DEVASF, Banco do Nordeste do Brasil, IPA, EMBRAPA, entre outros. Neste campo, o CAATINGA busca fortalecer os laços de parceria e se fortalecer mutuamente na defesa do projeto comum.

2- Aqueles que são **adversários** do projeto, que têm outra lógica e outro compromisso com o desenvolvimento local e regional, com pouco ou quase nenhum compromisso com as questões sociais e ambientais. Prevaecem neste campo os representantes do agronegócio e do grande capital, cuja lógica é ganhar cada vez mais dinheiro, acumulando e concentrando renda, terra, água e outros bens, explorando a mão-de-obra dos pobres, degradando o meio ambiente, aumentando continuamente e progressivamente as injustiças sociais e causando conflitos entre classes e grupos sociais. Aqui podemos citar também a maioria das prefeituras e órgãos de governos estaduais e federais de pesquisa e extensão, de desenvolvimento, grupos e corporações econômicas do comércio e indústria e grupos político partidários.

Nesta ação de políticas públicas, a instituição desenvolve uma série de atividades, buscando sempre a sintonia e mobilização com os parceiros e aliados, assim como se esforçando para neutralizar ou, pelo menos, diminuir a força dos adversários. São reuniões de conselhos nos níveis municipal, estadual e federal, nos quais temos participação direta e frequente no CMDRS-O – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ouricuri/PE, CONDESBO – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Bodocó/PE, CDS-PE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco, CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nos níveis estadual e nacional, a instituição representa a ASA; atuação em alguns fóruns a exemplo do FOTEAR – Fórum de Desenvolvimento Territorial do Araripe, Fórum de Orçamento Público de Ouricuri/PE, Fórum de Mulheres do Araripe e de Pernambuco; promoção e participação em diversos eventos de discussões e proposição de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, valendo destacar: seminários e encontros locais, estaduais, regionais e nacional, audiências públicas, capacitações de associações, cooperativas, grupos de mulheres e jovens, intercâmbios de experiências de famílias e lideranças; acompanhamento sistemático às associações e cooperativas rurais, grupos de mulheres e jovens. Estão dentre as principais atividades.

Apesar da compreensão de que ainda se tem muito a avançar, já se pode destacar alguns resultados alcançados, nesta trajetória de vida institucional. São, atualmente, 68 associações e 2 cooperativas rurais, 10 municípios do sertão do Araripe, que são acompanhadas regularmente e estão mobilizadas para participar ativamente de atividades políticas e debates sobre desenvolvimento local e regional. Estas organizações



estão hoje bem capacitadas em associativismo e cooperativismo, gestão, legislação e políticas públicas, sendo que 22 organizações destas estão envolvidas mais intensamente e acumulam muitas experiências, tanto no desenvolvimento local e gestão interna, quanto melhoraram a participação ativa e qualitativa em espaços de políticas públicas –

18 associações participam em CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável em 4 municípios;

7 estão no Conselho Deliberativo de Crédito Agroecológico e Solidário, destas 3 no Comitê Gestor de Crédito;

2 no Conselho do Idoso de Ouricuri;

2 no CMS-O – Conselho Municipal de Saúde de Ouricuri;

2 no Fórum Democratização do Orçamento de Ouricuri;

1 na Pastoral da Criança;

1 no Grupo de Mulheres Jurema;

1 no Fórum de Mulheres do Araripe;

1 no Fórum de Apicultura do Araripe;

01 na FEAM-PE – Federação de Apicultura e Meliponicultura de Pernambuco; 1 no Conselho Igreja Católica Paróquia Ouricuri;

1 em Conselho Escolar e;

1 no Comitê Gestor Territorial do Araripe do PDHC – Projeto Dom Helder Câmara.

Ainda como resultados, é válido mencionar o fortalecimento de outros atores e parceiros locais na atuação em políticas públicas e melhoria do acesso a programas e ações já existentes nas políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PAA, Seguro-safra, Bolsa Famí-

lia, Crédito Fundiário; assim como atuando e acessando os benefícios de outros programas e políticas, como as ações do MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da ação do FOTEAR que congrega hoje umas 60 representações da sociedade civil e de governo, mobilizando recursos para infraestrutura e custeio para a agricultura familiar; influência em outras políticas incidentes no Araripe, como o Programa Nacional de Biodiesel; Plano de Reflorestamento do Araripe; Plano de Desenvolvimento Territorial do Araripe; o Fórum Democratização do Orçamento de Ouricuri tem feito ação junto ao legislativo deste município, influenciando na elaboração e aprovação das LOAs – Leis Orçamentárias Anuais e LDOs – Leis de Diretrizes Orçamentárias, incluindo realocação de recursos para ações e infraestruturas rurais; a Rede ATER-NE (13 ONGs em 6 estados do Nordeste do Brasil); no CDS-PE, se



conseguiu a deliberação sobre ações para a agricultura familiar de Pernambuco, aprovação do cadastro de empresas prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural e organização no DATER do MDA, inclusive a instituição é cadastrada neste sistema; a ASA alcançou a construção em torno da 300 mil cisternas no semi-árido brasileiro até 2008 (CAATINGA, contribuiu com

a construção de quase 7 mil no sertão do Araripe e Médio São Francisco), esta ação da ASA já aproxima de 1,5 milhão de pessoas atendidas com água de beber e mobilização e formação para a convivência com semiárido; a ASA-PE estabeleceu parceria PRO-RURAL em 2008 para a implementação de 10 mil cisternas no Estado, onde a ASA-PE fará processo de mobilização e formação das comunidades junto com os conselhos municipais.

Em termos de números quanto à mobilização de recursos, podemos dar os seguintes destaques para a ação do CAATINGA junto às redes e parcerias onde atua: já ultrapassa o valor do 400 milhões de reais a mobilização de recursos da ASA Brasil junto ao Governo fede-

ral e outros parceiros, como a cooperação internacional e Iniciativa privada para implementação de dois programas da articulação: Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC e Uma Terra e Duas Águas – P1+2, desde o ano 2002 até 2008; mais de 620 mil reais que o FOTEAR conseguiu mobilizar da SDT/MDA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário; 650 mil reais para infraestrutura rural realocados dentro da LOA 2008 de Ouricuri pelo Fórum de Democratização do Orçamento; já o GTCD – Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação da ASA Brasil, – mobilizou nestes últimos 3 anos um valor aproximado de 1,2 milhão de reais para ações de divulgação, conscientização, planejamento e implementação de ações concretas nas comunidades das ASDs – Áreas Susceptíveis à Desertificação no Brasil, junto ao Ministério do Meio Ambiente, União Europeia, GTZ, DED e IICA. Este GT tem mantido articulação com diversos parceiros e mantido a discussão dentro da ASA Brasil na luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca. Neste sentido, atualmente se aproxima também do Congresso Nacional, através da Frente Parlamentar Ambientalista, assim como dos governos estaduais dos 11 estados onde estão as ASDs, com o objetivo de colocar na agenda política nacional maior prioridade ao desenvolvimento sustentável do semiárido, promovendo a agroecologia, os meios de vida sustentáveis e combate à desertificação. Esta articulação entre Congresso Nacional, MMA e outros ministérios, governadores estaduais, cooperação internacional e sociedade civil, conseguiu avanços importantes no segundo semestre de 2008. O tema do semiárido, da desertificação, da caatinga, é motivo de debates e divulgação ampla da mídia, assim como alguns compromissos têm sido assumidos por governos Estaduais, Federal e Congresso Nacional por políticas mais amplas e concretas para o desenvolvimento sustentável do semi-árido. Exemplo disso foi a emenda parlamentar de 85 milhões de reais para o combate à desertificação, aprovada no segundo semestre de 2008 pelo Congresso Nacional, e o recém-criado Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que prevê recursos anuais na ordem dos 300 milhões de reais, sendo que aproximadamente se estima uns 60% a 70% para o desenvolvimento sustentável do semiárido, incluindo o combate à desertificação.

LIÇÕES APRENDIDAS

Em toda esta caminhada de compromisso e atuação direta junto a famílias, comunidades e atores sociais na luta pelo fortalecimento e promoção do projeto social para uma vida digna para todas as pessoas do semiárido, por meio do desenvolvimento sustentável, da agricultura familiar de base agroecológica e fortalecimento das organizações sociais, o CAATINGA pode hoje enumerar algumas lições de vida que foram e serão essenciais considerar em ações que têm pretensões de influenciar de forma ativa, qualificada e decisiva nas políticas públicas. Podemos destacar as seguintes: - trabalho em redes e articulações, que promovem o fortalecimento mútuo e aumento o poder mobilização e força política; - investir em ações concretas de infraestrutura, de formação e de produção, aliadas às ações de mobilização e participação política, pois assim consegue-se mobilizar um maior número de pessoas e organização para defesa do grande projeto; - fortalecimento de atores sociais parceiros, cada ator envolvido tem que ter o compromisso com o fortalecimentos dos demais, pois, é obvio, a força do conjunto será proporcional e equivalente às fortalezas de cada um individualmente; - os aspectos da comunicação e diálogo tem que ser sempre bem claros, dinâmicos e eficientes, para não gerar incompreensões e muito menos contradições e incoerência no pensar, agir e no discurso; - o diálogo e negociações com gestores públicos governamentais em qualquer nível, depende da participação e força do conjunto. Neste aspecto ter a mídia como parceira é fundamental; - por último, mas tão importante quanto as demais, a capacidade de mobilização que deve ser cada vez mais fortalecida com o envolvimento de agentes políticos com compreensão e apropriação da lógica do grande projeto, mas, especialmente, tendo a clareza de como interfere na sua vida, de sua família e da organização que faz parte.

O ser humano é essencialmente sociável e político, significando que precisa estar em permanente diálogo, comunicando-se uns com os outros, inclusive realizando atividades e ações conjuntas que podem envolver dezenas, centenas, milhares e, até mesmo, milhões de pessoas, na busca de objetivos comuns. O simples fato de duas pessoas conversarem pode significar mudanças importantes para a vida de uma delas, de ambas ou até mesmo de muitas outras pessoas que podem

ser atingidas nas decisões tomadas por estas duas. E assim são a vida, o diálogo e a comunhão entre as pessoas criando caminhos e gerando mudanças na busca permanente do ser humano por melhorias na qualidade de vida. O poder de influenciar nas decisões, entretanto, é sempre mais forte quando as pessoas estão organizadas e conscientes dos seus direitos, deveres e papéis na sociedade. É assim a crença e prática do CAATINGA em comunhão com uma série de agenes e articulações irmanados em torno do grande projeto por uma vida digna e sustentável no semiárido brasileiro, que, por sua vez, se articula com um sonho de sociedade justa e fraterna no planeta Terra.

Parceiros/apoiadores do CAATINGA nesta ação: União Europeia, OXFAM (GB, NOVIB e INTERMÓN), CRS, Visão Mundial, DED, GTZ, Governo Federal (MDA, MDS, MMA, CODEVASF).

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – ASA E O SEU PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZA- ÇÃO E PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A INFLUÊNCIA DA ASA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FLÁVIO LYRA DE ANDRADE
PAULA VANESSA MESQUITA QUEIROZ

*Sertão, minha terra amada,
De bom e sadio crima,
Que me deu de mão beijada
Um mundo cheio de rima.
O teu só é tão ardente,
Que treme a vista da gente
Nas paredes de reboco,
Mas tem milagre e virtude,
Que dá corage, saúde
E alegria aos teus caboco*

Patativa do Assaré

O texto que ora apresentamos busca expressar a dinâmica em que se insere a ASA – Articulação do Semiárido, em sua intervenção política no cenário dos movimentos sociais populares no Brasil.

Recolhemos aqui reflexões sobre o surgimento da ASA e a sua importância para formulação de outro paradigma de desenvolvimento para a região semiárida brasileira, baseado na ideia de convivência, de valorização das potencialidades do semiárido e dos saberes da sua população sertaneja.

Recuperamos um pouco da história da ASA, sua forma de organização em rede e elaboração de propostas de políticas públicas. Resga-

tamos escritos que sistematizam a experiência vivenciada na execução do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido, em suas ações desenvolvidas pelos Projetos “Um Milhão de Cisternas” (P1MC) e “Uma Terra e Duas Águas” (P1+2)¹.

Para isso organizamos o texto em quatro partes:

- Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA;
- ASA como rede de organizações sociais: estratégia e metodologia de trabalho;
- Proposições da ASA para formulação e implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido;

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Experiência dos Projetos P1MC e P1+2

1 Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA

1.1 Uma nova visão crítica da política do semiárido

Historicamente, as políticas públicas impulsionadas pelo Estado (especialmente a partir dos anos 60) expressaram-se no semiárido de forma localizada através de projetos de irrigação associados à implantação de polos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas. Malgrado o rápido crescimento econômico que tem marcado o desempenho desses projetos, eles acabaram por se transformar em enclaves de dinamismo, geraram contrapartidas socioambientais negativas, acentuando a histórica diferenciação social no meio rural e degradando o meio ambiente. Avaliações feitas por organismos internacionais constatam que os projetos de irrigação no semiárido brasileiro são um sucesso do ponto de vista da lucratividade empresarial e um desastre sob o prisma dos ganhos sociais.

Outra característica marcante das políticas públicas implementadas no semiárido tem sido a construção de grandes infraestruturas hídricas espacialmente concentradas e geralmente alocadas nas proximidades das grandes fazendas, engendrando processos de concentração de poder e de dependência econômica e política das famílias pobres para o acesso às fontes de água.

1 Utilizaremos os textos produzidos pela ASA sem por aspas e as referências, dado que a opção em geral da presente redação é apresentar formulações da ASA, assumindo como tarefa apenas dar-lhe um ordenamento lógico apropriado a essa publicação. As referências relativas aos textos da ASA aqui utilizados estão citadas na bibliografia.

O acesso à terra e à água são direitos humanos básicos, que necessitam ser urgentemente efetivados para toda a população, em especial para agricultores e agricultoras familiares do semiárido brasileiro.

As experiências em curso de captação de água das chuvas em milhares de propriedades e comunidades, com métodos simples, baratos, acessíveis, de domínio dos agricultores e agricultoras, de comprovada eficiência técnica, já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d'água, propiciando o acesso e o uso de forma difusa da água para consumo humano e produção de alimentos.

A oferta centralizada de água, por meio de grandes barragens e adutoras, centrada em políticas historicamente emergenciais, formuladas e implementadas sem a participação da sociedade civil, beneficia, tão somente, os grandes proprietários e as grandes empresas e não democratiza o acesso à água de qualidade para todos, suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial à vida.

Resultado da mobilização social da ASA em suas parcerias com o Governo Federal, a Cooperação Internacional e com apoio de setores da iniciativa privada, o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), estratégia de captação de água de chuva para a família beber e cozinhar, já mobilizou mais 250.000 famílias, construindo mais de 230.000 cisternas distribuídas em todos os estados do semiárido.

1.2 Um pouco de história da ASA e da sua concepção de desenvolvimento sustentável para o semiárido

“O que há de novo nas políticas públicas no semiárido?” A essa pergunta, responde uma tese de doutorado da UNB², escrita por um potiguar, resgatando alguns acontecimentos que relatam um pouco da história política recente do semiárido, situando as disputas de concepção sobre os paradigmas de desenvolvimento pensados e praticados na região e o lugar que ocupa a ASA para afirmação de uma concepção de convivência com o semiárido. Vejamos a distinção de concepções que esse trabalho identifica.

Alternativas de desenvolvimento no semiárido brasileiro. Esta questão e as suas possíveis respostas resultam colocadas por vários atores sociais e sob diferentes perspectivas. Alternativas

2 Cf. SILVA, 2008.

para modificação dessa realidade sócio-econômica são propostas e experimentadas há muito tempo no semiárido. Deixando de lado os pessimistas que não acreditam na possibilidade de desenvolvimento naquela região, verifica-se que foram apresentadas ou estão em formulação três propostas ou alternativas para aquela realidade:

- combater as secas e os seus efeitos;
- aumentar a produção e a produtividade econômica na região, sobretudo com base na irrigação;
- e conviver com o semiárido, combinando produção apropriada com a qualidade de vida da população local³.

Feita a distinção das concepções em disputa, vejamos como o mesmo situa a gênese da ASA e sua influência na formulação e implementação de políticas públicas para convivência.

Nas últimas décadas do século XX, novos atores sociais e políticos entram em cena na apresentando um discurso renovador e comprovando, com seus experimentos, a possibilidade de um desenvolvimento sustentável no semiárido. Abre-se um período de disputas na formulação de políticas públicas para esse espaço brasileiro. São perceptíveis algumas mudanças nos discursos e nas ações governamentais no semiárido brasileiro.

Um conjunto de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam no semiárido e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão rural, (...) passaram a desenvolver propostas e a experimentar tecnologias hídras e produtivas, alternativas e apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do semiárido.

(...) Na seca de 1992 a 1993, houve uma mudança qualitativa na reação da sociedade civil organizada, pressionando o governo federal por ações imediatas e cobrando a elaboração de um plano de ações permanentes no semiárido. Em março de 1993, milhares de trabalhadores rurais organizados pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e ONGs, realizaram ato público em Recife e ocuparam a sede da SUDENE, exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para desenvolvimento do semiárido. Com a criação do Fórum Nordeste, composto por mais de trezentas organizações da sociedade civil da região, foi elaborada uma proposta de Ações

3 Cf. Silva, 2008.

Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste semiárido brasileiro, centrada no fortalecimento da agricultura familiar, no uso sustentável dos recursos naturais e na democratização das políticas públicas.

As organizações sugeriram ao governo federal a promoção de um processo permanente e auto-sustentado de desenvolvimento no semiárido que permitisse melhorar a renda das famílias até patamares que garantam a segurança alimentar, promoção de acesso aos serviços básicos, em qualidade e quantidade compatíveis com a demanda existente e fortalecimento dos processos de organização da população, de modo a efetivar um real exercício da cidadania.⁴

A movimentação de ocupação da SUDENE, o Fórum Nordeste de 1993 e o exercício de formulação de uma proposta alternativa de desenvolvimento para o semiárido, foram a base para a criação do que é a ASA hoje. Vejamos o registro que faz um assessor sindical, à época da fundação da ASA, sobre contexto e a sua gênese.

O movimento sindical de trabalhadores rurais e urbanos, as igrejas, associações, cooperativas, ONGs e técnicos de diversas instituições, que atuam no semiárido, vinham, ao longo da história, se opondo, de forma desarticulada, a política do poder central em benefício das oligarquias regionais do Nordeste, do semiárido brasileiro. As posições eram parciais, setoriais e reativas. Em 1993, diante de mais uma seca, e dado o desca-so das autoridades para com a execução de políticas públicas e de desenvolvimento para o semiárido, coube à sociedade civil organizada ocupar a SUDENE e propor ações emergenciais e permanentes para o desenvolvimento da região.

Este ato, por si só, foi um fato inusitado. Pois essa instituição era imbuída de uma simbologia marcante na luta histórica dos nordestinos por políticas regionais e de combate às secas. Porém o mais importante foi à sociedade: quebrar o monopólio da elaboração das políticas públicas, até então nas mãos da burocracia estatal; assumir uma postura de intervenção articulada, organizada e propositiva; contestar as ações emergenciais e exigir ações permanentes; quebrar o setorialismo propondo a integração das políticas, exigindo um plano para o desenvolvimento do

4 Cf idem.

semiárido; apresentar um modelo de gestão das políticas públicas que vai da concepção, gestão, execução, fiscalização ao acompanhamento e à avaliação.

Essa intervenção organizada e propositiva da sociedade deu origem ao Fórum Nordeste, ao Forcampo (no Rio Grande do Norte), à Articulação do semiárido (Paraíba) e um número considerável de articulações e ações da sociedade que, ao longo desses anos, em todos os níveis e todos os setores e atividades, demonstram a justeza do processo desencadeado, bem como a viabilidade das políticas apresentadas para o desenvolvimento do semiárido. As entidades se articularam, em nível regional, por ocasião da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Convenção de Combate à Desertificação – COP 3. Organizou-se um Fórum paralelo, com grandes repercussões e realizou-se um seminário da sociedade civil, renovando as propostas de 93 e apresentando a Declaração do semiárido e a criação da Articulação de Entidades do semiárido – ASA.⁵

Para melhor contextualizar a constituição da ASA, situando suas proposições na conjuntura de finais dos anos 90 e início dos anos 2000, vejamos algumas razões que explicam a retomada da mobilização da sociedade ante as frustrações diante da ineficiência e insuficiência das ações governamentais.

A ação governamental na seca entre 1998 e 1999 pode ser considerada uma síntese quase perfeita da forma como se comportou o poder público durante todo o século XX, nas ocorrências de secas no semiárido: a reação tardia pressionada pelos governantes locais, pelos riscos de perda de controle da situação e pela pressão da opinião pública; a demora na implementação de ações emergenciais, quando a gravidade dos problemas estava avançada; e a destinação de recursos para ações emergenciais e o corte de recursos, logo após o período mais grave da estiagem, caracterizando uma descontinuidade das ações.

Diante das novas frustrações, em 1999, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes das nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), ocorrida em Recife, Pernambuco, representantes de movimentos sociais, de entidades religiosas e de ONGs divulgam a Declaração do semiárido, afirmando que a convivência com as condições do semiárido brasileiro é possível.

O documento apresenta um conjunto de propostas baseadas em duas premissas: o uso sustentável dos recursos naturais do semiárido

5 Cf. Araújo, 2001.

e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção. O documento serve de referência como manifesto de constituição da Articulação do semiárido (ASA), que hoje mobiliza cerca de 700 organizações no Brasil, estando em franca expansão.⁶

Desde a rearticulação das entidades que constituíram o Fórum, em 1993, e que no evento paralelo à COP fundaram a ASA – como um fórum de organizações da sociedade civil, que estas entidades vêm lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro, vindo a consolidar-se como espaço de articulação política da sociedade civil em fevereiro de 2000, quando elabora o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).

Em 2002, foi criada a Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - AP1MC. Trata-se de uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) que compõe a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) com o objetivo de gerenciar o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). A Associação, em 2007, também passou a fazer a gestão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Até bem recentemente, a disseminação das experiências em agroecologia das famílias e comunidades rurais do semiárido tinham se dado apenas com base na direta das organizações da sociedade civil, com pouco apoio dos órgãos governamentais de ensino, pesquisa agrícola e extensão rural. Essa realidade agravava a dificuldade dos processos sociais dedicados à promoção de um novo modelo de desenvolvimento rural, fundado na sustentabilidade ecológica, na viabilidade econômica e na justiça social.

Têm sido eficientes os processos de geração e disseminação de inovações agroecológicas e de tecnologias sociais baseados nos intercâmbios entre agricultores-experimentadores desenvolvidos por suas próprias organizações. Para fomentar a transição agroecológica do modelo de desenvolvimento rural, o Estado deve tanto investir no apoio às dinâmicas de inovação promovidas pela sociedade civil, ao financiar processos de experimentação e de intercâmbios entre agricultores e agricultoras, quanto reorientar o enfoque teórico e metodo-

6 Cf Silva, 2008.

lógico que baliza o processo oficial de produção e disseminação dos conhecimentos científicos para a agricultura.

A realidade das experiências em curso também demonstra que os significativos avanços alcançados no plano da segurança e soberania alimentar, da geração de renda e da conservação dos recursos naturais, não são extensivos a todas as famílias do meio rural que, de uma forma ou de outra, vêm interagindo com as dinâmicas sociais de inovação agroecológica. As famílias sem-terra ou com pouca terra são as que menos se beneficiam das inovações, permanecendo em uma situação de grande vulnerabilidade alimentar.

Esse quadro revela a necessidade de profunda reestruturação fundiária no semiárido, para que o ideal de uma agricultura sustentável e democrática, com segurança e soberania alimentar e nutricional, seja efetivamente alcançado. Nesse sentido, ressalte-se a importância da reforma agrária como componente estratégico da promoção social e econômica de grande parcela da população rural do semiárido.

As experiências desenvolvidas e articuladas pela ASA são uma prova concreta de que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural gerador da insegurança alimentar no semiárido. Elas são reveladoras da possibilidade do estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, nas quais o papel do Estado deve crescentemente apoiar as iniciativas autônomas e criativas, gestadas no seio da sociedade. Além do mais, só com a promoção de uma sociedade civil ativa, será possível efetivamente democratizar o Estado, de forma a superar a cultura política dominada pelas práticas de assistencialismo e clientelismo responsáveis pela manutenção da malfadada "indústria da seca".

2 ASA como rede de organizações sociais: estratégia e metodologia de trabalho

Vimos aqui destacar a estratégia de articulação de uma rede de organizações sociais, trazendo a memória da criação do Fórum do Semiárido da Paraíba, que se estruturou em 1993.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em publicação sobre os conflitos de terra nos Estados do RN, PB, PE e AL em 1993, traz reflexão sobre o fenômeno da constituição de articulações de movimentos sociais na região, como estratégia de intervenção política e metodologia de ação das organizações sociais.

Em junho de 1993, o DNTR/CUT-PB, CENTRAC, CEPFS, PATAC e PROPAC, realizaram em Campina Grande, um Seminário sobre o semiárido. A Articulação do semiárido Paraibano nasceu nesse Seminário, com o objetivo de repensar a região como uma área que tem perspectivas de desenvolvimento sustentável e a partir dessa concepção elaborar propostas de convivência com o semiárido paraibano. A primeira coordenação da ASA-PB foi integrada pela CPT-Sertão, DETR/CUT, Pólo Sindical do Agreste e do Brejo, PATAC, CENTRAC, SEDUP e MMTR.⁷

Observando as entidades promotoras do Seminário de fundação da ASA-PB e de sua primeira coordenação, temos bem ilustrado o campo de entidades e organizações da sociedade que vão compondo a rede de organizações sociais hoje articuladas em todo o semiárido brasileiro. Também observamos o esboço da concepção de rede social que impulsiona a formação dessa nova forma de organização e estruturação para ação dos movimentos sociais.

Esta iniciativa se insere na perspectiva de iniciativas de articulação de entidades e movimentos do campo. São redes sociais que buscam recolher o acúmulo de experiências de base dando a estas um canal de expressão e criando um espaço de elaboração de proposições que respondam as diversas demandas, dentro de determinados eixos temáticos de interesse. Tais experiências nos trazem indicações de novos caminhos percorridos pelos movimentos sociais no campo.

É nas articulações entre organizações e atores políticos e nas subsequentes criações de redes que vem se constituindo um movimento social no sentido dado por Alain Touraine. Segundo esta noção, temos um movimento social quando se trata de um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização de recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética. Portanto, refere-se aqui a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social^{8,9}.

7 CPT NE, 1994

8 SCHERER-WARREN apud CPT NE, 1994

9 Cf. CPT NE, 1994

A ASA como espaço de articulação firma-se como uma grande rede social, na qual atualmente, mais de 1000 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais fazem parte.

Destacamos aqui textos de publicações que abordam ações de mobilização social do programa Fome Zero, no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo, no início da gestão do primeiro governo Lula. Esses textos tratam sobre o semiárido e a ASA, situando-a e descrevendo sua estratégia como uma das redes de movimentos sociais que contribuem para termos um outro semiárido, sem fome e sustentável.

(...) reunindo várias redes de movimentos sociais¹⁰ (...) entendemos (...) que o ponto de partida para impulsionar o trabalho dos movimentos sociais no sentido da formulação de uma política de segurança alimentar e nutricional, com participação popular, numa linha de universalização de direitos, seria identificar o potencial das ações já desenvolvidas pelos movimentos (...).

Ações que promovem a convivência com o semiárido e propõem um desenvolvimento regional sustentável. A referência para entender e enxergar a dimensão da proposta de convivência com o semiárido se expressa pela ampla rede de intervenção das entidades que compõe a ASA. Esta se articula enquanto uma proposta de política pública de convivência com o semiárido para o desenvolvimento da Região, formulada a partir da experiência vivenciada por organiza-

10 Estamos chamando de Redes de Movimentos Sociais as articulações existentes na região semiárida, que reúnem entidades da sociedade civil ligadas ao campo político, democrático e popular, agregando os segmentos sociais vinculados às ações e lutas das pastorais sociais das igrejas, sindicatos, ONGs (que trabalham com várias temáticas), moradia, terra, meio ambiente, geração de renda (associativismo/cooperativismo), pequenos agricultores/agricultoras familiares, mulheres, gabinetes parlamentares...

Da listagem dos movimentos e redes que participaram desse encontro e sua diversidade, citamos alguns que mais se repetiram: ASA (Articulação de Entidades do semiárido Brasileiro, constituída por ONGs, organismos de igrejas, movimento sindical rural, cooperativas de assistência técnica); pastorais sociais (dentre essas a Cáritas e a Pastoral da Criança); MST; CUT; federações de trabalhadores na agricultura (FETAGs); fóruns de economia popular solidária; fóruns de segurança alimentar e nutricional...

ções da sociedade e a elaboração de um conjunto de ações articuladas para o convívio dos agricultores familiares de forma sustentável com esse ecossistema¹¹.

Essa ação tem maior visibilidade hoje pela execução do P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas. Programa que se baseia no objetivo de atender a necessidade de abastecimento de água potável para todas as famílias que moram no semiárido, construindo cisternas familiares, reunindo e apoiando iniciativas de comunidades em processos de mobilização social, capacitação em gestão de recursos hídricos e construção das unidades de cisternas.¹²

Tendo aqui reconhecida a natureza da ASA como parte das Redes de Movimentos Sociais, que inovam como organizações sociais nas suas práticas, nas formas de fazer a mobilização social; participar na gestão das políticas públicas; realizar arranjos institucionais de parceria; organizar descentralizada e colegiadamente a direção política. Vimos aqui recuperar relato em um texto que busca registrar aspectos inovadores da estratégia e metodologia de ação da ASA, que demonstra aspectos inovadores dessa atuação em rede.

Ao defender a garantia de acesso à água pela população do semiárido, em seu principal programa de ação, o P1MC, a ASA põe em destaque o antigo problema ambiental da região a partir de um novo posicionamento. O P1MC não se restringe a armazenar água de chuva em cisternas, mas fundamentalmente, em mobilizar e formar a população no sentido da convivência com o semiárido. Entende-se por esta postura, trabalhar na perspectiva de alteração do quadro de dependência política que sustenta a ideia da inviabilidade em se viver na região. Neste contexto, a organização política da sociedade tem sido uma estratégia fundamental assumida pelas entidades para fortalecer a luta em defesa da vida no semiárido e combater a dependência política que está na base das dificuldades que enfrentam as famílias residentes na região, pautando suas ações pelo discurso da possibilidade de convivência com o semiárido.

11 Ver texto com proposta de desenvolvimento para o semiárido apresentado pela ASA no processo de discussão do GT de recriação da SUDENE.

12 Cf. Andrade, 2004.

Ao defender a possibilidade de convivência com o semiárido, a ASA, em suas metodologias de trabalho executadas pelas entidades filiadas, institui a **gestão coletiva do conhecimento como princípio metodológico** característico de sua atuação, reconhecendo a complexidade que envolve a vida na região. As entidades não têm um programa ou orientação metodológica que defina suas ações a priori. Ao contrário, compartilham entre si algumas referências nordestadoras do trabalho, como a defesa da convivência com o semiárido, o desenvolvimento sustentável da região, a garantia de processos participativos, tendo, portanto, autonomia na elaboração de suas próprias estratégias de ação. Avaliamos que a pluralidade de recursos metodológicos destaca-se como aspecto positivo da rede, já que garante a autonomia das entidades filiadas e as articula em torno das mesmas diretrizes da prática.

Em intercâmbios, (...) o diálogo entre pares e não a “imposição” de alguém (muitas vezes externo à realidade, como a figura do técnico tradicional) se constitui no espaço pedagógico propício para a construção de conhecimento

(...) É expectativa geral dos que trabalham na rede da ASA que o conjunto de experiências alternativas na relação com a realidade ambiental do semiárido é considerado como orientação que deve tomar as políticas públicas para a região, referências concretas da possibilidade de se viver e trabalhar no lugar.

O lugar tradicionalmente ocupado por um líder como personagem mais habilitado que outros para negociar assuntos de interesse da coletividade e que centraliza o poder de decisão encaminhando questões referentes ao grupo, sob a justificativa do exercício da democracia pela representatividade, também é deslocado quando observamos a experiência da ASA. Semelhante à questão do saber que avaliamos descentralizada, a questão do poder também parece escapar da prática convencional. O fortalecimento da organização sócio-política dos agricultores a partir da gestão coletiva do conhecimento e do fortalecimento de coletivos, sinaliza para o respeito que as entidades e os técnicos têm para com os valores, símbolos, história e tradição do povo do semiárido (...) ¹³

13 Cf. Galindo, 2004.

3. Proposições da ASA para formulação e implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido¹⁴

Mediante ações articuladas e coletivas das entidades que atuam no semiárido brasileiro - SAB, a ASA tem formulado proposições para políticas públicas de convivência com o semiárido, fundamentadas em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Essas propostas foram elaboradas pelo conjunto da rede ASA, por meio de suas dinâmicas de debate coletivo em encontros estaduais e nacional, que se consolidou em sua última carta política saída do VI ENCONASA realizado em 2006, no Crato-CE – as quais apresentaremos adiante.

A ASA acredita ser possível promover a sustentabilidade socioambiental no semiárido brasileiro através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas dessa região, numa perspectiva que incorpore, no seu dia-a-dia, a vivência equitativa de gênero, o respeito e a valorização das etnias, com a participação efetiva de crianças e jovens.

Na proposta de desenvolvimento do semiárido, o conceito de territorialidade aparece com destaque. Esse conceito permite uma nova leitura do espaço agrário. O território do agronegócio organiza a paisagem de modo uniforme e homogêneo, reflexo da presença da monocultura e da pouca presença de pessoas. A paisagem é dominada pela mercadoria. O contraponto proposto pela ASA é o território camponês, da agricultura familiar, dos extrativistas. A paisagem é diversificada, com a presença de muitas pessoas, diversos tipos de produtos, infra-estrutura social etc. O espaço agrário é complexo, de vida e de trabalho. Essas duas formas de organização formam tipos diferentes de territórios, havendo processos de disputa do espaço agrário existente pelas diferentes concepções de território.

Entendemos que, mesmo registrando avanços em diversas áreas, o padrão de desenvolvimento rural ainda prevalente desperdiça a sa-

¹⁴ Apresentação do acúmulo das formulações políticas da ASA expressas em documentos saídos de seus encontros nacionais – Carta da Terra 2004, Carta Política Gênero 2006, Carta Política do VI ENCONASA 2006.

bedoria de nossa população rural em aproveitar, de forma sustentável, as ofertas da natureza. O ciclo da agricultura predatória ainda não foi rompido, o esgotamento dos nossos recursos naturais e, principalmente, a não-valorização da força e da cultura de milhões de homens e mulheres do campo continua sendo um triste fato.

Registramos, com satisfação, iniciativas do Governo e da Sociedade brasileira, sensibilizados e engajados na eliminação da fome e da desnutrição em nosso País. A recente aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) constitui-se um importante passo nesse sentido. Acreditamos, entretanto, que somente um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na valorização do potencial ambiental de nosso território, no aproveitamento da capacidade de trabalho e nas soluções criativas da agricultura familiar, poderá consolidar esse processo.

As experiências bem-sucedidas de agricultura familiar de base agroecológica, apresentadas e discutidas no VI ENCONASA, revelam outra realidade no campo. São agricultores e agricultoras que inovam, produzem, empreendem, mostrando, de forma concreta, a possibilidade de convivência com o semiárido.

São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se podem extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a promoção de segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o semiárido.

3.1 Proposições da ASA consolidadas no VI ENCONASA

Acesso à Terra

A concentração fundiária no semiárido brasileiro é histórica e constitui-se numa das principais causas da situação de pobreza, miséria e insegurança alimentar da região. Os latifúndios improdutivos, os grandes projetos do agronegócio, as grandes fazendas de gado tradicionais têm reforçado esta injusta estrutura de distribuição de terras. Muitas famílias ainda trabalham em terras alheias ou em minifúndios superexplorados e com terras em péssimas condições de produção, fragilizando sua segurança alimentar e nutricional.

Diante desse dramático quadro, a ASA

a) Defende: uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade, como a grande oportunidade de geração de emprego, trabalho e renda no País e aumento da quantidade de alimentos acessível à população; defende a reforma agrária democrática e sustentável como condição insubstituível para a democratização do acesso à água no semiárido e como garantia de segurança alimentar e nutricional na região; a revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras; reivindica a regulamentação da exigência de cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho); que sejam destinadas para a reforma agrária terras públicas, hoje arrendadas a preços irrisórios para plantio de eucalipto e outras monoculturas, e fazendas com práticas de trabalho escravo; os direitos das populações locais que vivem dentro ou no entorno das Unidades de Conservação, assegurando a sua participação na gestão dessas unidades e nos processos de decisão sobre a criação de novas unidades; a aprovação da proposta de Emenda Constitucional que prevê a expropriação de áreas onde ocorre o trabalho escravo.

b) Reivindica: a regularização da posse da terra para as diversas categorias de agricultores e agricultoras familiares, que não detêm a propriedade formal da terra, dentre elas, a que desenvolve experiências de fundo de pasto; a implementação de uma política agrícola voltada para os(as) assentados(as) de reforma agrária, que privilegie ações com enfoque agroecológico e de convivência com o semiárido, a partir das linhas de crédito específicas, baseadas nos interesses e aptidões das realidades locais; a revogação da MP 2027/2000, que impede vistoria de áreas ocupadas; a efetiva garantir ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro).

c) Reforça: a desapropriação como principal instrumento para se empreender uma reforma agrária que garanta a mais ampla inclusão social, apoiando afetivamente o *II Plano Nacional de Reforma Agrária* e outras iniciativas de acesso à terra que venham a complementá-lo, exigindo para os mesmos a alocação efetiva de recursos; posiciona-se contrária a qualquer tipo de privatização ou mercantilização da terra; apóia o limite do tamanho da propriedade da terra em 35 módulos fiscais, conforme campanha realizada pelas entidades que compõem

o Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo; pede o imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas, a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos, garantindo o reassentamento aos agricultores familiares.

Acesso à Água: Vida e Liberdade para as Famílias do semiárido

O acesso à água é um direito humano básico que necessita ser urgentemente efetivado para toda a população, em especial para os agricultores e as agricultoras familiares do semiárido brasileiro; no entanto, as políticas de recursos hídricos, desenvolvidas ao longo dos anos para a nossa região, baseadas prioritariamente nas grandes obras hídricas, provocaram degradação ambiental e exclusão social.

As ofertas centralizadas de água, por meio de grandes barragens e adutoras, centradas em políticas emergenciais, formuladas e implementadas sem a participação da sociedade civil, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas, além de não democratizarem o acesso à água de qualidade para toda a população.

As legislações em vigor apontam para a crescente mercantilização da água, suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial à vida. Por outro lado, as experiências de captação de água das chuvas, desenvolvidas em milhares de propriedades e comunidades rurais da região, baseadas em metodologias simples, baratas, acessíveis, de domínio dos agricultores e das agricultoras, e de comprovada eficiência técnica, já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d'água para a segurança alimentar, nutricional e hídrica das populações do semiárido brasileiro.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), vêm se revelando uma excelente experiência de mobilização social e articulação de recursos e políticas para a convivência com o semiárido.

Diante deste quadro, defendemos: a garantia da continuidade do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, em seus projetos, P1MC, como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade pelas famílias do semiárido brasileiro, e P1+2, que valoriza e incorpora conhecimentos, práticas e

tecnologias já desenvolvidos com êxito pelos agricultores e agricultoras, nas políticas de captação de água, para produção de alimentos; a garantia da oferta difusa da água, tanto para consumo humano quanto para a produção de alimentos, opondo-se a qualquer tentativa de concentração e privatização da mesma; a desprivatização dos açudes construídos com recursos públicos, garantindo às populações, especialmente as mais necessitadas, o acesso à água desses reservatórios.

Transposição do rio São Francisco

Repudiamos a decisão do Governo federal de levar à frente o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. O diagnóstico atual indica a morte de vários de seus afluentes, seu assoreamento, além da ameaça de se tornar um rio intermitente. Efetivamente, esse projeto se coloca dentro das fracassadas políticas públicas convencionais, que orientam para a construção de grandes obras, voltadas para armazenar e transportar enormes volumes de água.

Essa política, além disso, baseia-se em um modelo que prioriza o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, apontando para ações de privatização e comercialização da água. Manifestamos nosso apoio a um processo de revitalização participativo e democrático da bacia do rio São Francisco, que é parte de um projeto maior de desenvolvimento sustentável do semiárido, com ampla mobilização da sociedade civil e contra o projeto de integração e transposição de suas águas.

O Financiamento da Agricultura Familiar de Base Agroecológica

As formas de financiamento para a agricultura familiar de base agroecológica necessitam de ajustes para se adequar aos sistemas produtivos diversificados, próprios da agroecologia. Restrições indevidamente criadas pelos bancos constituem-se num limite concreto ao acesso aos créditos PRONAF Agroecologia, Mulher, Semiárido, e Florestal. As cooperativas de crédito são experiências interessantes e funcionais. A ASA propõe a dinamização dos processos de cooperativas de crédito como instrumentos de captação da poupança local, cuja aplicação também é local. A Articulação entende que a aplicação do crédito oficial deve passar também pelas cooperativas de crédito e se

constituir em porta de entrada e facilidade de acesso ao crédito oficial pelas famílias agricultoras.

Além do crédito oficial e das cooperativas de crédito, tem sido experimentada por diversas ONGs a modalidade de fundos rotativos, geridos localmente por organizações e grupos comunitários. Estes revelam-se eficazes no que se refere à gestão de recursos coletivos para o investimento no desenvolvimento local.

Desta forma, a ASA defende as seguintes propostas para o financiamento da agricultura familiar de base agroecológica: aplicação de recursos em crédito, incluindo o Pronaf, voltada para a produção agroecológica e os sistemas agroflorestais; divulgação ampla das modalidades de financiamento para sistemas agroecológicos, bem como dos mecanismos de acesso; implementação de mecanismos de financiamento que viabilizem a permanência de jovens no campo desenvolvendo atividades de produção agroecológica; alocação de recursos de crédito aos territórios destinados ao fortalecimento das iniciativas de produção familiar agroecológica; fortalecimento de fundos rotativos solidários, assegurada a autonomia da gestão local.

Acesso aos Mercados: Renda, Segurança Alimentar e Continuidade da Agricultura Familiar

Um dos maiores incentivos para uma família continuar produzindo e se reconhecer como agricultora familiar é a possibilidade concreta de venda de seus produtos a preços justos. Muitos exemplos positivos, desenvolvidos por organizações da ASA, legitimam esta afirmação. A ASA vem apoiando o desenvolvimento de várias experiências de ocupação do mercado local pela agricultura familiar. São as feiras agroecológicas que proliferam pela região, funcionando de fato como um espaço de venda dos produtos da agricultura familiar, mas também como um espaço de intercâmbio de conhecimentos agroecológicos.

Nesse contexto, a ASA defende a implementação e gestão de um programa permanente de apoio à inserção da agricultura familiar do semiárido nos mercados, dando ênfase às seguintes questões: implementação de políticas que incentivem os agricultores e as agricultoras a acessar tecnologias, novas habilidades e capacidades de inserção nos mercados; assessoramento técnico, específico e especializado, que promova o acesso ao mercado; criação de microcrédito ampliado que pos-

sibilite maior inserção da agricultura familiar no mercado; agregação de valor e valorização dos produtos da agricultura familiar; isenção de impostos e tarifas pela circulação de produtos da agricultura familiar; incentivo à ocupação de espaços locais de comercialização diferenciada, agregando valor aos produtos; valorização dos mercados institucionais e feiras agroecológicas.

Agrobiodiversidade

Um conjunto de plantas e animais se faz presente nos sistemas agroecológicos. As plantas têm diferentes utilidades - medicinais, forrageiras, alimentícias, madeireiras, melíferas - e portes - herbáceo, arbustivo e arbóreo - , compondo um conjunto complexo e diverso de espécies e variedades úteis à economia da família e ao ambiente. Importância similar é também conferida aos animais adaptados ao semiárido.

A conservação da agrobiodiversidade é um fator relevante para o desenvolvimento sustentável e para valorizar as diferentes experiências de trabalho com a terra, a água e os recursos genéticos vegetais e animais, locais e adaptados. Quanto mais diversificados forem os sistemas de produção, mais autonomia, resistência, resiliência e maior estabilidade apresentarão. A manutenção da agrobiodiversidade depende da conservação, manejo e reprodução do patrimônio genético, como símbolo da continuidade da vida.

Um conjunto grande de experiências desenvolvidas pelas próprias famílias agricultoras e suas organizações vem conservando, manejando e aumentando a diversidade de sementes locais, também chamadas de *crioulas*, *tradicionais* ou, conforme são conhecidas em alguns estados do semiárido, *sementes da paixão*, *sementes da resistência* ou ainda *sementes da terra*, entre outras denominações.

O domínio sobre o processo de reprodução e armazenamento das sementes locais pelas famílias agricultoras é uma condição indispensável para que elas estruturem e mantenham produtivos seus sistemas agroecológicos.

Sementes são bens da natureza e patrimônio da humanidade, portanto, são valiosos recursos pertencentes a todos os povos. Nesse sentido, as sementes não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas.

A ASA recoloca a discussão e a necessidade de reafirmar a luta pelo direito dos agricultores e das agricultoras produzirem, trocarem e comercializarem suas sementes, e convoca todas as organizações a defender o acesso pleno às sementes locais testadas e aprovadas para o cultivo nas condições do semiárido brasileiro.

A ASA se manifesta contra a liberação de cultivos transgênicos e reafirma a luta contra essa proposição do Estado, que tem a obrigação de garantir a indenização de famílias agricultoras que, eventualmente, tenham suas lavouras contaminadas por esses produtos.

Combate à Desertificação: Gerando Condições de Vida e Produção no Semiárido

O modelo hegemônico vigente no semiárido brasileiro provoca uma perda anual de 1% da área de caatinga e tem causado um processo acentuado de degradação dos solos, que já atinge 50% da região. Neste sentido, a ASA procura aumentar a capacidade de suas organizações em lidar com o problema, objetivando a formulação de estratégias regionais de combate à desertificação.

O próprio enfoque na agricultura familiar de base agroecológica é reconhecidamente importante no combate à desertificação, pois busca a proteção dos recursos naturais no seu sentido mais amplo, mantendo o estoque de sementes nativas; aumentando a biodiversidade e agrobiodiversidade em seus agroecossistemas; regulando os estoques de alimento, água e forragem; resgatando e trocando conhecimento; acessando o mercado, vendendo seus produtos de forma justa, etc.

Diante disso, defendemos: efetiva implementação do *Plano Nacional de Combate à Desertificação*, com participação e controle da sociedade civil; apoio à revitalização das microbacias; reconhecimento da agricultura familiar como modelo básico de manejo agroecológico da terra e desenvolvimento do semiárido, evitando os latifúndios e os monocultivos; implementação de uma política que proíba a implementação de extensas monoculturas de eucalipto, responsáveis pelos fenômenos denominados *desertos verdes*.

Educação para a Convivência com o Semiárido

A população do semiárido, em especial a rural, apresenta os maiores índices de analfabetismo do País. Na Era da informação, a falta de

domínio da escrita e da leitura é uma das formas mais perversas de exclusão. Especialmente no âmbito do ensino formal, a concepção de educação desenvolvida desvaloriza o espaço rural e as relações sociais ali estabelecidas, conduzindo a uma baixa autoestima das agricultoras e dos agricultores familiares. Este tipo de educação constrói culturalmente o êxodo rural e a crença na impossibilidade de uma vida digna no semiárido.

Entendendo que a educação é estratégica e base para o desenvolvimento de qualquer região, a ASA apoia as iniciativas de educação popular, educação do campo e outras, como forma de fortalecer a ação de educação para a convivência com o semiárido.

Diante disso, a ASA: exige a implementação de uma proposta de uma educação formal e pública para a convivência com o semiárido. Essa proposta deverá valorizar elementos como tecnologias, métodos e conteúdos da cultura local e da produção local, tecnologias alternativas e de experiências de convivência com o semiárido; cobra das universidades públicas, a capacidade de reconhecer as agricultoras e os agricultores como produtoras(es) de conhecimento e de se inter-relacionar com elas(es) neste processo, construindo os conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável do semiárido.

Promoção da igualdade de Gênero

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando às mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens, nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder de mando e autoridade sobre as mulheres.

Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do seu trabalho, permanecem presentes no semiárido.

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o semiárido passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a pers-

pectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos.

Nesse sentido, a ASA defende: o fortalecimento dos processos de “empoderamento” das mulheres; a participação no planejamento, na gestão, no controle e na comercialização da produção; o acesso ao crédito e à assistência técnica específica para as mulheres; projetos e programas que garantam a geração de renda para as mulheres; o reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares; a valorização e a visibilidade do trabalho das mulheres; o acesso e a gestão igualitária da terra e da água; a participação política das mulheres nas instâncias decisórias das organizações e espaços coletivos; a participação efetiva das mulheres nos espaços de construção e controle social de políticas públicas; a capacitação das mulheres para o acesso a políticas públicas; a garantia de instrumentos de viabilização da participação das mulheres nas atividades de formação e articulação políticas.

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras do semiárido brasileiro e estamos convencidos de que nelas se produz um conhecimento que, uma vez inter-relacionado com um saber academicamente sistematizado, transformar-se-á num conhecimento propulsor do desenvolvimento sustentável da região.

4. Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Experiência dos Projetos P1MC e P1+2¹⁵

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido compreende um conjunto de ações de formação processual e mobilização de famílias e organizações associativas para a convivência justa e digna com o semiárido. Seu objetivo central é desencadear processos de discussão e envolver as famílias no fomento à construção de cisternas e de pequenas infraestruturas hídricas para produção de alimentos, para captação e armazenamento de água de chuva; água que será usada para o consumo doméstico e produção, no período de estiagem, garantindo, de forma complementar, a segurança e soberania alimentar das famílias do meio rural.

15 Sistematização dos projetos e relatórios do P1MC e P1+2, onde estão apresentadas as propostas de ações e balanços avaliativos do desenvolvimento desses projetos, em 2007 e 2008.

O Programa, através do P1MC e P1+2, envolve as famílias nos processos de discussão e implementação de políticas públicas voltadas para ampliar o acesso à água e aos demais meios de produção e direitos básicos, no semiárido. Na sua metodologia parte-se de processos de capacitação, intercâmbios de experiências, da construção das cisternas e das pequenas infra-estruturas hídricas para produção de alimentos e da implantação de equipamentos para subtração da água de subsolo em poços rasos para dessedentação animal.

O Programa através das ações dos dois projetos citados, é hoje desenvolvido em 58 microrregiões e 26 territórios – os territórios englobam várias microrregiões -, que abrangem todo o semiárido. A gestão do programa é assumida por entidades que compõem a rede ASA. Estas organizações assumem, na estrutura do Programa, a responsabilidade de execução das ações e metas estabelecidas, como Unidades Gestoras Microrregionais - UGMs (no P1MC) e Unidades Gestoras Territoriais – UGTs (no P1+2).

Na estrutura da gestão do Programa, a AP1MC (Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais) assume a responsabilidade de Unidade Gestora Central – UGC, coordenando o processo da gestão administrativo e financeiro dos recursos mobilizados para execução das ações, seus objetivos, cumprimento de suas metas físicas e do monitoramento destes. A UGC também garante o suporte necessário para produção dos materiais de comunicação para implementação e divulgação do Programa, e para a realização das reuniões da Coordenação Executiva e dos encontros nacionais da ASA.

3.1 Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC)

Nesses nove anos ininterruptos de trabalho, a ASA já possui concretamente implementadas propostas permanentes de convivência com o semiárido brasileiro, mas com certeza, o maior dos seus resultados é o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais, o P1MC.

O Programa estabelece, junto às comunidades rurais, um processo de capacitação para convivência com o semiárido que pretende envolver, diretamente, 1.000.000 de famílias. Neste processo, é abordada a questão da convivência, enfocando-se especificamente o gerenciamento de recursos hídricos, a construção de cisternas, políticas de água, de gerenciamento de recursos públicos e a administração financeira dos recursos advindos do P1MC.

O P1MC não é, sob hipótese alguma, um projeto paternalista ou assistencialista. O objetivo geral do projeto é contribuir, por meio de um processo educativo, para a transformação social, visando à preservação, ao acesso, ao gerenciamento e à valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semiárido.

A ASA já trabalha com o P1MC desde o ano 2000, quando firmou um convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O P1MC continua sendo apoiado institucionalmente pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (como parte do Programa Fome Zero).

É importante ressaltar que cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água e garante o abastecimento de uma família de cinco pessoas durante os oito meses de estiagem, pois essa água é destinada exclusivamente para consumo humano (beber e cozinhar).

As cisternas são construídas pelos(as) pedreiros(as) agricultores(as), formados(as) no ciclo de capacitação técnica, e pelas famílias que as conquistam, organizadas em comissões e mutirões, que executam os serviços gerais de escavação, aquisição e fornecimento da areia e da água e a própria construção.

O P1MC vem desencadeando um grandioso movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias e construção de cisternas, com uma proposta de educação processual, em que as famílias e organizações da sociedade civil (sindicatos, ONGs, associações, igrejas etc.) se fortalecem e, juntas, desencadeiam uma grande rede de articulação, formando as Comissões Executoras Municipais – responsáveis pela identificação e seleção das famílias, organização dos cursos de capacitação e dos trabalhos de mutirão e organização dos processos de compras, construção e prestação de contas. As Comissões Comunitárias Locais são responsáveis diretas pelo acompanhamento dos trabalhos junto aos grupos das famílias que conquistaram as cisternas.

3.2 Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)

O Programa Uma Terra e Duas Águas desenvolvido em 26 territórios do semiárido, pretende se intensificar, consolidar e irradiar experi-

ências com tecnologias sociais de acesso e manejo produtivos da terra e das águas, com o uso das dinâmicas sociais existentes integradas às iniciativas da ASA.

Este fomenta a implementação de tecnologias sociais voltadas ao aproveitamento hídrico para a produção de alimentos – cisternas-calçadão, barreiros-trincheiras, tanques de pedra, infra-estruturas que dão suporte para o fortalecimento da estrutura hídrica e de segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades de agricultores(as) familiares. Difunde o conhecimento sobre a construção, manejo e utilização produtiva das tecnologias sociais de convivência com o semiárido, capacitando e formando famílias, pedreiros e pedreiras, técnicos e técnicas sociais, bem como promovendo o intercâmbio de experiências. Discute, desenvolve e organiza novas opções de política pública voltadas para ampliar o acesso à água às famílias de baixa renda do semiárido brasileiro, em especial, de tecnologias sociais para a produção de alimentos para o autoconsumo, com vistas à garantia da segurança e soberania alimentar.

Visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica da ação de desenvolvimento, o projeto baseia-se nos princípios e estratégias metodológicas descritos abaixo.

Estímulo permanente à participação das famílias e suas organizações no desenvolvimento do projeto (planejamento, execução, monitoramento, sistematização e avaliação): o exercício individual e coletivo contribuirá para aumento da autoestima, da autonomia e da capacidade criativa e inovadora no enfrentamento político dos problemas.

O fortalecimento das dinâmicas sociais por meio das redes, fóruns e articulações, contribuirá para que os atores sociais troquem experiências, interajam, reflitam e formulem coletivamente propostas que favoreçam o diálogo entre sociedade e Estado na promoção do desenvolvimento sustentável.

O fortalecimento dos processos educativos, sócio-organizativos e políticos locais, contribui para a autonomia e o protagonismo dos agricultores e das agricultoras e suas organizações na construção do desenvolvimento sustentável.

O resgate e valorização das famílias e de suas organizações como inovadores técnicos e sociais e, portanto, detentores de conhecimentos e experiências: elemento-chave para a conversão agroecológica dos

sistemas produtivos e para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento rural humano e sustentável.

Favorece dinâmicas geradoras de processos de interações das agricultoras e dos agricultores, de comunidades entre si num mesmo município, bem como destes com agricultoras e agricultores de outros municípios e regiões.

A formação é fundamentada em um processo pedagógico no qual prática e teoria se retro-alimentam. A metodologia utilizada favorece o estabelecimento de uma dinâmica horizontal entre agricultores e suas organizações. Nesta dinâmica, agricultores(as)-experimentadores(as) exercem simultaneamente a função de agricultores(as)-promotores(as), encarregando-se de apoiar as atividades de capacitação técnica e estímulo à experimentação na microrregião, nos municípios e comunidades. Com essa abordagem metodológica, o trabalho de formação procura favorecer dinâmicas sociais voltadas para a geração e divulgação de inovações nos planos tecnológicos e sócio-organizativos.

A agroecologia é a base técnica-metodológica e científica da construção do novo modelo de desenvolvimento rural e do fortalecimento de ações de convivência com o semiárido.

Considerações finais

A consolidação e a irradiação das experiências a que se propõe o presente Programa da ASA dependerão do crescente apoio às iniciativas das organizações da sociedade civil da gestão de recursos públicos. Esse trabalho da ASA na área dos recursos hídricos vai à contracorrente das políticas públicas convencionais que se orientam para a construção de grandes obras voltadas para armazenar e transportar enormes volumes de água. Colocam em xeque também os mecanismos de dominação política que se estabelecem principalmente nos momentos de crise de seca, quando as famílias ficam dependentes dos carros-pipa para se abastecerem de água.

As experiências de captação da água das chuvas e de outras fontes, para consumo humano e produção agropecuária, em milhares de propriedades e comunidades através de métodos simples, baratos e de comprovada eficiência técnica, já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d'água para a segurança

alimentar das populações do meio rural do semiárido brasileiro. Esses métodos disseminam-se rapidamente por intermédio do gerenciamento pelas próprias comunidades.

Ah, quando chegou a cisterna, nossa vida mudou muito! Não vemos mais morrer crianças e nem adultos por causa de hepatite. Não vemos mais pessoas reclamarem de dores nos rins por causa da água ser salgada. (...) A participação das pessoas é boa. Outras foram fundadas no município, depois da nossa. Quase todas as comunidades aqui perto agora têm associações e as pessoas participam do sindicato. A nossa experiência serviu como exemplo. Gosto de participar de reuniões que fazem a nossa associação crescer. Hoje eu posso dizer que vivo muito bem com a minha família. Temos a vida que pedimos a Deus. Não somos ricos de dinheiro, mas temos uma vida tranquila e feliz.¹⁶

Bibliografia

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido – transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Banco do nordeste, Fortaleza, 2008.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no semiárido/ASA em Pernambuco. Dissertação de Mestrado UFPE, Recife, 2003.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. Mobilização social para convivência com o semiárido: estratégias e metodologias da articulação do semiárido/ASA. IN: Educação cidadã: novos atores, nova sociedade – cadernos de estudos 2. Setor de Mobilização Social da Presidência da República – Fome Zero, Brasília, 2004.

CPT, Caminhos da terra – vida de arribaçã. Conflitos no Campo 1993. Construção da cidadania: alternativa para um novo projeto. Caderno Conflitos no Campo, CPT NE, Recife, 1994.

ANDRADE, Flávio Lyra. Reflexões sobre o lugar das ações dos movimentos sociais para concretização dos objetivos da mobilização do programa fome zero. In: Mobilização social: caminhos de transformação - cadernos de estudos 1. Universidade Católica de Goiás e, Goiânia, 2004.

¹⁶ Agricultor Raimundo Cambraia da Silva, 68 anos, é casado com Inês Maria da Silva, 65, e tem dois filhos morando com eles. Residem na comunidade Mendes, no Município de Doutor Severiano, no Rio Grande do Norte.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola-Centro João XXIII, 1996.

Araújo, Expedito Rufino de. A Sociedade nordestina e o desenvolvimento sustentável do semiárido. In: O Nordeste quer dignidade. CUT/CONTAG/ASA, São Paulo, 2001.

ASA. Caminhos para a convivência com o semiárido. ASA, Recife, 2008, 2ª Edição.

ASA. Declaração do semiárido.

ASA. Carta Política do VI ENCONASA, 2006

ASA. Carta da Terra, 2004.

ASA. Textos de Projetos e Relatórios P1MC e P1+2, dos anos de 2007 e 2008.

ASA. Carta Política Gênero, 2006.

ASA. Programa Um Milhão de Cisternas: coletando água de chuva para mudar a vida de famílias e comunidades do semiárido, 2007.

UM OLHAR SOBRE A LUTA PELA TERRA NO CEARÁ

A EXPERIÊNCIA DO CETRA

MARGARIDA PINHEIRO

Resumo

Este trabalho é, antes de tudo, uma tentativa de registrar parte da memória da organização social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará em torno da luta pela posse e uso da terra. O texto tem como eixo norteador a luta pela reforma agrária com justiça no campo desde a ação jurídico-social do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - (CETRA).

A mobilização de trabalhadores para garantir a posse da terra teve início entre 1977 e 1978, através do movimento das Comunidades Eclesiais de Base, no Município de Aratuba, interior do Ceará, e foi sendo disseminada para outras regiões e municípios, com a colaboração da assessoria jurídica que contava com o apoio de segmentos da Igreja Católica.

Osertão cearense apresenta uma paisagem extraordinariamente bela, apesar da aridez da terra e da sequidão da vegetação, que contrastam com o verde do juazeiro, do mandacaru, do xiquexique, e com o brilho de algum espelho d'água restante, que milagrosamente se mantém para satisfazer necessidades básicas das pessoas e dar vida à própria terra e aos animais. Quando cai uma neblina no sertão, a alegria é geral. A caatinga toda se encanta e, de repente, refloresce, ganha viço, dando outro tom à paisagem, mudando inteiramente o panorama. É a vida que se enche de alegria e de esperança porque a bonança está para chegar.

Num passado recente, tinha-se visão pessimista sobre o sertão, pois via-se um cenário desolador, uma paisagem triste; desconhecíamos as belezas e riquezas do bioma caatinga. Estávamos influenciados pela cultura ou indústria da seca, controlada por uma minoria, formada pela elite oligárquica, que tirava proveito para seus interesses a cada seca que se anunciava e não apresentava proposta para a convivência com esse fenômeno. A terra, mesmo seca, é sinônimo de poder, portanto cobiçada pelos que a podiam obter a preços muito baixos em período de seca, ou mesmo por grilagem.

Nessas terras áridas ou pouco úmidas e bastante concentradas, a luta pela reforma agrária foi a esperança do povo do sertão, da serra e do mar, de reverter a realidade de pobreza, de dependência para o acesso ao direito à terra, à melhoria das condições de vida e ao fim da injustiça e da violência no campo.

A luta pela terra no Estado do Ceará foi, portanto, marcada por tragédias que levaram à morte centenas de pessoas, como aconteceu com o Caldeirão, no Crato, liderado pelo beato José Lourenço, que ficou na história.

Em tempos recentes, a luta mais organizada pela terra no Estado foi retomada com suporte nas experiências apoiadas pelo movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre 1977 e 1978, no Município de Aratuba, localizado na Região do Maciço de Baturité, distante 128 quilômetros de Fortaleza. O então vigário da paróquia de Aratuba, padre Moacir Cordeiro Leite, buscou a assessoria jurídico-social de profissionais que, motivados pelo contexto de desigualdades que existia no campo e comprometidos com a mudança desse cenário, criaram o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, cuja missão, naquele momento, era fortalecer a organização social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais para, de forma articulada e organizada, lutar para garantir a posse da terra.

As pessoas que assumiram essa tarefa, naquele município, têm uma história de militância política, nascida no movimento de Ação Católica e, portanto, tinham uma relação de proximidade com a Igreja Católica, o que os levou a, junto com as Comunidades Eclesiais de Base, apoiar a organização social e política de trabalhadores rurais, cujo foco principal se baseou na luta pela posse e uso da terra, pela reforma agrária e por justiça no campo.

O trabalho nascido em Aratuba foi se irradiando para outras regiões do Estado, como Sertão Central, Centro Sul, Região da Ibiapaba, Sertões de Canindé e Região de Itapipoca.

Assim, desde o início, o trabalho do CETRA se caracterizou como um processo de estímulo e apoio à organização sociopolítica e de assessoria jurídica a trabalhadores/as rurais, à defesa dos direitos humanos violados na perspectiva da conquista da terra e à promoção da justiça social no campo e na cidade. Esse trabalho era realizado em colaboração com as pastorais sociais (CEBs, Pastoral da Terra e Pastoral Operária) e o movimento sindical. Esse período foi, também, o nascedouro da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Partido dos Trabalhadores - PT.

A luta era animada pela fé e embalada pelas cantigas e poesias que brotavam da dor e da esperança dos que desejavam melhorar a vida na terra, dos que queriam, além disso, promover a justiça e a liberdade, como mostra a poesia de José Vicente, cantada mundo afora, intitulada UTOPIA:



Quando as cercas caírem no chão,
Quando as mesas se encherem de pão
Eu vou cantar,
Quando os muros que cercam os jardins,
Destruídos, então os jasmins,
Vão perfumar.

Vai ser tão bonito
Se ouvir a canção,
Cantada de novo,
No olhar do homem
A certeza do irmão
Reinado, do povo!

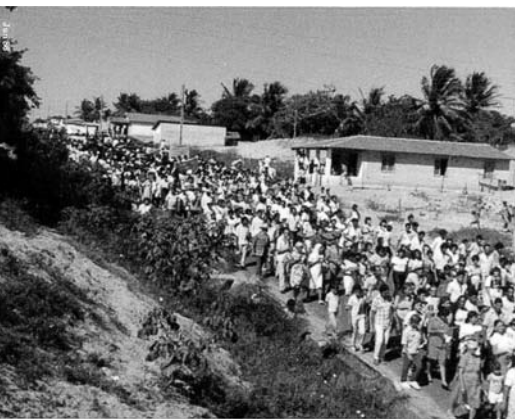
Tratava-se de uma luta articulada, organizada, participativa, que reunia diferentes segmentos da sociedade. Tinha um caráter político muito forte e determinado, que afrontava as forças políticas da ditadura militar vigente no Brasil, que sacrificou a vida de lideranças, interrompendo muitas e traumatizando milhares.

A repressão violenta aos movimentos sindical, social e popular provocava medo, insegurança. Vivia-se sob ameaça e, portanto, em constante alerta. Por isso mesmo, a luta no campo foi marcada pelo autoritarismo, pela violência que resultou na morte, por assassinato, de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, religiosos e outros profissionais atuantes e militantes dessa causa. Esse movimento foi praticamente aniquilado pelo regime militar instalado em 1964, o qual em 30 de novembro do mesmo ano, promulgou o Estatuto da Terra pela Lei 4.504, que dava as diretrizes estratégicas, com a promessa de uma reforma agrária baseada na desapropriação de terra por interesse social. Isso foi feito com o objetivo estratégico de apaziguar os camponeses e a sociedade civil, em processo de reorganização social e de luta por liberdades democráticas, e, também, para tranquilizar os grandes proprietários de terra.

Segundo Carlos Minc (1985), o Estatuto da Terra criou os instrumentos para a realização da reforma agrária, atentando para o pagamento da renda da terra, problema crucial, de maneira mais justa conforme a lei. Esse problema, também, inquietava trabalhadores rurais do Ceará que não tinham terra e estavam na condição de moradores, meeiros ou arrendatários.

O agricultor, morador da fazenda, preparava a terra, plantava e fazia todos os tratos culturais do algodão, milho e feijão, lavouras de subsistência cultivadas tradicionalmente no sertão do Ceará. A renda da terra cobrada pelo patrão representava 50% de tudo o que o agricultor produzia. A outra metade (50%) o agricultor vendia ao patrão que lhe pagava com vale que, obrigatoriamente era usado no armazém da fazenda, para a aquisição produtos de primeira necessidade (gêneros alimentícios, querosene, sabão etc.) sempre de baixa qualidade e a preços exorbitantes, forçando as famílias a manterem-se endividadas e, portanto, dependentes cada vez mais do dono da terra.. A maioria das necessidades das famílias não era atendida e estas, submetidas a condições indignas de trabalho e em precárias condições de vida, eram muito vulneráveis e viviam profunda relação de dependência.

A obediência ao patrão, ao dono da terra, transformava-se em subserviência e o medo também era companheiro dos camponeses sem terra. Essas famílias viviam sob o estigma do medo, da obediência, da crença de que tudo era a vontade de Deus, porque assim as elites agrárias nordestinas sempre fizeram com que acreditassem e temessem.



Nesse contexto, a participação do movimento das CEBs, que tinha como orientação a Teologia da Libertação, lutando contra a injustiça social no campo, tomou corpo, tornando-se um excelente parceiro de articulação e mobilização de camponeses ante o injusto pagamento da renda da terra. Foi com o apoio desse movimento, da igreja e da assessoria jurídico-social, que houve um despertar dos trabalhadores para a realidade social e política no mundo rural e o povo camponês se sentiu mais apoiado e seguro. Mesmo sob o estigma do medo, começou a se organizar, com base nas reflexões

religiosas, sentiu-se fortalecido para lutar por condições de vida digna.

As queixas de trabalhadores (as) rurais se voltavam para suas carências, sua extrema pobreza, a humilhação, o pagamento da renda da terra muitas vezes acima de 50%, a fome, a escassez de água. Mesmo com os reservatórios cheios e construídos com dinheiro público (DNOCS, SUDENE), não era garantido o livre acesso à água para o consumo humano, por estarem localizados em terras privadas, ou seja, na propriedade de grandes fazendeiros, uma clara apropriação pública para interesses privados. A estratégia de manutenção da submissão de trabalhadores (as) também se manifestava quando fazendeiros impediam os moradores de plantar e criar animais de pequeno porte no entorno das moradias, impedindo qualquer vínculo de estabilidade com a terra e de autonomia com relação ao consumo familiar.

Em razão de tamanha brutalidade acumulada ao longo dos anos, os trabalhadores rurais foram se organizando com apoio de vários setores da sociedade, que contribuíram fortemente para que trabalhadores rurais historicamente subordinados aos donos das terras se posicionassem quanto à sua situação e realidade, seja na condição de morador meeiro ou arrendatário.

A luta pela terra no Ceará - a participação do CETRA no processo

O CETRA é uma organização da sociedade civil, sem finalidade lucrativa, fundada em 1981, como resultado de experiências voluntárias de

assessoria jurídica e social iniciadas em 1977 por seus fundadores (as), ex-militantes da Ação Católica, em Aratuba - Ceará, junto às CEBs.

Os temas preponderantes nos momentos de reflexão e debate envolviam, em especial, o uso e a posse da terra, a reforma agrária e as injustiças sociais no mundo rural, tendo como base a organização social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para tanto, procurou-se ampliar a base da discussão, de modo a propiciar maior envolvimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que agia de forma muito tímida nessas questões, até porque a Federação, que deveria apoiar os STR para ter uma ação política mais efetiva, assumia posições conciliatórias. Os espaços físicos de reuniões constituíam-se dos terreiros das casas dos agricultores, por sinal, espaços bastante democráticos, salão comunitário da paróquia, a sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR.

Com o fortalecimento da experiência resultante da assessoria e da mediação de conflitos bem-sucedida, a área de intervenção se expandiu e as demandas pelos serviços jurídicos da entidade cresceram, passando o CETRA a atender, também, sindicatos e associações profissionais urbanos, tanto em Fortaleza como no restante do Estado. Para atender a esta necessidade, valeu-se de estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), engajados no Centro Acadêmico e interessados em estágios no campo para atuação direta nas questões sociais, assumindo as bandeiras dos trabalhadores rurais na luta pela terra. Em meados dos anos de 1980, o CETRA atuava em Fortaleza e em cerca de trinta municípios¹, assessorando diretamente questões conflituosas pelo acesso à terra no campo, congregando também a luta de trabalhadores urbanos por direitos de cidadania. Ainda nessa década contava com uma base de apoio da entidade na cidade de Tianguá, para dar suporte às questões de terra na região da Ibiapaba e aos advogados que ali trabalhavam essa temática. Na primeira fase de atuação do CETRA, os debates sobre as questões de terra enfatizavam a importância da organização sociopolítica de trabalhadores (as) e a

1 Sertão Central: Quixadá, Quixeramobim; Maciço de Baturité: Aratuba, Baturité, Mulungu, Palmácia, Pacoti, Capistrano, Itapiúna; Sertões de Canindé: Canindé, Caridade, Região da Ibiapaba: Viçosa do Ceará, Ubirajara; Região Norte: Camocim; Região de Itapipoca, Amontada, Itapajé, Itarema, Pentecoste e Trairi. Atuava também na região Centro Sul, nos municípios de Senador Pompeu, Pedra Branca, Acopiara, Piquet Carneiro, Irapuan Pinheiro, Solonópole e Mombaça. Atuou igualmente na assessoria às famílias de Jaguaribara, atingidas pela barragem Castanhão.

luta pela divulgação e aplicação da Lei 4.504 (Estatuto da Terra) como estratégia de defesa dos Direitos Humanos e da luta pela cidadania no meio rural. Paradoxalmente, passou-se a usar o Estatuto da Terra, criado pelo regime militar, que havia dizimado os movimentos sociais no campo, como as Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais. Estes últimos foram transformados em verdadeiros ambulatórios para oferecer atendimento à saúde e serviço odontológico; uma estratégia para dispersar a organização política de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nessa conjuntura, o poder e as práticas arbitrárias dos grandes proprietários rurais e da polícia exigiam dos principais envolvidos, no caso, trabalhadores e trabalhadoras rurais, estratégias para garantir a realização de ações organizativas e reivindicatórias sem submeter a risco suas vidas e a de assessores.²

A organização sociopolítica foi e continua sendo essencial para a conquista da terra. Esse processo envolvendo os trabalhadores, as comunidades, a igreja, a sociedade civil, resultou em maior consciência política de todos os envolvidos, e, portanto, ensejou insatisfação nos proprietários de terras. Estes tinham uma afinidade com órgãos policiais e o Poder Judiciário e os utilizavam em seu favor, amedrontando, ameaçando e vitimando os trabalhadores e aqueles que os apoiavam.

Viviam-se momentos de tensão. Eram comuns assassinatos de lideranças rurais e sindicais, de movimentos sociais, de religiosos, de advogados e outros envolvidos³. Questões sociais como a organização em torno da luta pela terra, pela reforma agrária e contra a violência no campo, eram comumente tratadas como “caso de polícia”. Não obstante essa situação, foram possíveis algumas conquistas no Poder Judiciário, com o argumento de que a luta pela terra, longe de ser uma questão policial, era, antes de tudo, uma questão social muito grave e se apoiava em bases legais e jurídicas e no direito à organização. Com o

2 Muitos trabalhadores perderam suas vidas nesse processo de luta pela terra, como foi o caso, entre muitos outros, em Trairi (3 trabalhadores) ou em Itarema e Massapê (1 trabalhador em cada um desses municípios), ou mesmo em Quixadá (1 pistoleiro) e 01 advogado em Tianguá.

3 PDI – CETRA: por exemplo, como a polícia evitava atingir mulheres e crianças, em razão do impacto que provocaria através da mídia, a tática muitas vezes utilizada consistia em facilitar a esses segmentos sociais a vanguarda dos processos de luta para preservar a vida de chefes de família.

tempo, o Poder Judiciário reconheceu a ingerência abusiva da polícia em assuntos fora de sua alçada e assumiu a responsabilidade quanto a ações judiciais relativas à terra⁴.

Em síntese, o CETRA nasce, portanto, em um contexto de fortes conflitos sociais no campo e numa conjuntura política global submetida a alterações constantes e imprevisíveis, pois se vivia sob regime de exceção⁵. Além disso, o fenômeno da seca, a gravidade da pobreza rural, em geral atribuída à situação climática, era um fator relevante para discutir coletivamente, com vistas a



proposição de políticas voltadas para as populações camponesas, especialmente em relação à água para consumo humano, particularmente no contexto da grande seca que durou de 1978 a 1983, seguida da grande inundação de 1984, que castigou populações de várias regiões do Estado, especialmente do Vale do Jaguaribe.

Esse foi um período fértil para as mobilizações sociais e sensibilização para a consolidação de uma consciência crítica sobre os acontecimentos políticos do País, da efervescência de grupos sociais na cidade e no campo em busca de novos paradigmas democráticos. Era o tempo da educação de base, do método Paulo Freire, para superar o analfabetismo que predominava em uma grande parte da população. O sonho era, também, acabar com o analfabetismo político, pela formação de uma consciência política da classe trabalhadora, em especial, dos tra-

4 Como exemplo de luta que durou seis anos, e que pode ser considerada como uma das primeiras do Ceará a ter sido travada coletivamente, foi a de Monte Castelo (Quixadá, hoje Choró Limão), que envolveu vários segmentos sociais e teve repercussões nacionais e internacionais. Ficou demarcado que, como as outras, não se tratava apenas de uma questão jurídica, mas de uma luta política por justiça e democracia na terra.

5 Outro fato relevante na história do CETRA foi o seu papel inovador na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no Ceará. Antes da sua atuação, os juristas que “defendiam” trabalhadores/as eram os mesmos que defendiam os proprietários de terras. O CETRA reverteu esse quadro, contribuindo para formar e treinar (como estagiários admitidos ao seu quadro de pessoal) cerca de 30 advogados mais independentes dessa elite rural e, sobretudo, mais comprometidos com a justiça social no campo.

balhadores do campo, porque estes tinham pouco ou quase nenhum acesso às informações.

A formação política e a organização social, tanto da equipe quanto dos grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sempre foram consideradas fundamentais para o alcance das transformações da sociedade que se tinha em mente e que eram necessárias e urgentes. Para isso, o CETRA mantinha articulação com entidades afins, como o Centro de Assessoria e Participação Sindical (CAPS), de São Paulo, e o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), do Rio de Janeiro, que contribuíram de forma decisiva na formação de sindicalistas, trabalhadores (as) rurais e de sua equipe profissional. Isso se deu em cursos de educação popular,



utilizando-se das propostas voltadas para a luta em torno do novo sindicalismo, que incluiu a criação da CUT e, também, dos conceitos adotados pelo movimento Fé e Política. Era como uma escola vida, que contribuiu eficazmente em todos os processos de sensibilização, mobilização e formação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Tranpondo a luta pela terra e pela reforma agrária, a Instituição assumiu outras ações, entre as quais se destacam o apoio à luta pelo solo urbano – Aterro do Jangurussu e Favela da Fumaça, e também apoio à população de Jaguaribara, atingida pela barragem Castanhão. Preocupado com a qualidade de vida das famílias empobrecidas do sertão cearense, o Cetra adotou, nos anos de 1990, um modo complementar de atuação junto às famílias que haviam acessado a terra: trabalhar na melhoria da qualidade de vida em termos da segurança alimentar. Uma dessas experiências foi a execução do PAT - Projeto Alimentos por Trabalho, financiado pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), em parceria realizada com o Catholic Relief Service (CRS) para atender famílias de baixa renda em vários municípios da região de Itapipoca e do Centro Sul do Estado.

Assim, pode-se dizer que, ao longo dessa trajetória histórica das décadas de 1980 e 1990, a entidade foi se ajustando à conjuntura e às

demandas sociais e políticas e, conseqüentemente, alterando a sua natureza organizacional e a sua própria missão/vocação e especialidade de atuação no campo social. De entidade de assessoria jurídica, transformou-se em entidade de promoção do desenvolvimento no meio rural, o que foi realizado com base na consolidação das desapropriações de terra em vários municípios do Ceará.

Decidiu-se, com efeito, apoiar as lutas dos assentamentos por melhores condições de vida e de trabalho na terra conquistada, concentrando sua área de atuação em assentamentos da região de Itapipoca, expandindo depois para a região do Sertão Central, com a realização de ações de sensibilização e capacitação/formação e assistência técnica, visando ao fortalecimento da organização sociopolítica e econômico desses assentamentos e de comunidades não reformadas, arrimadas nas temáticas estratégicas - Terra, Água, Segurança Alimentar, Agroecologia, Socioeconomia Solidária, Gênero e Cidadania, tudo voltado para o público constituído de homens e mulheres, adultos e jovens.

Considerações finais

A conquista da terra, até agora não concluída, ainda tem curso em todo o País, de forma lenta. Quer dizer, a reforma agrária no Brasil ainda está por acontecer. Algumas conquistas no Ceará, mesmo que parciais, resultaram particularmente da luta organizada da classe trabalhadora apoiada pela Igreja Católica, por organizações não governamentais (ONGs), pelo movimento sindical e por partidos políticos de oposição, aqueles mais comprometidos com as lutas por transformações sociais.

Essas pequenas conquistas que se efetivaram até meados dos anos 1990 tiveram respaldo no Estatuto da Terra, ao rezar em seus artigos que a terra seria desapropriada por interesse social, ou seja, seria assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra condicionada a sua função social, no artigo 2º (MINC, 1985, p. 17)

A sociedade brasileira precisa se inquietar de novo. Necessita urgentemente rever seus conceitos, seus paradigmas sobre a propriedade da terra e seus efeitos em relação a produção de alimentos, que garanta a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada no Brasil, e, em relação a agricultura familiar, maior responsável pelo abastecimento do mercado interno de alimentos.

Referências bibliográficas

GONÇALVES Rui. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), CETRA, 2001.

CETRA. Terra Feita de Gente – Uma historia de emancipação social, CETRA, 2006.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste, Petrópolis:Vozes,1984.

MINC, Carlos. A reconquista da Terra – Estatuto da Terra, Lutas no Campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WOLFF, Luciano e SAUER, Sergio. O painel de Inspeção e o caso Cédula da Terra. In Banco Mundial, Participação, Transparência e Responsabilização – A experiência brasileira com o Painel de Inspeção – Rede Brasil 2001 – Org. Aurélio Viana Jr., Brent Millikan e outros.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM TERRITORIAL DO ARARIPE (FOTEAR)

VALÉRIA LANDIM DE CARVALHO FALCÃO

O território do Araripe situa-se no sertão de Pernambuco. Os municípios que compõem o território trabalhado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade. A organização social no território é constituída por um cenário diversificado de agentes sociais, como associações urbanas e rurais, sindicatos, conselhos, cooperativas, fóruns, ONGs, grupos religiosos, de jovens e mulheres, entre outros, cuja atuação é voltada para questões ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais.

Focalizando os temas desenvolvidos pelas entidades ora citadas, identificam-se desenvolvimento rural sustentável, convivência com o semiárido, agricultura e pecuária agroecológica, desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APLs), acesso a mercados, opção de infraestrutura hídrica, educação contextualizada, relações de gênero, organização social, microcrédito, adolescência e juventude, democratização do orçamento público, entre outros.

No território do Araripe, o capital social é formado por interações de instituições que integram a sociedade civil, órgãos públicos e privados que trabalham com a perspectiva de desenvolvimento sustentável, existindo importantes parcerias e articulações entre Estado e sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região. Essa dinâmica da sociedade

civil, associada à rede de relações sociais existente entre os atores, confere ao Araripe uma boa capacidade de mobilização e articulação.

A articulação social em torno do desenvolvimento territorial tem se fortalecido desde o ano de 2003, com a atuação da SDT, que estimulou a organização do Fórum Territorial do Araripe (Fotear). O Fotear é composto de 62 instituições. Desse total, 72,58% são representantes de movimentos sociais, organizações produtivas e organizações sociais de serviços; e 27,42% de instituições governamentais.

Demandas e potencialidades do território

Agricultura Familiar

Uma característica do território é a existência de minifúndios em número significativo. Segundo Mario Lacerda¹, o sertão do Araripe não apresenta uma estrutura fundiária das mais desequilibradas. Dados oficiais (Fonte INCRA/FAO 2000) indicam que, na região, a agricultura familiar ocupava, em 1995/1996, 82.815 pessoas, o que significa mais de 31 vezes o que ocupava a agricultura patronal, com 2.641 pessoas. Nesse sentido, a agricultura familiar possui grande importância econômica e social, na medida em que garante trabalho e renda para grande parte da população.

Segundo dados do IBGE 2003, a região do Araripe é produtora de culturas permanentes, como banana, castanha-de-caju, coco-da-baía, café, laranja e manga. Os cultivos temporários principais são feijão, milho e mandioca. Há outros menores, de algodão herbáceo, cana-de-açúcar, mamona, arroz, fumo, amendoim, melancia, sorgo, batata-doce, cebola e tomate.

Na produção pecuária, há um destaque para a criação de bovinos, cabras, ovelhas, aves e abelhas, além dos produtos considerados derivados, como o leite de vaca, os ovos de galinha e o mel. Essa diversidade de produtos agropecuários está relacionada às potencialidades exploradas pelos agricultores familiares na região.

Por outro lado, no Araripe a agricultura familiar apresenta entraves e problemas relacionados a uma precária infraestrutura física e social das comunidades rurais, precária infraestrutura produtiva e hídrica, pouca disponibilidade de terra, ausência de título, pouco acesso ao crédito e aos mercados. Dados coletados nas oficinas municipais de cons-

1 MELO, Mario Lacerda de (coord.). Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco. Recife: Sudene/PSU/SER, 1988.

trução da territorialidade² indicam a presença de 30 assentamentos da reforma agrária, agrupando um total de 498 famílias.

Por fim, a assistência técnica e as capacitações profissionais voltadas para o desenvolvimento agropecuário das propriedades e o setor de beneficiamento não suprem a demanda real e potencial existente.

Arranjos produtivos locais

Os arranjos produtivos locais (APLs) podem ser vistos como uma aglomeração de atividades econômicas e/ou empresas (de micro, pequeno, médio ou grande porte) que possuem mesma especialização produtiva. Localizam-se espacialmente em um território e atuam em torno de uma atividade econômica principal. Nos APLs, a dimensão econômica é constitutiva e fundamental da mesma forma que o processo de interdependência e articulação entre os agentes produtivos, podendo, inclusive, haver atuação em forma de rede e/ou associativa.

Cada arranjo possui um ambiente e uma dinâmica interna e externa de funcionamento próprios. Os principais desafios para o desenvolvimento dos APLs são a sua sustentabilidade ambiental, econômica e social, assim como a inserção e a competitividade no mercado, visando à promoção de um ambiente de inclusão econômica e social. Busca-se aumentar a competitividade dos APLs com base nas demandas e potencialidades do mercado, e, para tal, depende-se das condições políticas e institucionais em que estão inseridos.

Tais condições referem-se à análise dos recursos naturais que utilizam, da infraestrutura, do capital humano e social, dos níveis de cultura empreendedora, das potencialidades, oportunidades, vantagens competitivas e, sobretudo, da rede de agentes sociais que institui o(s) arranjo(s) nos territórios como unidades de desenvolvimento, orientando-os a uma inserção competitiva, vantajosa e sustentável no mercado.

O compromisso e o protagonismo desses agentes locais em promover e estimular o desenvolvimento dos territórios e APLs neles inseridos trazem como resultado o desenvolvimento endógeno do território, integrado a uma economia globalizada.

2 MORAES, João Rafael Gomes de. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe (PTDRS), 2007, Mimeo. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga).

Atualmente, os APLs principais no território do Araripe são:

a) Polo Gesseiro

O polo gesseiro do Estado é considerado, em âmbito estadual e federal, um APL. Tem reserva estimada em 1,22 bilhão de toneladas, sendo uma das mais expressivas do mundo e a maior medida no Brasil. Essa concentração encontra-se nos Municípios de Araripina, Bodocó, Ipubi, Ouricuri e Trindade.

O polo é formado por cerca de 40 minas ativas de gipsita, o que representa 80% das minas do País, e conta com 140 fábricas de gesso calcinado e cerca de 200 fábricas de pré-moldados. O número total de empresas do setor é 319.

A região do Araripe é responsável pela produção de 95% de todo o gesso do País que é utilizado em construção civil, cerâmica (matriz e formas), agricultura, artesanato, hospitais e clínicas nas áreas protética e ortopédica. As empresas são de micro, pequeno e médio porte, sendo a maioria de pequeno porte, o que contribui com aproximadamente 12 mil empregos diretos e 60 mil empregos indiretos. Um dos grandes limites para o desenvolvimento dessa atividade econômica é o seu impacto negativo no meio ambiente e em atividades agropecuárias, na medida em que a vegetação (lenha) é utilizada como matriz energética.

b) Mandiocultura

No Araripe, a mandiocultura representa uma ocupação produtiva de cerca de 7.800 hectares plantados, ou seja, cerca de 19,08% da área de produção do Estado, produzindo aproximadamente 81.095 toneladas/ano e representando cerca de 21,5% da produção do Estado.

Especialmente na Chapada do Araripe, a mandioca representa a principal lavoura de subsistência. O cultivo convencional acarreta baixa produção e produtividade, colocando em risco os agricultores familiares que sobrevivem basicamente dos rendimentos dessa cultura e a cadeia produtiva como um todo.

Atualmente, observam-se mudanças significativas nesse APL, referentes à adoção do cultivo agroecológico, ao beneficiamento da mandioca utilizada como ração animal e ao melhoramento da qualidade dos derivados da mandioca utilizados na alimentação humana, que constituem excelente fonte de energia.

Os beneficiamentos principais, por ordem de importância, são farinha, ração e goma. A fécula desponta como o derivado da mandioca que mais apresenta potencial de crescimento em todo o agronegócio da mandiocultura. A mandioca é beneficiada por unidades familiares e outras de pequeno, médio e grande porte, que funcionam com níveis diferenciados de absorção de mão-de-obra, produção, produtividade, faturamento, lucratividade, gestão empresarial e acesso a mercados.

As unidades de beneficiamento de mandioca precisam de adequação e melhoramento na infraestrutura física (principalmente energia elétrica trifásica e disponibilidade de água), aquisição de equipamentos, maior qualidade dos produtos produzidos (com adoção das boas práticas de fabricação – BPF), melhoramento da gestão empresarial e adequação às demandas do mercado.

No que diz respeito à comercialização da mandioca in natura, ela é vendida, sobretudo, a atravessadores que revendem o produto para donos de casas de farinha da região, de outras regiões do Estado e do Nordeste. Para os agricultores familiares, é mais vantajoso vender a mandioca in natura diretamente aos proprietários de casas de farinha. A farinha é comercializada principalmente a atravessadores, constituindo um desafio para os agricultores familiares e a organização coletiva, visando ao acesso direto aos mercados locais, regionais e nacionais.

Por fim, as unidades de beneficiamento familiares ensinam trabalho e renda para as famílias proprietárias dos empreendimentos, permitem que outras utilizem a estrutura instalada para beneficiar os seus produtos (pagam valores determinados previamente) e absorvem mão-de-obra das comunidades rurais (relações informais de trabalho).

Observamos, no território, a existência de associações de pequenos agricultores familiares e de mandiocultores. Ambas representam agricultores familiares cujas atividades principais são o cultivo, o beneficiamento e a comercialização da mandioca in natura e derivados.



c) Apicultura

Atualmente, o Araripe é responsável por 53% da produção de mel do Estado. Impacta positivamente o meio ambiente, na medida em que exige a formação de pasto apícola para a alimentação das abelhas. De uma maneira geral, os apiários são de pequeno porte, mas podem ter uma grande produtividade se for realizado o manejo adequado.

A atividade produtiva contribui para a segurança alimentar das famílias por meio do consumo do mel e enseja renda mediante a comercialização, que é desenvolvida, sobretudo, com atravessadores e empresas que compram o mel da região para exportação. O preço oferecido pelas empresas é maior do que o oferecido pelos atravessadores. O acesso ao mercado institucional é pequeno, praticamente inexistente, precisando ser explorado, principalmente introduzindo o mel na merenda escolar.

Atualmente, observamos uma melhoria na criação de uma infraestrutura de beneficiamento com a construção de casas de mel na região. É necessário, a partir da infraestrutura apícola que está sendo criada, trabalhar na perspectiva de beneficiamento — agregando valor ao mel com a da produção de derivados — e, sobretudo, introduzir as exigências da vigilância sanitária para a obtenção da certificação do Ministério da Agricultura.

É crescente, no território do Araripe, a visibilidade dessa atividade produtiva por intermédio da promoção de encontros e festivais do mel, onde são debatidas questões diversas relativas ao desenvolvimento desse APL. Constata-se que, na região, em todos os municípios, os apicultores estão organizados em associações e cooperativas articuladas em fóruns constituídos por associações e órgãos públicos e privados. A organização associativa e empreendedora para a gestão do processo de desenvolvimento do APL na região constitui diretriz importante do processo de desenvolvimento territorial.

d) Caprinovinocultura

Na região do Araripe, existe um rebanho de 67.401 caprinos e 63.581 ovinos³. Essa atividade impacta positivamente sobre o meio ambiente, na medida em que exige bancos de forragens e manutenção

³ Plano Regional de Inclusão Social. Araripe Estratégico. Governo nos municípios 2004–2007. Condepe/Fidem, 2003, p. 40.

de pastagens para os animais. Funciona como uma poupança para as famílias e tem um importante papel na segurança alimentar e na geração de trabalho e renda para os agricultores familiares.

Os rebanhos dos agricultores familiares não são de grande porte, em virtude da pouca disponibilidade de terra e de capital para aumento do criatório nas propriedades. Outro obstáculo é o manejo alimentar e sanitário inadequado, que compromete a reprodução, a qualidade dos animais e a competitividade dessa atividade econômica.

O desenvolvimento da caprinovinocultura está associado à produção de carne e couro. Nos últimos anos, tem se demandado a produção de leite, mas as condições genéticas do rebanho e a falta de infraestrutura e, principalmente, de beneficiamento comprometem o processamento de laticínios.

Um elemento importante para ultrapassar esse limite são as atividades de capacitação profissional e assistência técnica, que estão qualificando os agricultores familiares no sentido de criarem, em suas propriedades, uma infraestrutura que permita o manejo adequado dos animais.

Por outro lado, as feiras municipais de caprinos e ovinos e os encontros realizados pelo Fórum da Caprinovinocultura na Região do Araripe proporcionam visibilidade e impulsionando o desenvolvimento desse APL na região.

e) Bovinocultura⁴

Na região do Araripe, a bovinocultura de leite envolve cerca de 164.058 cabeças, 10,8% do rebanho do Estado. Desse total, 36.844 vacas ordenhadas representam 11,47% do rebanho do Estado.

A bovinocultura também tem papel importante na economia rural. Um indicador desse papel é a quantidade de recursos mobilizados em torno das feiras de animais nos vários municípios da região.

No Araripe, o fórum Pacto da Apicultura do Sertão do Araripe (Pasa), o Fórum da Caprinovinocultura da Região do Araripe e o Fórum da Mandiocultura da Região do Araripe Pernambucano (Fomape) são câmaras técnicas do Fotear.

Construção da gestão social do território no sertão do Araripe

No ano de 1993, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, iniciou dis-

⁴ Condepe/Fidem, 2003, op.cit., p. 39.

cussões no Araripe sobre a abordagem de desenvolvimento territorial, socializando e discutindo conceitos e metodologias, bem como permitindo aos participantes um nivelamento de conhecimentos em torno da abordagem adotada.

De modo bastante democrático e participativo, foram abordados os rumos do desenvolvimento sustentável do Araripe, discutindo-se os problemas, as potencialidades, as prioridades de políticas públicas e ações/projetos a serem elaborados e executados por órgãos integrantes do fórum.

No primeiro momento, isto é, no ano de 2003, a organização do território ocorreu com a realização de um diagnóstico participativo, em que foram trabalhados os principais problemas da região, as potencialidades e as prioridades de linhas de ação. O fórum elaborou os *Projetos Territoriais do Araripe*, e o Governo do Estado de Pernambuco assumiu a responsabilidade de executar os projetos no território, em parceria com instituições integrantes do fórum.

No segundo momento, em abril de 2004, avaliando o processo de contratação e execução dos projetos apresentados em 2003, o fórum constatou que: alguns planos de trabalho foram elaborados com erros; houve cortes/ajustes de orçamento; o Governo do Estado, como executor, estava apresentando morosidade na negociação da contratação junto à Caixa Econômica Federal (CEF), com pouca acessibilidade desta para contratação; ocorreram falhas de comunicação entre as esferas de governos; e houve pouco envolvimento e pouca participação dos representantes das prefeituras nas reuniões do fórum. Mesmo assim, nos anos de 2004, 2005 e 2006, o Fotear elaborou e encaminhou novamente projetos territoriais ao Governo do Estado de Pernambuco, à SDT e ao MDA.

Até 2006, o Fotear apresentou projetos de construção de unidade de inseminação artificial; implantação de unidade de produção, conservação, tratamento e curtimento artesanal de peles de caprinos e ovinos; implantação de unidades demonstrativas de uso de água dos poços manuais rasos de aluvião; instalação de bancos de germoplasma de mandioca e capacitação dos agricultores; instalação da cooperativa de crédito Ecosol; instalação de duas casas de farinha de mandioca; construção e instalação de casas de mel.

Visão do futuro do território

Em março de 2006, em uma reunião ordinária, o Fotear discutiu questões relacionadas à gestão desse espaço de articulação e representação, preparando inicialmente o cenário em que está inserido.

Ambiente Externo

Fatores externos que potencializam o crescimento do fórum

- Demandas da agricultura familiar e oferta de políticas públicas voltadas para o atendimento dessas demandas.
- Políticas públicas de participação, planejamento, cogestão e consórcios municipais.
- Potencialidades e organização social dos agricultores familiares e da sociedade civil.
- Mercado consumidor aberto aos produtos da agricultura agroecológica.

Obstáculos externos que dificultam o crescimento do fórum

- Divisão perversa de renda na região.
- Partidarização das lutas sociais.
- Burocracia das políticas públicas e na execução dos projetos.
- Rapidez e imposição de tempo para decidir onde aplicar recursos e morosidade na aprovação e execução dos projetos.
- Poder público local com gestão centralizada e pouco transparente.
- Pouco diálogo e articulação entre poder público local e sociedade civil.
- Falta de ética no uso dos recursos públicos.
- Não-fiscalização do Executivo pelo Legislativo municipal.
- Desarticulação governamental nas três esferas.
- Descontinuidade de políticas públicas, programas e projetos governamentais, principalmente quando há mudança de governo.
- Acesso moroso e burocrático a recursos públicos.

Ambiente Interno

Pontos fracos

- Desinformação sobre as ações do fórum. Amplos setores sociais do Araripe não conhecem o Fotear e a importância dele.
- Pouca divulgação e pouco comprometimento de alguns setores do fórum com a viabilidade dele.
- Falta de comunicação entre os membros e as instituições integrantes do fórum.
- Falta de assiduidade às reuniões e falta de compromisso de algumas instituições que integram o fórum.
- Visão individualista e corporativista no fórum, faltando uma perspectiva mais aprofundada do desenvolvimento territorial e um planejamento estratégico para o fórum.
- Falta de descentralização das discussões do fórum nos municípios, nas comunidades e nas associações.
- Falta de uma estrutura física, humana e financeira que dê suporte às ações do fórum.

Pontos fortes

- Representatividade dos atores que simbolizam os municípios e os movimentos sociais.
- Identidade territorial.
- Demandas da agricultura familiar organizadas em eixos estratégicos, isto é, fortalecimento dos APLs da caprinovinocultura, apicultura, mandiocultura e segurança hídrica (água para o consumo humano, doméstico e produtivo) e políticas públicas voltadas para o atendimento dessas demandas.
- Existência de um projeto que financie a presença do articulador.
- Espírito associativista, vontade de se juntar, crescer e discutir.
- Dinamismo das pessoas.
- Experiências de ONGs em projetos de desenvolvimento e convivência com o semiárido.
- Projetos territoriais que já foram executados.

Demandas do Fotear e estruturadoras do desenvolvimento territorial

- Ampliar a captação, o armazenamento e o uso sustentável dos recursos hídricos.
- Qualificação profissional com acesso a tecnologias adequadas à realidade da agricultura familiar e do semiárido.
- Agricultura familiar organizada no plantio e beneficiamento, com proteção ao meio ambiente e revitalizando e reflorestando rios, margens e toda a Chapada do Araripe sem o uso de agrotóxicos.
- Trabalhar a agroecologia, a pequena irrigação, o bom manejo do solo, a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas.
- Comercialização mais favorável com garantia de preço mínimo, sem inadimplência.
- Acesso e ampliação do mercado interno para os produtos da agricultura familiar. Valorização através de selos, marcas e embalagens dos produtos da agricultura do Araripe.
- Potencializar os mercados institucionais para valorizar os produtos da agricultura familiar.
- Ampliar as relações políticas, institucionais e de cooperação com outros setores econômicos e sociais do território.
- Estruturação e desenvolvimento das secretarias municipais de agricultura.
- Maior integração, por meio de parcerias com as instituições governamentais e não-governamentais.
- Melhor estruturação das entidades da agricultura familiar.
- Desenvolvimento do associativismo e cooperativismo.

Eixos aglutinadores no território

As ações estratégicas foram formuladas com base na discussão coletiva de conhecimentos, práticas sociais e experiências no campo da agricultura familiar agroecológica, nos ciclos do cultivo, do processamento e da gestão e comercialização desenvolvidos por atores sociais integrantes do Fotear. Significam a convergência entre os agentes sociais sobre prioridades de linhas de ação impulsionadoras do desenvolvimento sustentável do território do Araripe.

Atualmente, os eixos estruturadores do desenvolvimento territorial e projetos elaborados em torno deles são:

a) Na dimensão ambiental

Eixo 1 – Recursos hídricos

- Implantação de unidades demonstrativas de uso da água de poços rasos em aluvião.

b) Na dimensão econômica

Eixo 2 – Caprinovinocultura

- Construção de unidade de inseminação artificial.
- Implantação de unidade de produção, conservação, tratamento e curtimento artesanal de peles de caprinos e ovinos.
- Aquisição de ensiladeiras para produção e conservação de forragens.

Eixo 3 – Mandiocultura

- Implantação de bancos de germoplasma de farinha de mandioca.
- Construção e instalação de duas casas de farinha.

Eixo 4 – Apicultura

- Instalação de um apiário institucional.
- Construção e instalação de duas casas de mel.

Eixo 5 – Crédito

- Estruturação da cooperativa de crédito Ecosol.

c) Na dimensão social

Capacitação e Ater

- Assessoria e assistência técnica às propriedades rurais.
- Sensibilização e capacitação de jovens e adultos sobre as potencialidades e o manejo da caprinovinocultura.
- Capacitação em cultivo agroecológico da mandioca.

- Capacitação em instalação e gestão de câmaras de propagação rápida de mandioca.
- Capacitação na área de apicultura.
- Cursos profissionalizantes de artesanato.
- Capacitação na área de turismo, especialmente o rural.
- Capacitação em comercialização/acesso a mercados.

Organização social

- Criação de uma cooperativa para comercialização dos produtos da mandioca.
- Criação de uma associação regional para comercialização de artesanato.

Acesso a mercados

- Inclusão do leite de caprinos no programa Leite do Governo do Estado.
- Inclusão da carne caprina na merenda escolar.
- Promoção de feiras e seminários para difundir a cultura da mandioca.
- Criação de feiras locais, exposições itinerantes e aproveitamento de eventos culturais para comercialização de artesanato.
- Fortalecimento das feiras agroecológicas e das vendas aos estabelecimentos comerciais.

Considerações finais

A experiência do Fotear evidencia que a sociedade civil se organiza com agilidade para participar da gestão de políticas de desenvolvimento territorial, até porque participação e controle social são componentes estratégicos dessa política.

Há uma dinâmica de relacionamento permanente entre a sociedade civil e o Estado, com a predominância de práticas do diálogo e de negociação, embora haja contradições e limites, porque, se o processo de debate e mobilização flui com facilidade, o mesmo não ocorre com a contratação dos projetos, uma vez que há uma série de exigências legais e técnicas desconhecidas da maioria das entidades integrantes

do fórum, especialmente as associações, em grande parte responsáveis pela gestão dos projetos territoriais.

O fato de o Governo do Estado ter que negociar com a CEF, em um só contrato, os planos de trabalho de todos os territórios dificulta mais ainda o processo. Outro fator avaliado pelo fórum é que o centro das negociações ocorre na capital de Pernambuco, dificultando o acesso dos fóruns instalados no restante do Estado.

A experiência nos ensinou que elaborar vários planos de trabalho para demandas específicas não é viável, porque cada demanda exige um plano de trabalho e, conseqüentemente, um contrato, criando para o fórum demandas excessivas de trabalho técnico e de cumprimento de obrigações legais.



Todo esse processo enseja no fórum um sentimento de que “as coisas não andam”, “não saem do papel”, provocando desânimo e descrédito quanto à importância social do próprio fórum.

A viabilidade talvez esteja em construir projetos grandes que incorporem pequenas demandas e eixos estratégicos que aglutinem maior número de agricultores familiares.

É necessário envolver os proponentes e as associações responsáveis pela gestão no processo de elaboração. O monitoramento da contratação dos planos de trabalho é condição para a geração de práticas de pertença e cooperação. É importante o fórum territorial se integrar e apoiar outras dinâmicas do território, especialmente as ações de conselho, de experiências agropecuárias agroecológicas que estão dando certo e ações de formação e de qualificação profissional.

A elaboração, o monitoramento da contratação e a execução dos projetos territoriais exigem do fórum bons debates e um núcleo técnico especializado e disponível, o que não ocorre, uma vez que os técnicos integrantes do fórum trabalham em ONGs, órgãos públicos e privados, não havendo muita disponibilidade para esse trabalho não remunerado.

Na prática, ONGs como o Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (Chapada) e o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais e Alternativas (Caatinga) investem e participam do colegiado de coordenação do fórum, porque incorporaram institucionalmente a abordagem de desenvolvimento territorial e disponibilizam para o Fotear apoio dos mais diversos tipos. A presença do articulador no território contribui com a dinamização do processo, sendo necessário a ele possuir competências políticas e técnicas para responder, de forma adequada, a demandas e desafios que surgem na efetivação dessa nova política de desenvolvimento social inclusiva e sustentável.

FITOTERAPIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: UMA CONQUISTA EM CONSTRUÇÃO

DIANA MORES
CELERINO CARRICONDE

Durante milênios, o homem aprendeu a conhecer as plantas e a valer-se de suas propriedades sobre o organismo. Os vegetais foram por quase toda a história da humanidade a maior e mais importante fonte de substâncias medicamentosas para aliviar e curar os males do ser humano.

“A medicina tradicional é parte da cultura de todos os povos do mundo, e tem sido recomendada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) como a pedra angular para a construção da APS (Atenção Primária à Saúde)”. Uma das principais contribuições da Medicina tradicional para a saúde tem sido o descobrimento do valor das plantas medicinais. “*Salvem plantas que salvam vidas*” é a palavra de ordem para a proteção destas espécies”.

Com muita razão, a OMS está incentivando os governos de todos os países, onde as condições de saúde de suas populações são precárias, a implantar programas de saúde que diminuam os custos mediante métodos e técnicas sociais aceitáveis (ver Docto. de Alma Ata – OMS - 1978).

Em países como a China, as plantas medicinais fazem parte da farmacopeia, sendo usadas em cerca de 80% das patologias da atenção primária. Os médicos de “pés descalços” são os que usam as plantas junto com a população rural, e em seu manual consta uma lista com as respectivas indicações, além de serem utilizadas na atenção secundária nos hospitais.

Outros países da África, Ásia e América Latina também seguem este caminho: Tailândia, Filipinas, Vietnã, Togo e Índia, valorizam a

sua Medicina tradicional e desenvolvem estudos aprofundados sobre a base científica de plantas nativas.

Destes países, destacamos a Índia, que publicou o dicionário *The Wealth of Índia - Row Materiais*, com informações sobre classificação botânica, toxicidade, fotoquímica e ações farmacológicas de muitas espécies medicinais, muitas delas, inclusive, encontradas no Brasil.

Em Togo (África), o Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP) participou de um Seminário Internacional de Plantas Medicinais, promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas. Nesse país, a equipe do CNMP visitou um laboratório estatal que selecionou um grupo de plantas para estudo preliminar, a partir do resgate etnofarmacológico, utilizando-as na produção de uma dezena de medicamentos fitoterápicos e economizando milhões de dólares.

Na América Latina, o exemplo mais importante é o de Cuba. Forçada pelo bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos, é obrigada a buscar em suas plantas o arsenal terapêutico para suas necessidades. Neste caso, o uso não fica restrito à atenção primária à saúde, mas estende-se à atenção secundária. Um dos livros mais sérios que se conhece na América Central é o *Elemento para uma Farmacopéia Caribeña* (Seminário Tramil), sendo Cuba um dos principais participantes. Consta nesta obra investigações de laboratório e estudo de casos clínicos. Este exemplo demonstra que somente com vontade política será possível alcançar a melhoria das condições de saúde da população mais necessitada.

Na América do Norte, hoje, existem milhões de usuários buscando nas plantas medicinais e nos fitoterápicos soluções para seus males e muitos profissionais, prescrevendo-os, segundo pesquisas da Harvard Medical School, que comprovou o aumento do uso de terapias complementares (25 bilhões de consultas para 386 milhões para alopatia). Um dos sinais é a publicação do *Physician Desk Reference for Herbal Medicines*, em sua quarta edição (2008), com mais de 700 plantas do mundo inteiro.

Desde a década de 1980, o CNMP já trabalhava com a hipótese de que o futuro da Medicina estaria nas plantas medicinais, pois os núcleos terapêuticos utilizados, até então, já não respondiam de forma eficaz às necessidades do mercado. Soma-se a isto a ineficácia das drogas químicas usadas nos tratamentos do câncer e demais patologias

degenerativas, que tornam urgente a busca de novos núcleos terapêuticos. Além disso, a exigência dos consumidores por produtos naturais e menos tóxicos tornava as plantas uma opção certa para o futuro.

Artigo publicado na Gazeta Mercantil (agosto de 2001) referia-se à venda de fitoterápicos que havia aumentado 15% enquanto, a de alo-páticos só 4%. Hoje o fitoterápico deixa de ser modismo e passa a ser uma tendência no mercado, mas é preciso sair do uso empírico e partir para o estudo científico das plantas medicinais brasileiras para que estas sejam validadas e transformadas em fitoterápicos

A proposta do CNMP é ir *De volta às Raízes*. Que não se entenda por isso um retorno saudosista ao passado, mas sim uma redescoberta de uma cultura, a Medicina popular, que foi sufocada. Por outro lado, um resgate dos valores dessas práticas médicas, como também da identidade das pessoas excluídas, reavendo sua condição de sujeito de um processo que passa pelo corpo mas que se integra num mundo físico, social e político e desperta para uma consciência cidadã, assumindo deveres e lutando por direitos para viver com dignidade.

Hoje, o uso das plantas medicinais não deve ser encarado unicamente do ponto de vista terapêutico. Para o CNMP, tão importante quanto este são os aspectos antropológico, pedagógico, econômico e ecológico.

Aspecto antropológico

O trabalho comunitário tem como protagonistas pessoas que vivem na marginalidade do processo socioeconômico e cultural, desvalorizadas por serem pobres, analfabetas e mulheres (muitas vezes perdidas da sua própria identidade), mas por outro lado, com uma riqueza muito grande do que aprenderam na vida e que lhes ajuda a viver.

Mediante o resgate do seu “saber” e “saber fazer” no processo saúde x doença, que é o próprio conhecimento sobre as plantas medicinais, recobra-se não só a planta medicinal (instrumental terapêutico), como também a identidade e a autoestima das pessoas, pois, na medida em que o indivíduo verbaliza seus “saberes”, exercita o seu “poder”. É no exercício do “poder” que ele recupera a autoestima. Nesse sentido, fortalecer e “empoderar” pessoas é promover saúde.

Aspecto pedagógico

Inspirado na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, o processo educativo para a saúde deve partir do “saber do povo” para se chegar ao “saber do técnico”. A planta medicinal é o núcleo pedagógico de educação popular para a saúde. Primeiro se aprende a conhecer as plantas e a indicação terapêutica de cada planta com o povo e depois se torna mais fácil disponibilizar o saber do técnico, que é a relação de causa-efeito das doenças. Só então é que se viabiliza a possibilidade do trabalho de prevenção das doenças. Assim, o processo educativo deve ser uma relação dialógica entre educador e povo.

Aspecto econômico

O problema dos medicamentos é traduzido não só pela ausência pura e simples destes nos locais de necessidade, mas também pela distância que separa o preço do medicamento do orçamento minguado das famílias pobres, tornando inacessível o seu consumo. No Brasil, só recentemente, o uso dos genéricos se tornou obrigatório.

Assim, em um programa de saúde convencional, os gastos com o item “Medicamentos” podem chegar a um terço ou até a metade do valor total do programa, tornando-o muito caro. Por isso é importante sua substituição por opções saudáveis, eficazes, seguras e economicamente viáveis, como o uso das plantas medicinais.

É essencial ressaltar, no entanto, que, nas patologias da APS, as plantas têm papel muito importante, mas não se exclui a necessidade do uso dos medicamentos alopáticos, sendo fundamental que haja uma política de cesta básica de medicamentos, para viabilizar o acesso da população a eles.

Aspecto ecológico

Segundo especialistas da OMS, a cada hora uma espécie de planta desaparece do Planeta. É muito importante que se implementem ações concretas antes que a humanidade perca esse manancial terapêutico que a natureza deu, e continuará dando, se o homem passar a ter uma atitude de mais harmonia com a natureza.

Durante a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – realizada em junho de 1992, no Rio

de janeiro, no que se refere às plantas medicinais, foram levantadas as seguintes questões: as plantas medicinais são amplamente utilizadas por milhões de pessoas em todo o Planeta e demonstram sua eficácia para o tratamento de muitas doenças; representam um recurso muito importante para a saúde e patrimônio cultural incalculável para cada um dos povos que as utilizam; parte da biodiversidade cultural e biológica do planeta Terra.

Foi também na ECO-92, no Fórum Global, que foram expressas uma declaração e algumas propostas de ação das ONG's em relação às plantas medicinais, entre elas: promover a criação de bancos de germoplasma vivo (hortas de plantas medicinais), localizados nas mesmas comunidades e administrados por elas; promover sua aplicação na APS como estratégia centrada na participação; incentivar a autonomia das comunidades mediante adequada divulgação e capacitação.

Desse modo, o cultivo das plantas medicinais difunde o cultivo orgânico, substituindo o uso de agrotóxicos pelo adubo natural, o que, além de beneficiar a saúde humana e ambiental, diminui os riscos de extinção de várias plantas. Preserva a biodiversidade a partir do cultivo com base agroecológica em detrimento da monocultura, que mata a terra e destrói a economia de subsistência dos agricultores dos países em desenvolvimento. Fortalece o saber popular sobre a biodiversidade e a Medicina tradicional, diminuindo a biopirataria, mediante a qual as grandes corporações se apropriam do saber do povo para aumentar seus lucros.

Mais ainda, diante da ameaça das alterações climáticas, pela qual passa a Terra, é fundamental preservar e recuperar as árvores, ervas e arbustos para preservar a vida.

Aspecto Terapêutico

O uso terapêutico das plantas medicinais deve ser orientado para que a planta tenha maior eficácia sem provocar efeitos colaterais. Por isso, é importante agregar ao saber empírico os conhecimentos produzidos cientificamente, para sua validação e patenteamento, evitando a biopirataria tão comum no Brasil e, em especial, nas áreas da Amazônia.

PRINCIPAIS AÇÕES DO CNMP NA PROMOÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

O trabalho junto às comunidades

A história do CNMP começou em 1979, quando seus fundadores, o médico Celerino Carriconde e a enfermeira Diana Mores, chegaram ao Recife. Trabalhavam junto às comunidades no bairro de Casa Amarela e assessoravam outros bairros da grande Recife como também de várias cidades de quase todo o Norte/Nordeste, que compreendia os Estados da Paraíba, Ceará, Sergipe, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão e Pará. Esta pode ser descrita como fase “etnofarmacológica”, da qual o interesse central era reaver o saber (ciência) e o saber-fazer (tecnologia) do povo. “Ficamos cinco anos aprendendo/ensinando com o povo. Fazíamos reuniões, o povo levava a plantinha, botávamos numa cartolina, e íamos anotando. A cada reunião, as plantas iam se somando. No final de cinco anos de trabalho, a primeira sistematização foi feita. Das mil plantas, selecionamos as duzentas plantas que mais se repetiam. (análise estatística). Se uma planta tem um efeito que se repete em dez comunidades, estatisticamente a planta tem base científica”, declara Celerino Carriconde.

Esse estudo foi publicado em diversas cartilhas, onde, paralelo ao saber popular se agregava o conhecimento científico, porém, ambos ainda limitados, pois somente depois de vários anos de estudo se aprofundaram os conhecimentos que deram origem ao *Boletim De Volta Às Raízes*.

Nessa fase, o trabalho era feito junto à Pastoral da Saúde da Igreja Católica, porque, nesse período, o sistema de saúde não era universal, e a grande massa de indigentes não tinha acesso a atendimento médico e as igrejas supriam essa demanda. Foi apenas em 1985 que o sistema de saúde se universalizou, no governo José Sarney.

Em 1988, o trabalho de Carriconde e Diana Mores ganhou uma razão social jurídica, passando a ser Centro Nordestino de Medicina Popular, organização não governamental (ONG) empenhada na luta pela atenção primária à saúde, entendendo a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma conquista do povo brasileiro.

A primeira vez em que Carriconde defendeu a Fitoterapia a um público específico de saúde foi no II Encontro Nacional de Medicina

Comunitária (ENEMEC) realizado em Pernambuco em 1980. Nessa ocasião, as ideias não foram muito bem acolhidas, como relata o médico: “O pessoal me acusava de fazer medicina de pobre. Mas isso foi mudando quando começaram a ver o trabalho da gente, o empoderamento das pessoas, o resgate do saber e do saber fazer do povo”. Posteriormente, o ENEMEC passou a se chamar Movimento Popular de Saúde (MOPS).

Outro momento importante para difundir a importância do uso das plantas foi a Campanha da Fraternidade de 1981, sobre saúde, promovida pela CNBB, o que possibilitou a difusão do trabalho junto às comunidades de base de vários estados do Nordeste.

Além da recuperação do conhecimento tradicional, o CNMP desenvolve junto aos grupos populares atividades de formação para o uso adequado das plantas. Posteriormente esses grupos iniciam o cultivo de hortas vivas e a manipulação de remédios à base de plantas. Em 1985, foram inaugurados a primeira farmácia viva e um laboratório semiartesanal de manipulação, no Córrego do Jenipapo, Recife, que surgiram da necessidade de se ter os remédios durante todo o ano, pois certas plantas, que são, anuais desaparecem na época de calor. Os remédios eram comercializados a baixo custo para as pessoas mais necessitadas. Isto causou um impacto e a mídia começou a divulgar esta ação, o que provocou uma reação em cadeia e outras áreas começaram a fazer suas farmácias comunitárias.

Em sua trajetória, o CNMP apoiou a constituição de 21 farmácias comunitárias e a criação de hortas comunitárias e familiares na Região Metropolitana do Recife, em vários municípios de Pernambuco e nos Estados da Paraíba e no Rio Grande do Norte. Assessorou, em todos os estados do País, diversos grupos populares de saúde sobre atenção primária à saúde e Medicina caseira.

Encontros que deem visibilidade ao tema e envolvam a população, profissionais de saúde e gestores municipais, estaduais ou federais são uma importante estratégia para a mobilização e o fortalecimento da Fitoterapia como política pública. A trajetória dos encontros com relevância para esse tema vai desde o ENEMEC, no início da década de 80, até o VII Encontro Nacional de Plantas Medicinais em Serviços Públicos.

O CNMP coordenou vários encontros tanto no plano estadual, quanto nacional. O primeiro organizado por sua iniciativa em Per-

nambuco foi o I Encontro de Raizeiros e Curandeiros, em 1984, que precisou ser reformulado dois anos depois, porque os raizeiros assumiram atitude de médico da comunidade e começaram a cobrar caro por seus remédios. “Então a gente mudou o eixo, de medicina tradicional pra medicina caseira, porque quem faz o remédio da casa é a mãe”, destacou Carricone.

Dois anos depois, em 1986, começamos a fazer os Encontros de Medicina Caseira e a despertar para intervir nas políticas públicas, com vistas à municipalização da saúde e ao controle social, trabalhando o aspecto assistencial e promocional da saúde. Estes encontros foram fortalecendo as mulheres (principais participantes), pois os eventos anuais, além de trocas de saberes, eram também momentos de despertar para a luta por melhores condições de vida e para o exercício de cidadania.

Mais uma nova onda se propagando

Em todo o País, o trabalho com as plantas medicinais se irradiava, em especial, nos setores da Igreja, principalmente na difusão e utilização das plantas na atenção primária à saúde (APS) em cerca de 20 estados do País. Esse fato provocou impacto na venda dos medicamentos alopáticos, principalmente no Recife. Uma pesquisa realizada entre julho e agosto de 1994 pelo Conselho Regional de Farmácia, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, junto à população da Região Metropolitana do Recife, constatou que 96% das famílias entrevistadas utilizavam um ou mais tipos de ervas como medicamentos, 91,9% faziam o seu próprio remédio e 40,8% cultivavam plantas medicinais em suas casas (PONTES, 1994).

O CNMP na luta pela regulamentação da fitoterapia e das plantas medicinais

Na primeira etapa do trabalho, foi priorizado o recobro do uso das plantas, como também a ideia de capacitar agentes pastorais a montar farmácias vivas e laboratório de manipulação semiartesanal nas comunidades ligadas à Igreja. Posteriormente, outros agentes como universidades e institutos de pesquisa foram procurados pela equipe do CNMP, na busca da base científica das plantas medicinais e à medida

que o CNMP avança, é convidado a montar projetos em parceria com prefeituras, como foi o caso do Brejo da Madre de Deus, no agreste pernambucano, como também capacitação dos profissionais do PSF – Programa Saúde da Família, nos Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Itapissuma, Bezerros e Arcoverde.

Em 1997, o CNMP, junto com o a Diretoria Executiva de Assistência Farmacêutica, promoveu o I Seminário de Fitoterapia do Estado de Pernambuco, com participação do Secretário Adjunto de Saúde do Estado, representantes da Universidade Federal e Rural de Pernambuco, da Cruzada de Ação Social, Secretaria de Saúde de Itapissuma, Secretaria de Saúde de Fortaleza/CE e grupos comunitários.

O objetivo principal deste seminário foi o de é elaborar um documento para ser encaminhado ao Ministério da Saúde, sobre uma legislação adequada para os serviços públicos, governamentais e/

ou não governamentais, diferenciado dos já elaborados para as grandes empresas. Este documento foi apresentado nas Conferências Municipal, Estadual e na X Conferencia Nacional de Saúde, onde tivemos um grande apoio não só dos usuários como também dos gestores, inclusive do Ministério da Saúde, pelo fato de reconhecer

na fitoterapia um instrumental muito importante na APS. Foi a primeira vez que profissionais da área de saúde, pesquisadores e representantes das comunidades de quase todo o País se reuniram para deliberar e lançar propostas para serem implementadas como política pública .

Em 1996, aconteceu o V Encontro Nacional de Plantas Medicinais em Serviços Públicos, em Florianópolis, quando, representante do CNMP foi eleito coordenador nacional de plantas medicinais em serviços públicos.

1º SEMINÁRIO NORDESTINO DE PLANTAS MEDICINAIS NA APS E BIODIVERSIDADE

**POR UMA POLÍTICA DE PLANTAS
MEDICINAIS NA APS DO BRASIL**



Na condição de coordenador, representando o CNMP, Celerino participou de encontros regionais de plantas medicinais em serviços públicos de vários estados, o que foi uma oportunidade de articular profissionais de áreas afins e pesquisadores com os movimentos sociais, para propor uma legislação para o uso das plantas medicinais, com enfoque na APS e na preservação da biodiversidade.

Assim, o CNMP coordenou a sexta e a sétima edições do Encontro Nacional de Plantas Medicinais em Serviços Públicos, em 1998 e 2000, respectivamente, e continua participando destes encontros. O encontro de 2002 recomendou o uso das plantas no Serviço Público: “Integrar no Sistema Único de Saúde o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos”.

O contato com as universidades foi de vital importância, em especial, com a Universidade Federal do Ceará, com o Professor Francisco José de Abreu Matos, um dos pesquisadores mais antigos do Brasil – recentemente falecido – que desenvolveu um projeto de farmácias vivas, ao nível do Estado do Ceará, como também de Manipulação de Plantas Básicas da Região, com a Universidade Federal da Paraíba junto com a Professora Rinalda, do Departamento de Farmácia daquela academia, que conseguiu articular o conhecimento popular com o científico, mediante a criação de um curso optativo em seu Departamento para a pesquisa científica das plantas de uso popular. Por meio destes pesquisadores, o CNMP tinha acesso a informações e pesquisas relacionadas com as plantas da APS.

Na X Conferência Nacional de Saúde 1996, realizada em Brasília, o tema central foi “SUS - Construindo um Modelo de Atenção à Saúde para a Qualidade de Vida”. Nessa Conferência, foram aprovados o Programa de Saúde da Família e o Piso Assistencial Básico, como também uma moção pela fitoterapia e plantas medicinais na APS, com mais de 500 assinaturas. Assim, o item 286.12-do Relatório da 10ª Conferência Nacional de Saúde indica: “Incorporar no SUS, em todo o País, as práticas de saúde como a fitoterapia e as Plantas Medicinais, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares” e, no item 351.10: “O Ministério da Saúde deve incentivar a fitoterapia na assistência farmacêutica pública e elaborar normas para sua utilização, amplamente discutidas com os trabalhadores em saúde e especialistas, nas cidades onde existir maior participação popular, com

gestores mais empenhados com a questão da cidadania e dos movimentos populares”.

Desse momento em diante, em todas as conferências estaduais do Estado de Pernambuco, o CNMP, junto com outras ONGs e o movimento popular, conseguiram aprovar a proposta de inclusão da Fitoterapia como política pública no SUS, como aconteceu na 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2003, que aponta a necessidade de se “investir na pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para produção de medicamentos homeopáticos e da flora brasileira, favorecendo a produção nacional e a implantação de programas para uso de medicamentos fitoterápicos nos serviços de saúde, de acordo com as recomendações da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. O maior problema, no entanto, continuava sendo o da aprovação de uma legislação estadual e federal.

Nas décadas de 1980 e 1990, o CNMP se empenhou em aprovar uma legislação que regulamentasse o uso de fitoterápicos. Neste período, entre outras ações, o CNMP participou, em 1996, da CONAFIT, Comissão Nacional de Assessoramento na Regulamentação de Fitoterápicos ligada à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), onde, em 2000, foi aprovada a RDC nº 17, de fevereiro de 2000 que definia as plantas medicinais que poderiam ser usadas pela indústria e as comunidades, sendo a maioria europeias. Infelizmente, o ministro da saúde desconsiderou-a, viabilizando apenas a produção de fitoterápicos pelas grandes empresas multinacionais. Dessa forma, voltamos novamente ao *lobby* para a regulamentação da Fitoterapia e das plantas medicinais para pequenos e medianos laboratórios e como política pública de saúde, no sentido de evitar a biopirataria e preservar a nossa biodiversidade

Em seguida, o CNMP recebeu o convite para fazer parte da Comissão Nacional de Terapias Não Convencionais, órgão do Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância Sanitária), que tinha como objetivo normatizar o uso dessas terapias.

Após vários seminários, encontros e iniciativas em prol da elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em 2005, foi criada a Comissão de Trabalho Interministerial, da qual o CNMP também faz parte até hoje, para elaborar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia no SUS.

Alguns avanços já podem ser destacados, como a aprovação do uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos no SUS; a Portaria 971, de maio de 2006, regulamentando a fitoterapia e as plantas medicinais junto a outras terapias complementares; o decreto 5813, de 22 de junho de 2006, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações que garantam o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso País, o desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como o fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, o uso sustentável da biodiversidade brasileira e a valorização e preservação do conhecimento tradicional associado das comunidades tradicionais e indígenas; e a aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a ser adotada como política pública no SUS, que propõe a inclusão das plantas medicinais e Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura e Termalismo Social/Crenoterapia como opções terapêuticas no SUS.

É preciso destacar a noção de que, durante a gestão do governo Lula foi aberto um processo para discussão em instâncias deliberativas na área da saúde, em torno das plantas medicinais e dos fitoterápicos, com a participação de usuários, profissionais de saúde e pesquisadores de quase todo o País, desembocando na aprovação de uma Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia.

Existe, todavia, uma pressão da indústria farmacêutica internacional e de multinacionais para impedir a regulamentação da Política de Plantas Medicinais e Fitoterapia no Congresso Nacional, alegando que as plantas medicinais brasileiras não estão validadas e, dentro de uma lista, aprovaram somente o guaco e o maracujá, abrindo possibilidades para os laboratórios internacionais venderem seus fitoterápicos a elevados preços. Outro fator é a corrupção como um dos grandes empecilhos, pois no Brasil um dos caminhos para o desvio de verbas está na compra de medicamentos

OS DESAFIOS E AS LUTAS PARA O FUTURO

Lutar para que o decreto 5813 que regulamenta Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterapia.(P N P I C), em especial a Fitoterapia e as plantas medicinais,vire lei, porque decretos e portarias, na mudança de gestão poderão ser extintos.

Para que o Congresso legisle a favor dessa política, a pressão popular é uma ferramenta fundamental. Além disso, trabalhar para que os estados e municípios ponham em prática a Política de Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS, por meio de todas as formas de pressão, quer na Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa, acreditando que a quantidade de atividades dos movimentos sociais é que levará a uma nova qualidade de uma ação mais eficaz.

A proposta do CNMP com relação à legislação de plantas medicinais é a de que sejam usadas as plantas medicinais brasileiras nas patologias de APS, de acordo com o bioma de cada local. Primeiro, para evitar a biopirataria, e para que sejam liberados mais recursos para sua validação. Para isso é necessário que se façam uma **Política de Pesquisa de Plantas Medicinais**, segundo os biomas, e um levantamento da demanda apresentada pela atenção primária a fim de evitar a pulverização de recursos, muitas vezes sem retorno, e montar a Farmacopeia Brasileira; utilizar plantas locais para a manipulação local, ou seja, em laboratórios de mediano e pequeno porte e com legislação adequada, para diminuir custos e gerar renda aos agricultores familiares e e o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional neste campo. Para isto, a ANVISA deverá adequar sua legislação para laboratórios de pequeno e médio porte. Aliado a isto, promover o desenvolvimento e uso sustentável da biodiversidade nas cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos e o retorno dos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos de plantas medicinais às comunidades onde esses conhecimentos foram pesquisados .

Outro desafio que se apresenta atualmente para o CNMP, de maneira geral, é o de se articular melhor com organizações da América Latina, com o objetivo de implantar projetos de plantas medicinais na APS, de lutar pela biodiversidade de nossos países, que está sendo destruída pelos grandes projetos de barragens e de agricultura extensiva, como também das leis de patentes que nos torna dependentes do grande capital.

O CNMP e o setor público

Conscientes da dificuldade de se legislar nesta matéria, o CNMP decide utilizar outra estratégia, que é a de incentivar o uso da fitoterapia

pia no contexto municipal. Dessa forma, à medida que cresce o número de municípios utilizando fitoterápicos, a sua aprovação no contexto estadual e federal tem mais chance de ser promovida.

Dentro dos vários municípios que o CNMP assessorou para a implantação da Fitoterapia na atenção primária à saúde alguns exemplos de sucesso e dos problemas encontrados:

<p>Prefeitura Municipal do Brejo - PE</p>	<p>Este Município fazia parte de um convênio entre a Secretaria Estadual de Saúde, Universidade Federal de Pernambuco (Núcleo de Saúde Pública) e JICA (Japan International Cooperation Agency) para o desenvolvimento de ações de saúde pública no Município. Dentro das prioridades manifestadas pela população estava o uso das plantas medicinais. O CNMP foi chamado em 1996 para dar assessoria na implantação de um laboratório municipal de manipulação de plantas medicinais na APS e para a capacitação dos profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) e Programas Comunitários de Saúde (PACS). O laboratório continua a funcionar e os secretários de saúde do Município participa de vários encontros estaduais e nacionais, onde se posicionaram a favor da medida ainda do ponto de vista da economia de recursos, pois com esta política o Município poupa até 30% de seu orçamento em medicamentos e reduz o número de hospitalizações e os gastos com as AIH, segundo o atual secretário de saúde, Gil Brasileiro</p>
<p>Prefeitura Municipal do Cabo - PE</p>	<p>O CNMP realizou capacitação dos profissionais do PSF e do PACS, pois a Secretaria de Saúde do Município estava interessada em implantar o uso da Fitoterapia na APS. A produção dos remédios fitoterápicos é feita por um grupo popular de saúde que teve de adequar seu laboratório para os padrões da ANVISA ,tanto no aspecto estrutural/físico, quanto de controle de qualidade,e atualmente participa de licitações públicas do Município do Cabo para fornecer medicamentos.</p>

Nova Palmeira - PB	A ONG que também teve de se adequar aos padrões da ANVISA, realiza parceria com o Município e passa a vender fitoterápicos para a prefeitura. Em vista do sucesso da parceria, a ONG, com respaldo da Prefeitura, cria o Fórum Regional de Plantas Mediciniais, com o objetivo de criar consórcios intermunicipais para a produção e distribuição de remédios de plantas medicinais locais em laboratórios semiartesanais de manipulação. Esta ação está em processo e um desdobramento foi o financiamento do Banco do Brasil para a construção de um laboratório adequado às necessidades atuais.
Rio Grande do Sul	Durante o Governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, o CNMP assessorou 18 municípios no entorno de Erechim-RS, que mostravam interesse em implantar o uso das plantas medicinais na atenção básica. Infelizmente, com a mudança do Governo estadual, houve cancelamento do programa. Atualmente, as pastorais de saúde e da criança, junto com alguns sindicatos, continuam com a produção de remédios à base de plantas

BARRAGENS SUCESSIVAS

A EXPERIÊNCIA NO RIO UMARI¹ –

OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL

Francisco Leonardo de Andrade Freitas
Joseilton Evangelista de Sousa

Neste trabalho não temos a intenção de esgotar ou dar por acabado a constante dinâmica de criar do povo nordestino, de, nas adversidades, encontrar as saídas e com alegria acreditar que o melhor é possível. Visamos apenas a apresentar essas saídas como opção de convivência com os fatores climáticos do semiárido e sua consequência na vida socioeconômica das pessoas, tornando-as políticas sociais para o bem coletivo.

Também não podemos deixar de registrar que a luta pela democratização dos meios de produção, terra e água no semiárido brasileiro é antiga, difícil e ainda com pouco êxito, considerando a grande necessidade da população dessa região. E, nesta caminhada, o conjunto das experiências desenvolvidas pelas famílias agricultoras, órgãos de pesquisa e entidades da sociedade civil aponta para as mudanças necessárias para a constituição de um semiárido com maior dignidade e mais justiça social.

Para que possamos compreender o que será exposto, é preciso conhecer mais o nosso semiárido. Segundo Mendes (1997)

A região semi-árida é aquela que possibilita o desenvolvimento de uma cobertura vegetal mais ou menos contínua, como a caatinga, a savana ou estepe, mas que não permite o cultivo de plantas anuais como milho de maneira regular e com boa produtividade em virtude da baixa pluviosidade e da má distribuição das chuvas. Outra característica é a necessidade de irrigação

1 Árvore que brota na margem do rio.

complementar, a ocorrência de secas periódicas, a presença de vegetação xerófila, assim como a de solos pobres em matéria orgânica, e geralmente ricos em cálcio e potássio, e numerosas e extensas manchas salinizadas e precipitação de chuvas abaixo de 800 milímetros. Sob o ponto de vista natural é a semi-aridez que singulariza o Nordeste em relação às demais regiões do país. (Andrade Apud BNB, 2005:11).

Sabe-se que o nosso semiárido é o mais chuvoso do Planeta, mesmo com incertezas quanto ao período e a intensidade dessas chuvas. Isto nos faz concluir que o problema do deficit hídrico existente na região não é falta de chuvas e sim formas de guardar essa água. Não obstante este cenário de deficit hídrico, na região Nordeste, onde está



localizado o semiárido, existe o maior número de grandes, médios e pequenos açudes do mundo. Alguns números dão conta de mais de 70 mil unidades. Sendo assim, o SAB tem um imenso estoque de águas cercadas, potencial que corresponde a 37 bilhões de metros cúbicos de água. (Potencialidades do Semiárido – Manoel Bonfim – DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Mesmo

assim, se considerarmos que no semiárido anualmente precipita 750 bilhões de metros cúbicos de água, segundo cálculos da ANA - Agência Nacional das Águas, a água armazenada, ainda é pouca.

Outro grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No semiárido brasileiro, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação (MALVEZI). O problema se agrava em função da quantidade de pessoas que vive nessa região, chega a ser maior que muitos países, em extensão e habitantes. “O Nordeste é a segunda região mais populosa e a mais dividida do ponto de vista político-administrativo, abrangendo 09 dos 27 estados da federação”. (ANDRADE Apud BNB, 2005:11). Com área de 969.589,4 km², do Piauí ao norte de Minas Gerais, ocupa 67% da área do Nordeste, com população de cerca de 22 milhões de pessoas, representando 46%

da população nordestina; é um gigante, que apesar da exclusão social, é rico em música, arte, história e cultura.

Diante da situação se faz necessário buscar soluções viáveis que atendam a demanda da população e mitiguem os efeitos do deficit hídrico. Utilizaremos a expressão Tecnologia Social (TS), para nos referir a ações de armazenamento de água para consumo humano, dessedentação animal e produção, reservas estratégicas de alimentos para segurança alimentar e criação animal e processos político-social-pedagógicos de mobilização e capacitação. Encontramos outras denominações, como tecnologias de convivência com o semiárido (TCCSA) e tecnologias adequadas (TA). Tais ações desenvolvem-se em benefício da população e agricultura familiar, na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.

A difusão e adaptação dessas tecnologias mudou a vida de muitas famílias. Detere-nos-emos a uma proposta específica: as barragens sucessivas (BS). Barragens sucessivas são intervenções feitas em riachos e rios intermitentes, com paredes de concreto, uma após outra, de forma que a água fique represada, sem inundar as terras produtivas e sem mudar o curso do rio, construídas uma após outra, abastecendo o lençol freático, os poços e cacimbões, podendo tornar um rio intermitente em perene, com o devido manejo ambiental e através de um processo de gestão política da microbacia.

Estratégia para consolidação da proposta

Na busca por soluções aos problemas vividos, as famílias ribeirinhas das comunidades de Várzea do Barro, Caiçara, Cajazeiras I e II, Encantado, nos Municípios de Umarizal, Teixeira (em Rafael Godero), Abderramant e Cacimba do Meio (em Caraúbas), todos no Estado do Rio Grande do Norte, se articularam em torno do processo que construiria as barragens sucessivas no rio Umari.

A mobilização social foi fundamental para o desenvolvimento da proposta. As associações, por meio dos fóruns municipais de políticas públicas (FMPP), que congregam um conjunto de organizações, cujo objetivo é discutir e propor ações que atenda as demandas da população, definiram como prioritária a recuperação do Rio por meio das barragens sucessivas. O fórum contou com parceiros como: Diáconia, Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Umarizal, Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Caraúbas, Projeto Dom Hélder Câmara, Governo do Estado, por meio do Programa Desenvolvimento Solidário, prefeituras municipais e associações rurais, num amplo processo para viabilizar as condições necessárias para realização do sonho comunitário. A Diaconia esteve envolvida desde o início, por intermédio do Programa Municipal de Convivência com o semiárido (PMCSA), estratégia que direcionou a estruturação dos fóruns na perspectiva de autonomia política e propositiva. Esse programa articula diversos parceiros que, fortalecendo a sociedade civil, busca em ações simples a mitigação dos efeitos da seca.

Em razão dos impactos sociais de melhoria na condição de vida de muitas comunidades, essas tecnologias sociais podem se tornar uma política social ou influenciar na execução de ações governamentais, como no exemplo das barragens sucessivas, onde as associações conseguiram destinar recursos do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR II²), para sua construção.

Atividades de intercâmbios foram realizadas para conhecer melhor a tecnologia e adapta-lá à realidade local. No fim de 2002, o grupo de agricultores/as, acompanhados do Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Umarizal e Caraúbas e Diaconia, visitaram as barragens sucessivas de Serra Negra do Norte-RN. Os representantes do STTR de Serra Negra apresentaram o projeto técnico e a obra física. Na ocasião, percebeu-se que se tratava de opção viável e adaptável à localidade e para prática de agricultura familiar e que poderia recuperar o Rio, ação importante para a bacia hidrográfica da região; com uma proposta de recuperação da mata ciliar, seria um projeto piloto no semiárido, cuja proposta poderia ser adaptada a outras regiões.

Contexto da proposta e suas finalidades

O semiárido, historicamente, foi olhado de forma equivocada por muitos políticos. A população sempre foi vista como simples objeto de valor eleitoral, onde o velho conhecido coronelismo afugentava aqueles que não se submetiam aos ditos do Império, em plena República. Os “pacotes” tecnicistas preparados nos gabinetes de quem sequer conhecia o semiárido, propostas de combater o impossível e desconhecido para muitos, tornava o Nordeste um território à parte, não para os

2 Programa de Combate à Pobreza Rural, financiado pelo Banco Mundial.

milhões de sertanejos e sertanejas que sempre acreditaram na luta, na mudança, cuja crença nunca desfalceu diante das dificuldades.

O Rio Grande do Norte se caracteriza por ter quase 100% do seu território no semiárido. Ao longo do tempo a população viveu esquecida, sobretudo no interior, onde a exclusão social alcançou os níveis mais desumanos. Apesar das incertezas climáticas e do déficit hídrico, o Estado possui farta bacia hidrográfica e grandes reservatórios de água, como a barragem Armando Ribeiro com capacidade para 4.000.000.000 de m³ no Município de Assu, e a barragem de Santa Cruz, no Município de Apodi, com capacidade para 600.000.000 m³ e diversos açudes de grande e médio porte. Grande parte dessa água, entretanto, não atende as necessidades difusas das famílias. Parte é canalizada para cidades e a grande parte, no caso da barragem Arman-



do Ribeiro, vai para irrigação de plantações de grandes empresas. Outro fator importante é a contaminação dessas águas, pois alguns reservatórios estão em processo de eutrofização. Algumas famílias que moram próximo a esses reservatórios precisam de cisterna para ter acesso a água de beber; e não podem usar a água para dessedentação animal e produção.

A região onde se localizam barragens sucessivas é denominada Território Sertão do Apodi. Não por acaso que o rio Umari é afluente do importante rio Apodi-Mossoró. O Rio é alimentado durante os períodos de chuvas por córregos. Seu período viçoso é de fevereiro a maio. Após esse período seca, e nas margens e no seu leito se desenvolve a agricultura de vazante. Em 1996, foi construído no curso do rio Umari o açude Rodeador, com capacidade para 20.000.000 m³, que abastece várias cidades.

Com a construção do Açude, o Rio perdeu a capacidade de suporte para plantação. Somente nos anos cujos inverno era suficiente para encher o Açude, o Rio se tornava temporariamente corrente. Nos anos de seca, nem mesmo as comportas que, se abertas, poderiam alimentar

o fluxo do Rio. Assim sendo, as comunidades buscaram nas barragens sucessivas a alternativa para minimizar esse problema.

As barragens sucessivas têm a característica de permitir a intervenção no Rio sem causar danos ambientais. As águas acumuladas, entre uma barragem e outra, seguindo a lógica de sucessivas, não inundam as margens de terras férteis, mas proporcionam um processo de trabalho que permite recuperar a mata ciliar desse rio, na perspectiva de uso sustentável das águas para fins difusos, perenização e recomposição da vegetação nativa. As águas superficiais e subterrâneas abastecem os poços e cacimbões que potencializam a agricultura familiar irrigada, por microaspersão e gotejamento, dando condições para famílias permanecerem em comunidades, gerando segurança alimentar, nutricional e renda. Outro destino das águas é a dessedentação animal e reservas estratégicas de estocagem de alimentos por meio dos bancos de proteínas.

Segundo informações de famílias agricultoras que estão na Associação Agroecológica Oeste Verde (AAOEV), cada barragem sucessiva pode beneficiar até 540 famílias. Alguns depoimentos refletem o ganho no desenvolvimento das ações de recuperação da vegetação nativa.

“Nas enchentes no rio Umari do forte inverno desse ano, muitos açudes e barragens sucessivas não resistiram a força da água, interferindo no curso do rio e invadindo terras produtivas. Porém observou-se que nas margens onde as famílias estão em um processo organizativo consolidado e com ações de recuperação e preservação ambiental, os danos foram menores”.

O projeto original prevê a construção de 14 barragens sucessivas, com recursos do Banco Mundial via Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR II, executado no Estado pelo Programa de Desenvolvimento Solidário, do PRONAF Infraestrutura, em parceria com Diáconia, Projeto Dom Hélder Câmara, prefeituras locais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Atualmente são quatro concluídas: Teixeira, Cajazeiras, Abderramant e Cacimba do Meio.

A forma de construção de acesso das famílias aos recursos se deu de forma democrática. Necessariamente, as discussões passaram pelo Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC, onde as demandas comunitárias são discutidas e priorizadas no Fórum Municipal de Políticas Públicas. A construção das barragens esteve atrelada à pers-

pectiva de constituir um comitê gestor das águas, cujo processo se trata de mobilização e forte articulação política local.

Para sua implementação, o primeiro passo é a locação da barragem, de preferência em lugar com maciço de pedra, que possa dar suporte à estrutura da parede. Isso facilita a construção do alicerce. É importante destacar que o alicerce precisa alcançar o firmamento; caso não alcance, compromete a estrutura e permite o vazamento da água.

A parede é construída de alvenaria (cimento e pedra) com obreiras que diminuem o impacto da água e evita inundar as terras produtivas.

Como impactos percebidos ao longo da caminhada, destacaremos alguns a seguir:

- influência na política de combate a pobreza rural;
- referência para projetos de recuperação de microbacias hidrográficas; e
- fortalecimento de ações de convivência com o semiárido brasileiro;

No âmbito das lições aprendidas, destacaremos as seguintes:

- fortalecimento dos atores sociais locais para uma melhor intervenção nas políticas públicas;
- necessidade de identificar forças e buscar aliados para a construção do projeto;
- processo da gestão descentralizado do projeto mediante associações comunitárias com apoio e assessoria de organizações e desenvolvendo ações concretas;
- ampliação do trabalho desenvolvido por meio de outras abordagens metodológicas; e
- melhoria das ações no âmbito do planejamento, monitoramento, avaliação, sistematização, comunicação, com a necessidade de um outro olhar político-social para o semiárido brasileiro.

As experiências

A seguir serão relatadas duas experiências. A primeira confere ênfase à mobilização para construir uma das barragens sucessivas e a segunda traz a história de uma das famílias ribeirinhas que iniciou vários trabalhos e como percebem ao longo da história a importância do Rio para a família, além de fazer uma relação com a problemática das mudanças climáticas.

Barragem sucessiva de Cacimba do Meio - Comunidade unida encontrando soluções de convivência no semiárido.

A barragem sucessiva de Cacimba do Meio é um sonho antigo das famílias agricultoras das associações de Cacimba do Meio e Abderamant, uma vez que no ano 2005 os agricultores(as) se uniram para construir a primeira barragem sucessiva do rio Umari na comunidade de Poço Redondo, que faz parte da Associação Comunitária de Cacimba do Meio. Essa barragem trouxe muitos benefícios para as famílias daquela região.



Hoje, com a água represada no leito do rio e os cacimbões cheios, os agricultores(as) plantam feijão, milho, batata-doce, macaxeira, hortaliças e capim para os animais. Com os resultados positivos da primeira barragem, os agricultores e agricultoras das duas associações resolveram no ano de 2006 construir com recursos próprios a segunda barragem sucessiva da comunidade de Cacimba do Meio, que atualmente está benefi-

ciando as duas comunidades com o aumento do lençol freático e também vai servir de passagem molhada para as pessoas, uma vez que no período do inverno as duas comunidades ficam isoladas. Mesmo com dificuldades financeiras, as famílias conseguiram concluir no ano de 2006 toda a parte de fundação, o que possibilitou um aumento nas águas dos cacimbões, motivando ainda mais os agricultores(as) para a conclusão da barragem.

No ano de 2007, com a parceria do Projeto Dom Helder Câmara, Prefeitura Municipal de Caraúbas, Projeto Desenvolvimento Solidário, Diaconia e Associação Comunitária, foram reiniciados os trabalhos de construção da barragem. As 66 famílias das duas associações atendidas diretamente pelo Projeto Dom Helder Câmara - PDHC utilizaram o recurso do FISP Social (Fundo de Investimento Social e Produtivo), a Prefeitura de Caraúbas entrou com 100 sacos de cimento, o Programa de Desenvolvimento Social - PDS com as máquinas (retroescavadeira e caçamba) e a Diaconia com 70 sacos de cimento, elaboração e assessoria ao projeto.

No dia 04 de dezembro de 2007, os agricultores(as) reiniciaram os trabalhos e estão bastante motivados com o serviço. A previsão das famílias era de que, no final de janeiro de 2008, a barragem estivesse concluída.

O agricultor Joaquim Felipe Pereira Filho (50), conhecido como Quincas Caçote, mora na comunidade de Borracha, juntamente com sua esposa, dona Vera Lúcia Gomes de Oliveira Pereira (57), e seus filhos Jéferson de Oliveira Pereira (15), José Carlos de Oliveira Pereira (34) e Valdevagna de Oliveira Pereira (35), além de seu neto Rutson Marcelo Brito (13). “Seu” Quincas é sócio da Associação Comunitária de Abderramant e um dos agricultores beneficiados com a barragem sucessiva de Cacimba do Meio. *“Essas barragens é a solução para nós, hoje meu cacimbão tem água por causa do alicerce que foi feito, imagine quando a barragem for terminada”* (Quincas Caçote).

Bastante preocupado com as mudanças climáticas que estão acontecendo, ele acha que a culpa é do próprio ser humano, que desmata, queima e polui, sem se preocupar com o futuro. *“Não chove mais no Nordeste como antes por causa do desmatamento e das queimadas que o pessoal faz, eu queimava e usava veneno no feijão mais hoje deixei”* (Quincas Caçote).

A comunidade é bastante prejudicada com os grandes plantios de fumo que existem nas margens acima do rio Umari. “Seu” Quincas acha que se os órgãos de fiscalização não tomarem providências, em vez de ser uma solução, a barragem vai ser um problema. *“Antes a água desse rio era boa, hoje ela é salgada! Tudo começou quando o pessoal começou a plantar fumo e se ninguém fizer nada essa barragem vai ser um depósito de veneno e em vez de água”,* afirma “Seu” Quincas Caçote.

O agricultor há dois anos mudou a forma de trabalhar a terra. Está recuperando a mata ciliar do rio Umari, faz cobertura morta, usa biofertilizante na cultura do feijão e está formando bancos de proteínas na propriedade, com isso contribuindo para a diminuição dos efeitos das mudanças no clima. *“Hoje já vejo os resultados, meus animais têm uma alimentação melhor, o feijão carrega mais com o biofertilizante e o rio vem deixando de invadir o meu baixio”* (Quincas Caçote).

Com o término da barragem, a comunidade está se organizando para trabalhar a gestão das águas e recuperação da mata ciliar do rio Umari. Isso permitirá manter o rio e as nascentes vivos e contribuirá para o restabelecimento do ecossistema local.

Recuperação sustentável da caatinga, consciência agroecológica ajuda família a modificar o modo de produção e recuperar a capacidade de sua propriedade - Antônio Jales, Rita de Cássia e Pedro Henrique - Comunidade de Abderramant – Caraúbas/RN

A família de Antônio Jales, Rita de Cássia e seu filho Pedro Henrique é uma das muitas que moram e cultivam as áreas ribeirinhas do rio Umari. A realidade deles não é diferente das demais que vivem da agricultura familiar na comunidade de Abderramant, no Município de Caraúbas. Jales e Cassinha nasceram na comunidade e, desde crianças, sempre viveram a esperança em dias melhores. Tiveram a oportunidade de ver diversas coisas que Pedro Henrique não viu, como a quantidade de pássaros e pequenos animais, como os saguis e tatus que existiam antigamente. Ver o Umari passar entre três a cinco meses correndo água em seu leito, e a diversidade de espécies de árvores que existiam na região, como o cumaru, aroeira entre outras.



O inverno, a cada ano que passa, se torna mais irregular, pois se concentra em poucos meses e diminui mais. Jales se lembra de que, quando era pequeno, todo o Rio dava vazante e a água ficava até em cima da barreira nunca passando das oiticicas. Hoje, além do calor muitas vezes quase insuportável, o Rio não segura mais a água, em razão da ausência de mata ciliar, causando o assoreamento. Observando as

reações da natureza, a família começou a perceber algumas mudanças, pois onde está sem mata na beira do rio, ele seca muito rápido e fica raso; já onde existe mata, ele demora mais e é mais profundo, acentua Antônio Jales.

A propriedade da família é de 20 hectares. Nela, eles cultivam culturas de sustento, como milho, feijão e arroz, e criam animais. Juntamente com a assistência técnica, começaram uma pequena experiência em 2007 com a implantação de um banco de proteína na área ribeirinha. Esta ação, além de melhorar o solo, deixando nele mais matéria orgânica, está recuperando a mata ciliar do Rio que antes era ausente

e ainda ajuda a manter os animais no período mais seco do ano. A família plantou leucena, gliricídia, aroeira, guandu, mucunã, sabiá, entre outros. É possível perceber claramente a diferença da área onde há o banco de proteína para as áreas em que é feito o manejo convencional, pois a terra é mais escura, fofa e nasce de tudo – comenta Cassinha.

Cassinha, Jales e Pedro Henrique passaram oito anos morando em Brasília, mas a saudade de sua terra era maior. Jales lembra-se de que sozinha todo santo dia em voltar a criar seus animais. Na sua propriedade, ele cria caprinos, bovinos, ovinos e aves. Desenvolve o sistema de pastejo extensivo, separando as áreas que existem na caatinga das áreas de baixo. Jales sente muito a necessidade de plantar mais forragem e pretende aumentar seu banco de proteína, além de ter iniciado um experimento com raleamento numa área de oito hectares de caatinga. Ele se lembra de que, antes, não dava para criar muita coisa, porque o espaço era pequeno e não sabia como dividir direitinho os animais na pouca forragem que tinha. Foi quando surgiu a proposta de recuperar a beira do rio com espécies que pudessem ser usadas para a alimentação dos animais e fazer silagem para alimentar os bichos o ano todo, e isso ajudou muito.

Quando a família foi embora para Brasília não tinha acesso a nenhuma política pública, nem tecnologias de convivência com o semiárido. Hoje, eles participam da associação comunitária, acessam o crédito através do PRONAF, e na casa têm a cisterna de placas que eles consideram a melhor coisa do mundo. Antes a água era até boa no rio Umari, mas hoje tá muito salobra e com a cisterna a gente tem água boa todo ano (“CASSINHA”).

A lenha que Jales está manejando na área eles usam para suprir as necessidades da casa e vendem uma parte. A família tem renda também com a venda de pequenos animais e do leite. Pretendem aumentar sua produção com a criação de abelhas e já estão instalando um pequeno pomar na margem do Rio. Provavelmente até o final do ano já devem tirar algum recurso da produção de frutíferas.

Depois de ver todos os efeitos que são a falta de cobertura no solo e de um manejo adequado, Jales e Cassinha sentiram e estão sentindo na pele os efeitos das mudanças climáticas.

O calor é grande e muito abafado, a água diminuiu e o rio tá se acabando, nem os bichos que tinham antigamente tem mais,

a gente tem que mudar isso, porque senão o que é que meu filho vai ver daqui uns anos (ANTÔNIO JALES).

Conclusão

A experiência com as barragens subterrâneas no oeste potiguar é uma das ações articuladoras e mobilizadores de famílias agricultoras, entidades de assessoria, organizações dos trabalhadores rurais, Poder Público local, conselhos municipais e fóruns municipais de política públicas. Ainda se trata de uma iniciativa em curso para sua efetiva implementação física e que muito ainda há por fazer. Compreendemos que toda tecnologia que vise à captação e a acumulação de água no semiárido, que possibilite o manejo adequado e, acima de tudo, democratize o acesso por parte das populações pobres do semiárido, deve ser vista com uma iniciativa inspiradora para a transformação social no semiárido brasileiro.

Referências Bibliográficas

BRITO, L. T. Luiza, MOURA, B. S. Magna, GAMA, B. F. Gislene, **Potencialidades da Água de chuva no Semiárido Brasileiro**, e.1ª, Ed. Embrapa, Petrolina-PE, 2007.

KÜSTER, Angela, MARTÍ, F. Jaime, MELCHERS, Ingo, **Tecnologias apropriadas para Terras Secas**, Manejo Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Semi-Árida no Nordeste do Brasil, e.1ª, Ed. Fundação Konrad Adenauer, GTZ, Fortaleza-CE, 2006.

MALVEZZI, Roberto, **Semiárido - Uma Visão Holística**, e.1ª, Ed. CONFEA/CREA, Brasília-DF, 2007.

PEREIRA, D. Daniel, **Plantas Prosas e Poesia do Semiárido**, e.1ª, Ed. EDUFCEG, Campina Grande-PB, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E O ACESSO AOS MERCADOS

Angela Küster
Jaime Ferré Martí

A agricultura familiar no semiárido tem enorme potencial, que é pouco explorado, menos por circunstâncias climáticas do que por motivos políticos e culturais. No bioma caatinga existem, várias espécies, singulares no mundo e foram abandonadas em favor do cultivo do milho, feijão e arroz – culturas dependentes das chuvas. Na falta ou atraso das chuvas, os agricultores perdem a safra e ficam sujeitos aos subsídios governamentais ou a trabalhos temporários na agroindústria irrigada, que recebe grandes investimentos e provoca desperdícios dos escassos recursos hídricos.

A falta de instrumentos de apoio à organização dos pequenos produtores rurais, à sua formação, capacitação e à difusão de tecnologias adaptadas é ainda mais grave, pois instrumentos que poderiam contribuir para que eles mesmos pudesse corrigir as distorções que causam a falta de rentabilidade. De fato, os agricultores familiares do sul concentram a metade dos créditos destinados à agricultura familiar do País, 47% dos familiares no sul utilizam assistência e somente 2,7% no Nordeste¹. Avalia-se em várias pesquisas, porém, que a falta de conhecimento causa aos agricultores mais prejuízos do que a falta de crédito, subsídios e protecionismo. Os agricultores são cooptados pela indústria de insumos químicos e aplicam agrotóxicos sem outras opções, o que prejudica a sua saúde e a dos consumidores e contaminam os solos e a água.

1 “Market Assesment for Organic Agriculture, Programa Energia Produtiva, IDER, 2004

O manejo inadequado dos solos, com as queimadas periódicas como forma de preparo da terra, contribui para o processo de desertificação. Não se pode considerar os hábitos do uso de agrotóxicos e de queimadas como fatores culturais, mas provocados pela desinformação dos agricultores. Desta forma, as tecnologias da produção agroecológica, que fazem parte das tradições culturais, precisam ser (re)ativadas ou (re)inventadas.

A falta de informações e conhecimentos contribui também para as fraquezas nas cadeias produtivas, desde os sistemas de produção e beneficiamento até a comercialização. Existe grande demanda por produtos e serviços sustentáveis, mas poucos agricultores familiares conseguem assegurar qualidade contínua, o volume necessário para a venda em supermercados ou mesmo em feiras regionais e locais, tendo também dificuldades na logística para a distribuição. Além disso, a legislação sanitária impõe vários obstáculos para a instalação de pequenas agroindústrias². E a certificação dos produtos orgânicos, realizada por instituições certificadoras credenciadas nacionalmente, tem custos elevados. Opções como a certificação em grupos e a certificação participativa em rede, experimentadas no sul do Brasil³, são viáveis e previstas na legislação, que entra em vigor em 2010, mas ainda são pouco divulgadas no Nordeste. Para enfrentar estes desafios, faz-se necessária a organização em associações, cooperativas e redes de comercialização, não somente para fortalecer as cadeias produtivas, mas também para defender os interesses na formulação das políticas públicas e formar mercados alternativos.

Agroecologia: estratégia para a valorização da agricultura familiar

A Agroecologia é uma estratégia viável para a agricultura familiar e muitos agricultores reconhecem a melhoria da qualidade de vida, sobretudo em relação à saúde e ao meio ambiente. O desenvolvimento da

2 Veja Prezotto, Leomar Luiz: *A sustentabilidade da agricultura familiar* – implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria, Fortaleza, 2005

3 O modelo de Sistemas Participativos de Garantia, desenvolvido pela Rede ECOVIDA no Rio Grande do Sul se tornou uma referência internacional, promovida pela IFOAM e implementado em vários outros países.

agroecologia traz de volta antigos conhecimentos e leva a maior sustentabilidade social e cultural da vida no campo. Como ramo científico interdisciplinar, a Agroecologia traz uma visão integrada e sustentável do desenvolvimento rural e procura reaver o valor social da agricultura. É entendida como um conjunto de princípios e técnicas que visam a reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem no campo, a família, o trabalho e a cultura. Além disso, é uma forma de evitar a destruição do meio ambiente por ocupações desordenadas e o êxodo no meio rural, permitindo a manutenção dos agricultores e seus familiares na terra, mediante a geração de emprego e renda.

A Agroecologia é favorecida pela estrutura da produção familiar, baseada em minifúndios, contando no Nordeste com cerca de 2,3 milhões de estabelecimentos, dos quais 78% têm menos de 20 hectares. A rentabilidade das propriedades familiares aumenta com a diversificação dos produtos em hortas, quintais e agroflorestas, e o manejo ecológico faz diminuir os custos com insumos. Incentivando os agricultores neste sentido, a transição agroecológica é trabalhada há três décadas por algumas organizações agroambientalistas no Nordeste, que conseguiram incentivar a produção, mas ainda enfrentam diversas dificuldades. Primeiro não existem dados mais consistentes sobre o número de propriedades e o volume de produção da agricultura familiar, o que dificulta a sua organização e cria dependência dos atravessadores, que se mantêm informados sobre esta produção e estão em contato com os compradores.⁴ A assistência técnica é outro problema básico, já de formação, pois a maioria dos profissionais é formada numa perspectiva disciplinar e atômica, fazendo-se necessária a introdução da ciência da Agroecologia nas universidades e escolas agrícolas, formando profissionais para as necessidades do desenvolvimento agrícola numa visão holística e integrada⁵. Necessidades específicas são a falta de insumos como sementes orgânicas de variedades adaptadas às condições climáticas do Nordeste. As sementes melho-

4 Em 2004 foram levantados dados primários pela Fundação Konrad Adenauer em parceria com o DED, da produção de 1.034 agricultores familiares, produzindo, na maioria, banana, manga e caju. (KÜSTER, FICKERT, FERRÉ 2004).

5 A Associação Brasileira de Agroecologia - ABA realizou recentemente um levantamento, contando 70 iniciativas de ensino em Agroecologia no Brasil, da extensão ao doutorado.

radas são programadas para responder à adubação química e à agrotóxicos⁶. Este mercado de sementes híbridas mantém o agricultor na dependência das indústrias, criando uma contradição aos princípios de autonomia e autossustentação da agroecologia, visto que as sementes são de custo elevado. Também faltam equipamentos apropriados em pequena e média escala, precisando de tecnologias adaptadas que facilitem a produção e livrem os agricultores de trabalhos manuais considerados desumanos.

Outra necessidade é a introdução de métodos para o planejamento da produção, com estratégias produtivas e para a organização dos componentes na unidade de produção e o controle de custos. A maioria dos projetos se relaciona à agricultura convencional e, por ser um processo químico, tem respostas diferentes da agricultura agroecológica, que precisa de um tempo para formular o ecossistema e ensejar a sustentabilidade. Para tanto, os projetos precisam ser dimensionados e adaptados. Já existem linhas de crédito específicas, como o PRONAF Agroecologia ou Agrofloresta, ainda pouco divulgadas e implementadas.

Acesso a mercados

Existem diversas dificuldades no acesso aos mercados. Levantamento realizado nos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, pela Fundação Konrad Adenauer, em parceria com o DED - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, em 2004, com o retorno de um questionário de 46 grupos, associações e cooperativas, além de outros registros, mostrou as necessidades específicas⁷ delineadas na sequência:

Falta de *lobby* e peso de barganha político-institucional

Foram constatadas fraca representação política e pouca visibilidade do trabalho de *lobby* de federações, redes e articulações consolidadas. Nas plataformas de ONG's, como na ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) ou ASA (Articulação no Semiárido - hoje única instituição representante

6 Na União Europeia, é proibido desde 2002 o uso de sementes provenientes do sistema convencional na produção orgânica.

7 Udo Fickert em Küster, Ferré, Fickert, 2004

do Nordeste na Câmara Setorial de Agricultura Orgânica), ainda pouco se discutem as questões do mercado orgânico e de sua organização.

Infraestrutura, logística e organização do mercado deficitário

No âmbito da agricultura familiar, há poucas representações comerciais, serviços de empresas ou agências especializadas em meios de produção, distribuição e comercialização de produtos orgânicos. A produção em pequena escala muitas vezes impede o acesso ao mercado formal. Identificaram-se problemas de aquisição de clientes, de comunicação e negociação com o comércio e a indústria alimentícia. Há grandes deficiências referentes à infraestrutura e à logística, tanto física (meios de transporte e beneficiamento, armazenagem, embalagem etc.), quanto organizacional (capacidade da gestão dos empreendimentos, distribuição, marketing etc.). Há poucos serviços de financiamentos para certificação e comercialização orgânica, que se adaptem à realidade da agricultura familiar.

Capacitação/formação/pesquisa

Na área de capacitação e assistência técnica, foi identificada uma lacuna referente aos temas gestão de empreendimentos, viabilidade econômica e comercialização. Existe uma demanda de estudos de mercado, identificando os potenciais de comercialização e produção. Ainda poucas universidades no Brasil incorporaram a agroecologia ou o conceito da agricultura sustentável ao seu currículo formal.

Existem muitas informações de experiências práticas dos próprios agricultores, que devem ser identificadas, avaliadas e utilizadas.⁸

Certificação

O surgimento de demandas do mercado externo deu lugar às exigências de que os produtos ecológicos passassem a ser certificados. O Ministério da Agricultura deu início a um debate que resultou na elaboração de um projeto de lei que regulamenta a produção orgânica no Brasil. Criaram-se a Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e o Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos, com a missão de credenciar, acompanhar e fiscalizar as certificadoras.

⁸ A Articulação Nacional de Agroecologia registrou, até março 2009, 259 experiências no Nordeste na página www.agroecologiaemrede.org.br.

O número dos que se registraram e receberam um selo que certifica a origem orgânica da produção aumentou nos últimos anos de forma considerável, mas se concentra nas regiões Sul e Sudeste⁹.

O Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado

O Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado – AFAM é coordenado pela Fundação Konrad Adenauer, escritório Fortaleza e cofinanciado pela União Europeia (75%). Tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar ecológica, contribuindo para a segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida para a população no semiárido do Nordeste do Brasil.

Resultados esperados do Projeto são:

- 1 a melhoria da articulação e o fortalecimento das redes agroecológicas e de organizações da sociedade civil;
- 2 a melhoria da autogestão das organizações da agricultura familiar;
- 3 a melhoria do acesso a mercados diferenciados nos diversos níveis (local, regional e nacional/internacional);
- 4 a formulação de políticas públicas, influenciadas pelas demandas da agricultura familiar agroecológica em seu processo de formulação, articulação, acesso e controle social;
- 5 a elaboração do conhecimento e de práticas agroecológicas mediante processos participativos; e
- 6 a introdução da certificação participativa com as comissões de monitoramento para a constituição de sistemas de garantia participativos.

O Projeto AFAM foi implantado em três regiões no Ceará – nos Territórios Itapipoca e Sertão Central, sob a parceria do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, que mantém projetos nos dois territórios, e no Maciço de Baturité, com o Núcleo de Iniciativas Comunitárias - NIC, uma ONG localizada na região, com sede em Barreira. Além disso, conta com o apoio do Centro

⁹ Dos 08 projetos selecionados pelo MDA na Chamada da Secretaria de Agricultura Familiar (2008) para Projetos de Geração de Renda e Agregação de Valor – modalidade: apoio à certificação de grupos de agricultores familiares para mercados de produtos e serviços orgânicos somente um é do Nordeste – Projeto do NIC/Projeto AFAM para a certificação da castanha-de-caju. Segundo dados do MAPA, o Nordeste tem 17% da produção orgânica certificada e 3% em conversão.

de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará e a parceria de outras ONGs e instituições públicas.

Para implementar o Projeto, foram usados diversos métodos e instrumentos que se complementam e devem, sobretudo garantir a participação ativa das famílias de agricultores e de todos os envolvidos e interessados na produção e no consumo de alimentos ecológicos e orgânicos de forma solidária e justa. Com a formação de agricultores familiares, que pertencem a algum tipo de organização (sindicatos, associações ou grupos informais) e de técnicos agrícolas em Agroecologia são formadas redes de multiplicadores, apoiadas pelas ONG's parceiras de cada região, contando com o apoio do Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE, da EMATERCE e de outras instituições, como também de algumas prefeituras.

Associações ou grupos produtivos informais são formadas em associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, segundo as suas necessidades para o fortalecimento da sua organização. Até agora, 175 agricultores e agricultoras, especialmente jovens e mulheres¹⁰, foram formados como agentes multiplicadores em Agroecologia, além de 776 agricultores que participaram de cursos específicos em manejo



Agentes multiplicadores em Agroecologia formados pelo Projeto AFAM no Maciço de Baturité

ecológico sobre hortas orgânicas, produção de mudas ou de defensivos naturais. A parceria com o SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR também possibilitou a realização de cursos em alimentação alternativa e beneficiamento de frutas com grupos produtivos em quase todos os municípios do Maciço de Baturité.

Para a intervenção nas comunidades rurais e assentamentos, é condição imprescindível compreender a dinâmica de funcionamento do ambiente natural e humano. O primeiro passo a ser dado é des-

10 A formação de grupos de mulheres e jovens é um dos focos do Projeto em todas as etapas do processo de formação, mostrando perspectivas profissionais para jovens, os incentivando a permanecer no campo.

pertar os agricultores familiares para a consciência ecológica, desenvolvendo o senso de observação, a percepção do espaço e o respeito pela vida em todas as suas manifestações, destacando a importância do planejamento antes de intervir. Neste sentido, são aplicadas técnicas que possibilitam a participação ativa dos agricultores não apenas como informantes, mas também na análise, elaboração de soluções e implementação de ações. Com isso, as comunidades são “empoderadas”, sendo responsáveis, conscientes e independentes em suas ações, por meio de conhecimentos e práticas que possibilitam a toda a população a capacidade de solucionar os próprios problemas, deixando de ser passiva e tornando-se ativa e protagonista de sua própria vida.

As discussões nos cursos, oficinas e encontros têm como fulcro a introdução ou a ampliação dos processos de produção sustentável, com a implantação de um manejo ecológico dos recursos, o planejamento energético eficiente, a melhoria da saúde e alimentação, o conhecimento de direitos e da legislação, o relacionamento e a responsabilidade social e ambiental, processos de certificação e a negociação com os compradores. Na melhoria do acesso aos mercados diferenciados, são priorizadas a segurança alimentar das famílias com o autoconsumo e uma alimentação alternativa, e a venda direta em feiras locais e regionais. Os intercâmbios com visitas a agricultores-experimentadores se tornaram um método importante durante os cursos para incentivar as práticas agroecológicas mediante a troca de experiências.

A elaboração de materiais didáticos – com até agora duas cartilhas publicadas - e do periódico “Notícias do Campo”, trimestral, são instrumentos para divulgar informações e ampliar a discussão sobre métodos e estratégias para a difusão da Agroecologia, gerando uma grande demanda com solicitações de quase todos os estados do Nordeste.

O primeiro Congresso Cearense de Agroecologia, realizado em novembro de 2008, em Fortaleza, numa parceria entre o Projeto AFAM, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, a Associação Científica dos Engenheiros – ACEG, a EMBRAPA, o Grupo Agroecológico da UFC e a Associação Brasileira de Agroecologia, foi o evento mais relevante até o momento, com a participação de 700 pessoas dos diversos estados do Nordeste e 200 agricultores de todas as regiões do Ceará, ensejando a troca de informações e experiências entre professores, pesquisadores, estudantes, técnicos e agricultores,

mostrando a grande demanda do desenvolvimento de um enfoque científico no Nordeste¹¹.

Políticas públicas

O monitoramento e a formulação de políticas públicas é um dos resultados esperados do Projeto AFAM, dando sustentabilidade e continuidade à transição agroecológica.

Neste sentido, os agricultores familiares são incentivados a participar dos conselhos municipais e das diversas comissões. Nos municípios do Maciço de Baturité, houve uma campanha liderada pelo NIC para criar os conselhos de meio ambiente, onde não havia, evidentemente. O trabalho direto com as prefeituras municipais e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário é outra forma de sensibilizar para o tema, contribuindo também para a formação de técnicos.

Para monitorar as políticas públicas, o Projeto prevê a implementação de fóruns e a criação de instrumentos para avaliar as políticas públicas, formular mais propostas, implementar projetos interinstitucionais e trocar experiências. Desde o primeiro ano do Projeto, está sendo realizado anualmente o Fórum de Agroecologia no Maciço de Baturité, que permitiu ampliar as atividades em todos os 13 municípios da região, que, desde o final de 2007, é considerada como Território pelo MDA. Na região de Itapipoca, foi iniciado o Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária, ETA, realizado anualmente pela rede de agricultores e agricultoras ecológicos e ecológicas, a Caritas e o CETRA. Em 2008, teve sua terceira edição, com o objetivo de fortalecer o movimento dos agricultores/as familiares agroecológicos/as, com a difusão de tecnologias sociais e da economia solidária.



Os Congressos de Agroecologia, aqui a abertura do primeiro Congresso Cearense de Agroecologia, incentivam a inclusão do tema no contexto da formação universitária.

11 Para mais informações sobre o Projeto AFAM, ver www.agroecologia.inf.br

A Secretária de Desenvolvimento Agrário iniciou em 2006 um processo de profundas transformações, com as novas orientações do governo Cid Gomes. Adaptando as estratégias à política de Assistência Técnica Rural do MDA situou a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável conforme os princípios da Agroecologia como prioridades. Em 2007 foram realizados 17 seminários regionais, com a participação de cerca de 2180 representantes de várias entidades governamentais e não governamentais e movimentos sociais, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS 2008-2011, tendo por base para o desenvolvimento rural os princípios da Agroecologia, a convivência criativa com o semiárido e a socioeconomia solidária (PDR 2008, pág. 23). Foi criado um Núcleo de Agricultura Orgânica e Agroecologia dentro da Secretaria e um Grupo de Trabalho, do qual participaram várias instituições, como Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará - FE-TRAECE, Banco do Nordeste, SEBRAE e ONG's. A política estadual, entretanto, enfrenta o rompimento de um processo da chamada agricultura convencional, instalada há décadas nesse sentido, com fortes *lobbies* da agroindústria e uma cultura enraizada do agronegócio convencional entre os quadros técnicos.

Políticas públicas para a comercialização

Para melhorar o acesso aos mercados diferenciados, é necessário trabalhar a organização dos agricultores em grupos produtivos, formalizados ou não, e a formação e o fortalecimento de redes, tendo como exemplos no Nordeste as redes de comercialização já formadas no Rio Grande do Norte – a Rede Xique Xique – e a Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco – RECAPE.

O trabalho em rede traz benefícios diretos para os agricultores familiares, que recebem informações e conhecimentos e são fortalecidos na sua organização social, o que leva ao crescimento da renda com:

- a produção de insumos e sementes, baixando os custos;
- a negociação coletiva de preços mais justos com os compradores;
- baixar os custos para transporte, podendo comercializar em feiras locais e regionais;
- o aumento do volume de produtos, podendo fechar negócios com preços melhores e mais justos;

- a certificação participativa em rede, com redução dos custos para o selo; e
- a comercialização em conjunto para mercados diferenciados.

A participação dos grupos de produtores - junto às organizações de assessoria, instituições públicas e entidades de consumidores - tem um impacto na formulação de programas e projetos, viabiliza financiamentos e fomenta também a criação de associações de crédito rural. Desta forma, melhora o acesso a financiamentos para a produção agroecológica, com a consolidação de um comércio justo e solidário.

Segurança e soberania alimentar

O primeiro passo para o acesso aos mercados diferenciados é a autosustentabilidade alimentar das famílias. A produção para o autoconsumo contribui para a segurança alimentar. Isso implica incentivar o consumo de hortaliças, verduras e frutas, como também o uso de plantas medicinais. Existe pouco hábito entre as famílias de tornar diversificada a alimentação, baseada em arroz, feijão, milho, farinha de trigo e carne. Mesmo plantando hortaliças, estas são vendidas, além do cheiro-verde (coentro, cebolinha), usados como temperos. O desperdício é grande pela perda na colheita ou no transporte, pela falta de armazenamento e beneficiamento para a conservação. Para evitar o desperdício, são necessários investimentos maiores na infraestrutura.

Um exemplo, que está sendo trabalhado pelo Projeto AFAM, é uma das principais culturas no Nordeste, o caju. Costuma-se utilizar somente a castanha, que chega a ser exportada. Os cajucultores chegam a vender toda a safra de castanha in natura ou beneficiada aos atravessadores, ficando até sem nenhuma castanha para consumir.¹² Além disso, o pedúnculo, rico em ferro e vitamina C, é desperdiçado pela dificuldade de processamento, sendo bastante perecível¹³. Existem hoje diversos programas que incentivam a alimentação alternativa com o aproveitamento integral de alimentos, além de fóruns, conselhos e conferências, onde são elaboradas estratégias para a segurança alimentar e nutritiva. A soberania alimentar que é mais abrangente e consiste em assegurar os meios de produção, como terra e semen-

12 As castanha são vendidas no pé a crédito por um preço muito baixo.

13 O caju está ganhando mais atenção, também na Europa e nos Estados Unidos, que desconhecem o uso do pedúnculo. Recentemente foram lançados produtos que combatem processos de envelhecimento e podem prevenir o câncer.

tes. A dependência às empresas multinacionais, poucas das quais dominam hoje o mercado de insumos, interfere na soberania alimentar, sendo necessárias medidas políticas para diminuir os riscos.

Venda direta em feiras locais e regionais

A venda direta em feiras livres é alternativa viável para os agricultores, pois elimina os atravessadores e enseja uma interação direta com os consumidores. O Ministério de Desenvolvimento Agrário investiu nos últimos anos em estruturas para a agricultura familiar. No Ceará, foram construídos em torno de 12 galpões, inclusive um galpão na Central de Abastecimento - CEASA, mas somente o galpão em Quixeramobim foi ocupado por um grupo de feirantes, que realizam há seis anos semanalmente uma feira, com apoio de vários parceiros, e se organizaram em uma associação¹⁴. Além dos galpões tomados por comerciantes ou/ociosos, existem *kits* de feiras, distribuídos entre os municípios.



Feira da Agricultura Familiar em Quixeramobim

Ainda há poucas experiências de feiras agroecológicas no Ceará, entre estas, a feira semanal realizada pela Associação Cristã de Base – ACB, no Crato, e a feira quinzenal, efetivada por agricultores ecológicos organizados na rede de agricultores ecológicos no Território Itapipoca, apoiada pelo CETRA por meio do Projeto AFAM e de recursos de Manos Unidas da Espanha, que recentemente ganhou também o apoio do Consulado Alemão para a compra de novos equipamentos.

Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - SECAFES

Uma das políticas públicas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que ganhou mais reforço nestes últimos anos e está sendo trabalhada hoje pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, partiu do Ceará. O Instituto SeSeMar - uma ONG com sede em

¹⁴ O Projeto AFAM investiu na formação dos feirantes no manejo ecológico para tornar a feira agroecológica, sendo os feirantes produtores familiares de sete comunidades do Município.

Itapipoca, iniciou em 2004 o projeto da incubação de uma agência de comercialização. Apoiada pelo MDA, teve primeiros resultados e em seguida a experiência foi ampliada para cinco territórios, em cada qual através de uma ONG regional, com a implementação do primeiro SE-CAFES. O MDA apoia, mediado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, as ONG's, que foram escolhidas para incubar as agências de comercialização e viabilizar a venda direta das cooperativas e associações sem os intermediários. A proposta foi divulgada em outros estados, que também implementaram o Sistema.

Caatinga/Cerrado Comunidades Ecoprodutivas

A iniciativa Caatinga-Cerrado define-se como espaço de articulação das redes e empreendimentos da agricultura familiar para a promoção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, tendo o apoio do MDA, da Cooperação Alemã (GTZ, DED), da Fundação Konrad Adenauer, por meio do Projeto AFAM, do MMA, MI, IICA, ISPN e CODEVASE.

A Caatinga Cerrado iniciou com o seminário “A participação da agricultura familiar do Nordeste em feiras nacionais e internacionais”, realizado em setembro 2006, por iniciativa da Cooperação Alemã e do Projeto AFAM em Fortaleza. Naquela ocasião, a representante do Planeta Orgânico, que organiza a BioFach América Latina, ofereceu apoio para a realização de uma sala na feira paralela ExpoSustentat, onde são apresentados produtos não certificados ou em via de certificação. Em 2005, já havia iniciado a Sala da Amazônia, agora Andes Amazônia, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e a Cooperação Alemã. A GTZ e o MDA apoiaram a edição da primeira Sala Nordeste e Cerrado, que contou com a participação de 22 expositores de 31 empreendimentos. Em 2007, na segunda edição da Sala, houve seleção, após uma capacitação em Fortaleza, sobre a apresentação de produtos em feiras nacionais e internacionais. 15 redes representaram 153 associações e cooperativas (aproximadamente. 17.000 famílias).



Sala Caatinga Cerrado na BioFach/ExpoSustentat 2008 em São Paulo

Em maio 2008, foi realizada uma oficina de planejamento participativo com os empreendimentos e redes de comercialização em Brasília, que definiram os objetivos e estratégias da iniciativa, batizada de “Caatinga-Cerrado/Comunidades Ecoprodutivas”, para dar mais destaque aos dois biomas. Foi lançado um edital para a inscrição de empreendimentos, que queriam participar da BioFach/ExpoSustentat 2008 em São Paulo. Desta última edição participaram 26 empreendimentos, representando 6.300 famílias de comunidades ecoprodutivas, com perspectivas de realizar negócios em torno de dois milhões de reais.

O conjunto dos ministérios federais envolvidos no apoio à Sala Caatinga Cerrado desde 2006 – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Integração Nacional – consideram a feira uma oportunidade de dar visibilidade a experiências apoiadas pelo Governo Federal comprometidas com a sustentabilidade. A iniciativa entretanto, vai muito além, constituindo-se como espaço de articulação das redes e empreendimentos da agricultura familiar para a promoção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Espera-se que a proposta de qualificação da agricultura familiar seja transformada em política pública segurando a continuidade dessa iniciativa e do trabalho interministerial.

Qualificação da cajucultura familiar para os mercados nacionais e internacionais

A agroindústria de caju do Nordeste tem relevante importância socioeconômica no Nordeste, com cerca de 280 mil pessoas envolvidas, que proporcionam uma produção de 217.062 t de castanha e 2.000.000 t de pedúnculo por ano. A castanha alimenta um parque industrial formado por cerca de 12 fábricas de grande porte e dezenas de minifábricas, responsáveis pela obtenção da amêndoa de castanha-de-caju, destinada, na sua maioria, para exportação, ensejando divisas da ordem de US\$ 143 milhões anuais.

Nos últimos anos, aparecem mais mercados, chamados “diferenciados”, que valorizam os produtos da agricultura familiar que contêm critérios sociais e ambientais concretos no processo produtivo e de agregação de valor.

Desde a sua fundação, a Associação Comunitária de Barreira - ACB, conhecida como PA-Rural, incentivou a implantação de minifábricas

em diversas localidades do Município. A Central de Beneficiamento de Castanha-de-Caju da ACB – PA Rural conta hoje com 120 associados, organizados em torno de mais de 20 minifábricas em gestão familiar. 80 pessoas trabalham no beneficiamento na Central e nas minifábricas, que processam as castanhas dos pequenos agricultores familiares do Município Barreira e dos municípios vizinhos.

Ante este cenário de desafios, surgiu a necessidade de se trabalhar com foco nos pontos-chave que impedem o desenvolvimento da cajucultura familiar, fortalecendo as potencialidades internas e facilitando o acesso às oportunidades externas. Assim, mediante parcerias interinstitucionais, e por uma atuação interdisciplinar, foi possível formular um processo abrangente, que inclui a certificação e garante resultados concretos e impactos no nível de acesso aos mercados regionais, nacionais e internacionais.

A ACB localizada em Barreira é parceira do Projeto AFAM e assessorada pelo NIC. Junto com a Copacaju, uma cooperativa composta por uma central de beneficiamento e dez minifábricas espalhadas pelo Estado, formou-se um grupo de trabalho interinstitucional a partir do Projeto AFAM, desenvolvendo o Projeto para a Qualificação da Cajucultura Familiar para os Mercados Nacionais e Internacionais, do qual participam a EMBRAPA, o NUTEC/Projex e o DED, contando com apoio financeiro do Banco do Nordeste, da GTZ, do MDA e do SEBRAE. Os dois grupos participaram por dois anos na Sala Caatinga-Cerrado na ExpoSustentat em São Paulo e são acompanhados no processo de certificação orgânica e comércio justo. As cooperativas são protagonistas do processo, que levou alguns meses até o início da formação e do acompanhamento dos primeiros 50 produtores para a certificação orgânica e do comércio justo. Com o primeiro grupo e quatro minifábricas em processo de certificação, foi aprovado um projeto no edital do MDA para a certificação orgânica de mais 300 produtores nos Municípios de Barreira e Ocara, que será implementado durante dois anos.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Entre as políticas públicas, vale ressaltar a aquisição de alimentos por intermédio do programa de aquisição de produtos da agricultura familiar (PAA), criado em 2003, segundo proposta apresentada ao Governo pelos movimentos sociais e sindicais rurais em sintonia com o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Teve impactos posi-

tivos, dando aos agricultores familiares a oportunidade de vender produtos com garantia de preço e com pagamentos antecipados. Através do PAA a Companhia Nacional de Abastecimento Brasileira - CONAB adquire alimentos por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

Está substituindo aos poucos os produtos adquiridos do agronegócio para a merenda escolar ou a distribuição de alimentos nas instituições públicas e, em geral, entre populações em situação de insegurança alimentar. A compra direta ao produtor familiar dispensa licitação e valoriza os produtos locais, com preferência aos agroecológicos. Muitos alunos das escolas públicas se alimentam hoje com mel e produtos hortifrutigranjeiros regionais orgânicos e os agricultores recebem até 30% a mais do que o valor de mercado pelos produtos orgânicos.

O objetivo físico, ou seja, a compra de produtos da agricultura familiar, tinha em 2008 a meta de atingir cerca de 400 mil toneladas. Para 2009, esta meta foi acrescida de 18 mil toneladas, atingindo cerca de 420 mil toneladas.

O Instituto de Estudos Sociais e Econômicos INESC fiscaliza a execução orçamentária do PAA (até 24 de novembro de 2008, foram executados apenas 36,8% do total dos recursos alocados); ou seja, dos R\$ 589,9 milhões, apenas foram liquidados R\$ 217,2 milhões. É papel das organizações da sociedade civil monitorar o orçamento federal e cobrar eficiência dos seus gestores para garantir o sucesso e a permanência do programa. Neste sentido, o Projeto AFAM procura estimular a organização dos agricultores para aderir ao programa, convidando representantes da CONAB para diversos eventos, como também incentivar a fiscalização da execução pelas ONGs.¹⁵

Conclusões

As políticas públicas avançaram de forma significativa nos anos passados e proporcionam melhorias na produção e no acesso aos mer-

15 Fonte: www.inesc.org.br

cados. Há muitos desafios, e um levantamento de dados sobre os diferentes processos de comercialização, o volume de produção ecológica já existente e o potencial de conversão com um banco de dados acessível para os produtores e compradores, poderiam dar mais visibilidade às conquistas alcançadas. A organização de produtores junto aos consumidores precisa ser estimulada e contribuir para a formação de mercado, garantindo um preço justo para os produtores, que seja acessível também para consumidores de baixa renda.

Perspectivas

O âmbito político, foi favorável nos últimos anos nos contextos federal e estadual, com o aumento considerável de orçamentos para a agricultura familiar.¹⁶ Portanto, é importante consolidar as novas propostas, que precisam ser asseguradas por intermédio de legislações e mudanças estruturais nas instituições públicas. Tendo em vista o fim do Governo Lula em 2011, deve ser garantida a continuidade dos programas governamentais com bons resultados, recursos orçamentários para a transição agroecológica, a continuação da profunda reforma da ATER já em curso e a reestruturação do ensino médio e superior, segundo os princípios da Agroecologia, promovendo a visão holística e sistêmica nas pesquisas e no ensino.

A transição agroecológica precisa ser consolidada mediante a documentação com registros dos resultados e a sistematização das experiências, tanto dos agricultores como das ONGs e outras entidades.

Finalmente a democratização das informações e dos conhecimentos é fundamental para garantir a continuidade, com a criação de instrumentos para o monitoramento das políticas públicas. Só uma participação ativa dos agricultores na defesa dos seus direitos poderá assegurar que os futuros governos terão que atender as suas demandas.

16 O orçamento federal da agricultura familiar aumentou consideravelmente no Governo Lula. Somente no PRONAF teve um acréscimo de R\$ 8,5 bilhões entre 1999 a 2002 a R\$ 21.5 bilhões entre 2003 a 2008.

ORÇAMENTO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE LUTA POLÍTICA

Edélcio Vigna

O INESC é uma organização não governamental fundada em 1979 e atua politicamente em favor dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCA), no sentido de defender e ampliar a sua efetiva inserção nos programas de governo. Em 1990 o Instituto começou analisar os programas federais de políticas públicas com suporte no Orçamento da União, porque percebeu que havia um profundo descompasso da destinação de recursos em relação à execução financeira e física das metas programadas.

O Governo não tinha qualquer responsabilidade de prestar contas à sociedade civil acerca dos seus gastos. Os recursos públicos, coletados por meios de taxas e impostos e outros instrumentos de captação, eram tratados pelas autoridades federais como se fossem recursos privados. Diante dessa realidade o INESC iniciou um projeto para monitorar os orçamentos públicos e exigir das autoridades o estabelecimento de canais de participação e de controle social dos gastos públicos. Estamos neste embate há dezoito anos e ainda a tarefa está inacabada. Avançamos muito, temos certa visibilidade dos recursos, como são captados e como estão sendo executados física e financeiramente. Ainda há, porém, um longo caminho a percorrer até os estados e municípios.

De acordo com o levantamento produzido pela organização Contas Abertas¹, na região Sul, todos os estados divulgam suas contas na Internet, permitindo o acompanhamento dos gastos públicos. Na região Nor-

1 http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=2388

te – Amapá, Amazonas e Pará. No Nordeste – Bahia e Pernambuco. No Sudeste e Centro-oeste – São Paulo e Mato Grosso, respectivamente.

Como se pode perceber, estamos ainda na pré-história da visibilidade das contas públicas.

Quando foi solicitado um texto sobre Orçamento da União para as organizações do semiárido, a primeira coisa a fazer foi pesquisar quais eram os programas mais importantes e dentro deles quais as ações mais significativas. Para subsidiar a análise, era necessária cada ação ter um ciclo histórico orçamentário para poder comparar os recursos financeiros aprovados e os executados. Era importante, também, ter as metas físicas previstas no Plano Plurianual (PPA) e nas legislações orçamentárias anuais (LOA), e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para nos informar das prioridades. Esse “*kit* informação” é o instrumento básico para podermos iniciar um diálogo com o orçamento.

Mecanicamente, acessamos o Siga Brasil no *site* do Senado Federal e baixamos os orçamentos dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS)², assim, como baixamos os PPAs (2003/2007 e 2008/2010). É importante alertar para o fato de que pode haver diferença de valores e metas entre o PPA e a LOA. Portanto, temos que comparar os dois documentos. Esse exercício é fácil, pois, tanto um quanto o outro estão sempre disponíveis. O que pode acontecer é uma alteração durante a revisão do PPA e o programa ou a ação que ia seguindo, desaparece. Aí, tem que recorrer ao documento de revisão do PPA e checar onde foi parar a rubrica. Nada de desesperar, o Orçamento é (ou devia ser) uma peça clara e nele nada acontece por acaso.

A má visibilidade ou disposição do orçamento decorre de um propósito: por ser uma peça política é envolto pela visão ideológica, cujo objetivo é dificultar o acesso. Há homens públicos que confundem os bens públicos, que são de toda a comunidade, com os bens privados. É aquele tipo que fala a “minha prefeitura, a minha política, o meu centro médico, a minha escola”, esquecendo-se de que tudo isso é demanda social. O comportamento ético está em realizar em conjunto, partilhar as responsabilidades e ensinar o povo a governar. Ao propagandear a ideia de que o orçamento é uma caixa-preta, complexa, o político sem

2 Na última página, segue anexo um roteiro “Passo a passo para utilizar o Siga Brasil” e uma proposta de exercício.

ética está impedindo a participação, está impedindo que a comunidade saiba de onde vem e para onde vai o dinheiro público.

Vamos voltar ao orçamento e deixar esses oportunistas – pois o seu tempo é breve e, se depender de nós, vai acabar logo.

Depois de baixar o *kit* básico, transferimos os orçamentos e o PPA para uma pasta (“semiárido”) e começamos a estudar a lista de programas. Selecionamos alguns programas com alguma vinculação com o semiárido. Em seguida, abrimos a pasta das ações de cada programa selecionado e fizemos o mesmo processo – selecionamos os que tinham relação com o tema. Utilizamos o bom e velho processo científico da galinha: ciscando, catando e separando.

Nesse processo – que parece fácil, mas dá um trabalhão -, selecionamos três programas do MDA (Conviver; Assistência Técnica Rural na Agricultura Familiar; e Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais); três do MMA (Conviver; Pró-Água; e Combate a Desertificação) e um do MDS (Acesso à Alimentação). Como podem perceber, há um programa (Conviver) que é administrado por dois órgãos (MDA e MMA). Destes programas, escolhemos duas ações que tinham um ciclo histórico mais completo.

Com os programas e ações escolhidos, elaboramos um pequeno quadro no Excel. Caso não saiba trabalhar no Excel, trate de aprender rápido, pois este programa (de computador) é a solução para a nossa má formação em ciências exatas. Utilizamos o Excel para fazer os percentuais entre os diversos valores e entre as diversas metas físicas. Depois, utilizamos para fazer uns gráficos para o trabalho ganhar mais visibilidade. Vamos ver os resultados.

Com os dados tabulados, a primeira Tabela ficou da seguinte forma:

Tabela 1 – Histórico da ação (2004-2009)

Programa: Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (1334)						
Ação: Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no semiárido do Nordeste (5160)						
Ano	2004	2005	2.006	2.007	2008	2009
Valor	9.933.000	16.800.000	16.800.000	19.700.000	20.368.000	18.474.188
%		69,1%	0%	17,3%	3,4%	-9,30%
Metas	1.669	9.000	11.400	11.000	18.000	18.000
%		439,2%	26,7%	-3,5%	63,6%	0%

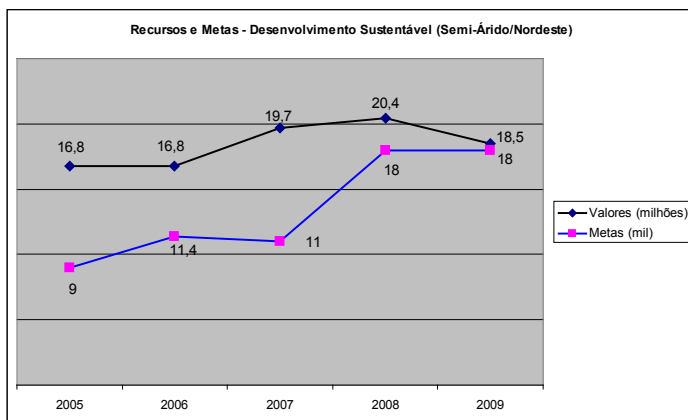
Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Com os dados tabelados, a nossa visão e nosso conhecimento são desafiados a fazer as relações que, aos poucos, vão revelar as coerências e as incoerências dos recursos e da metas orçamentárias. A primeira constatação é de que os recursos são crescentes e, se somados, chegam a R\$ 106,4 milhões. A diferença percentual do primeiro valor (9.993.000) e o último (18.474.188) é de 86%, significando que o governo está priorizando esta ação ao injetar mais recursos. O governo Lula, estima beneficiar 18 mil famílias em 2009.

O que devemos observar, além dos recursos, é se a meta está condizente com a demanda social. Sabe-se que há uma demanda represada, em praticamente todas as áreas sociais, que é histórica e foi aprofundado pela execução de más políticas de redução de desigualdades. Este deficit é muito maior do que a política pública pode suprir ou não lhe atribui a devida prioridade. A demanda, em geral, é elástica e os recursos são limitados. Nesta situação, temos uma disputa pelos recursos entre as diversas demandas para definir uma prioridade na ação política do orçamento. Se, por exemplo, tivermos 100 mil famílias demandando por assentamento no semiárido e o Governo se propõe a assentar uma média de 10 mil (10% do total) por ano, a meta só será alcançada daqui a dez anos, se novas famílias não perderem seus imóveis. Neste caso, se os assentamentos são prioridades, então o governo deveria discutir com a sociedade que políticas de apoio e assistência terão para as famílias não assentadas a cada ano. As organizações do campo têm provocado este diálogo a fim de não abandonar as famílias não assentadas.

O que também ressalta a tabela é a oscilação do crescimento dos recursos. Entre 2004 e 2005, houve um acréscimo percentual de 69,1%. No ano seguinte, os recursos se mantiveram. Isso significa que os técnicos avaliaram que os valores destinados estavam compatíveis com as metas e a baixa inflação verificada em 2005. Em 2007, no entanto, houve um crescimento de 17,3% em relação a 2006. Em 2008, o crescimento foi menor, de 3,4% e para 2009, há uma previsão de diminuição de 9,30%. No gráfico abaixo podemos visualizar melhor esta oscilação.

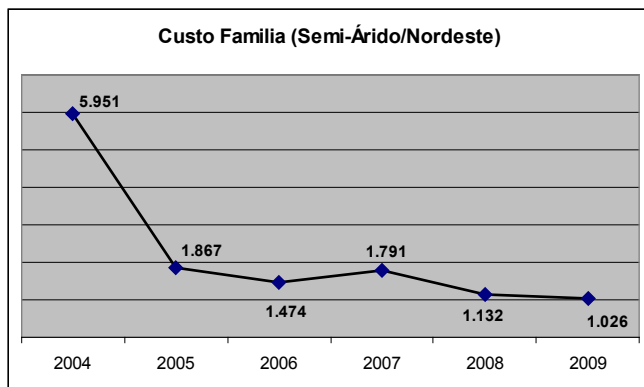
Um gráfico interessante é comparar os valores atribuídos com as metas fixadas.



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Pode-se observar no Gráfico 1 que há tendência de crescimento na linha das metas em relação a linha de valores. Para isso, podemos supor vários fatores como o custo da terra e o crédito inicial, por exemplo, que influenciaram na conta final. Este gráfico pode ser associado ao seguinte, que trata da diminuição do custo por família assentada. Basta dividir os recursos pelas metas previstas para termos essa confirmação. O curioso é que o primeiro valor (definido em 2004) é 4,6 vezes maior que o previsto para 2009. Os recursos saem de um patamar de R\$ 5,9 mil e oscila até R\$ 1,0 mil. No gráfico 2, é visível esta tendência de baixa no custo de famílias assentadas.

Gráfico 02- Custo por família beneficiada



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Se o MDA assentou mais famílias no Nordeste, e como conseguiu baixar o custo desses assentamentos ao longo dos anos, é uma incógnita. Quando pesquisamos nos relatórios de avaliação do Ministério da Fazenda, não encontramos respostas satisfatórias. São essas lacunas explicativas que o Governo Federal deve prover³ que, ao serem cobradas, fazem com que a visibilidade progressiva avance e o cidadão e a cidadã tenham as informações de que precisam em relação aos gastos públicos.

Vamos adiante. O que podemos ainda explorar analiticamente do quadro orçamentário? Há um dado significativo, que é o da execução, ou seja, quanto do valor autorizado, o Governo utilizou no ano ou em uma fração do ano. Quando fizemos a pesquisa sobre os dados orçamentários e a baixamos do Siga Brasil é obrigatório constar essa rubrica. No ciclo histórico orçamentário, constando a rubrica “liquidado” podemos elaborar a Tabela 2.

Tabela 02 - Histórico da alocação e execução dos recursos públicos

Programa: Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais			
Ação: Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no semiárido do Nordeste			
Ano	Autorizado	Liquidado	% Executado (L/A)
2004	9.933.000	9.933.000	100,0%
2005	16.800.000	13.800.000	82,1%
2006	16.800.000	13.800.000	82,1%
2007	19.700.000	17.000.000	86,3%
Total	63.233.000	54.533.000	86,2%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

A execução da ação orçamentária é muito boa. Mantém uma média de aplicação constante, que, se formos verificar, fica na casa

3 Art. 5, XXXIII, Constituição Federal: Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

de 87,6%. Neste ponto, a atuação dos gestores está sendo competente. Há ações cuja execução chega ao final do ano em cerca de 20% ou menos. Isso é um desastre para os beneficiários que deixam de usufruir de seus direitos. O que se pode questionar no caso da ação da reforma agrária no semiárido do Nordeste é se as metas estão condizentes com a demanda social. Esta questão já foi abordada. Outra observação é: quanto o governo deixou de aplicar na ação? Exceto 2004, quando executou 100% dos recursos, nos anos seguintes (2005/2007) houve não-gastos, que, somados, atingem R\$ 8,7 milhões. Como o INESC observa, há algum tempo, estes recursos vão para o superavit primário que serve para pagar a dívida pública.

Para 2008, temos que elaborar uma tabela à parte para não misturar dados fechados com processos em curso. Este exercício é importante para acompanhar anualmente a execução orçamentária. Caso uma organização se proponha a baixar os dados de execução a cada bimestre, por exemplo, terá um ciclo histórico anual muito importante para embasar suas análises, argumentos e reivindicações.

Tabela 3 – Execução orçamentária até 12 de dezembro

Programa: Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais			
Ação: Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no semiárido do Nordeste			
Ano	Autorizado	Liquidado	% Executado (L/A)
2008	20.368.000,00	19.479.093,40	95,6%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal (execução até 13 de setembro de 2008)

A execução de 95,6% em meados de dezembro é uma boa execução em 2008. Este percentual já superou a média dos anos anteriores, que foi, de 86%.

A proposta é continuar a fazer o exercício com outro programa⁴ do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Após repetirmos o processo anterior de baixar os dados, formulamos a tabela inicial.

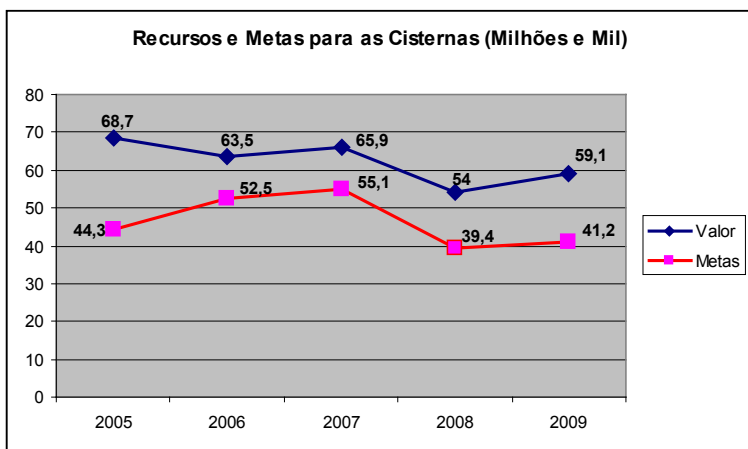
⁴ O programa Acesso a Alimentação (1049) e a ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água (11V1).

Tabela 04 - Histórico da alocação dos recursos públicos

Programa: Acesso a Alimentação (1049)					
Ação: Construção de Cisternas para Armazenamento de Água (11V1).					
	2005	2.006	2.007	2008	2009
Valor	68.712.702	63.511.266	65.996.734	54.027.915	59.196.916
%		-7,6%	3,9%	-18,1%	9,6%
Metas	44.311	52.500	55.125	39.465	41.241
%		18,5%	5,0%	-28,4%	4,5%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Após o primeiro exercício, estamos com o olhar mais aguçado e podemos perceber que os valores não seguem uma tendência única, mas oscilam. Da mesma forma, as metas. A causa desta instabilidade pode ser por economia de recursos ou falta de prioridade governamental. Assim como o anterior, sabe-se que a demanda é grande e o problema é histórico. Por isso, é necessária uma política pública para combatê-lo. No primeiro gráfico vamos visualizar as curvas de instabilidade tanto dos valores como das metas. É necessário lembrar que os valores estão em milhões e as metas em mil.

Gráfico 03 – Recursos *versus* Metas da ação

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Como se pode visualizar, os recursos e as metas são alvo do efeito-gangorra, mas não tanto como os necessitados. O curioso é que não há uma lógica entre os valores e as metas. Para 2006, em relação a 2005, as metas subiram e os recursos caíram. Para 2007, há certo equilíbrio e, para 2008, as metas e os valores despencam. Para 2009, a previsão são os valores subir um pouco mais do que as metas. Sabe-se que a demanda por cisternas no semiárido é grande e as organizações mobilizadas, em torno da Articulação do Semiárido (ASA), por exemplo, poderiam ter um diálogo com o Governo, tendo como base demanda/atendimento/recursos e tempo de equalização do problema.

A execução anual desta ação quando tabulada ficou da seguinte forma:

Tabela 05
Histórico da alocação e execução dos recursos públicos

Programa: Acesso a Alimentação				
Ação: Construção de Cisternas para Armazenamento de Água				
Ano	Autorizado	Liquidado	% Executado (L/A)	Diferença
2005	68.712.702,00	64.259.915,50	93,5%	4.452.786,50
2006	63.511.266,00	62.027.103,45	97,7%	1.484.162,55
2007	65.996.734,00	65.847.176,11	99,8%	149.557,89
Total	198.220.702,00	192.134.195,06	96,9%	6.086.506,94

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Nesta ação, a execução anual é muito boa e faltam poucos percentuais para atingir 100%. O que as organizações podem acrescentar aqui são os dados efetivos da demanda física para contrapor aos dados (valores) executados. Em geral, pode-se estar executando no limite dos 100% porque a demanda é muito forte e as organizações estão mobilizadas. O objetivo aqui é avançar nas metas e nos recursos, obrigando o governo a ampliar a operacionalização da ação. Se esta ação está sendo realizada com participação das comunidades, a cobrança ganha intensidade ainda maior.

Para 2008, até 02 de outubro, a execução está acima de 50% e a previsão é manter o alto nível de aplicação. Como podemos observar na tabela abaixo, dos R\$ 54 milhões autorizados, já foram liquidados mais de R\$ 28 milhões.

Para 2008, até meados de dezembro a execução em 91% e a previsão é manter o alto nível de aplicação. Como podemos observar na tabela abaixo dos R\$ 54 milhões autorizados já foram liquidados mais de R\$ 49 milhões.

Tabela 6 - Execução Orçamentária até 12 de dezembro

Programa: Acesso a Alimentação			
Ação: Construção de Cisternas para Armazenamento de Água			
Ano	Autorizado	Liquidado	% Execução (L/A)
2008	54.027.915	49.187.748,96	91%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Conclusão

É importante reafirmar que este texto tem como objetivo servir mais como uma proposta de roteiro de estudos e de pesquisa do que ser uma análise dos programas e ações selecionadas. É certo que aproveitamos e analisamos alguns dados, mas isso não quer dizer que aprofundamos a análise dos dados nem as possibilidades como deveria. O que interessa é despertar em cada militante o espírito da descoberta do que o orçamento público pode trazer como informação e estímulo para o embate político.

As palavras de ordem são fundamentais para estimular a massa, mas não para debater política pública com as autoridades instituídas. O diálogo institucional deve ser qualificado, no sentido de utilizar dos mesmos códigos e conceitos. As organizações sociais devem se apoderar dos conceitos e utilizá-los como ferramentas no confronto público. Atualmente, não basta para as lideranças sociais ser a favor de uma causa (porque já o são), mas de saber o que e como reivindicar para que uma política pública possa ter impacto efetivo. Enfim, a disputa, por exemplo, não é pelo conceito de reforma agrária, mas pelo fortalecimento das políticas (programas/ações; valores/metast) que garantam a sua real implementação. A luta é a favor das Cisternas, mas o que se vai reivindicar são mais recursos orçamentários e maiores metas físicas para a ação 11V1.

Passo para utilizar o siga:

- 1) <http://www.senado.gov.br/sf/>
- 2) Clicar em **Orçamento** (ao lado esquerdo do site) - http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado
- 3) Abaixo da notícia principal se encontra o **Siga Brasil** (clicar) http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/Siga-Brasil
- 4) Entrará no site onde ao lado direito acima haverá escrito : Acesso Livre
- 5) Clique em **Aceso Livre**: a página do Siga Brasil vai se abrir <http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise115/desktoplaunch/InfoView/logon/logon.object;jsessionid=FFA4A5C1101DBE410E41F2126DCE4AF0>
- 6) Do lado esquerdo há as categorias **Pessoais** e **Corporativas**. Clique em **Corporativas** para abri o menu.
- 7) Bem, agora vamos parar e fazer algumas pesquisas: há coisas interessantes - exemplo: há os orçamentos temáticos (já estão prontos e só clicar); dá para pesquisar, por região, Estado e Municípios; tem o orçamento fiscal e da seguridade (execução), há as receitas (de onde vem o dinheiro), e outras coisas.
- 8) Mas, vamos dar um passo à diante: clique em **NOVO**, na barra acima, para abrir uma janela para pesquisa um novo documento. Clique na opção **Documento do Web Intelligence**. Que vai abrir outra janela. Se abrir uma janelinha clique “run”. É a janela da pesquisa, onde vamos escolher o ano que queremos e o que queremos: **LOA 2008 despesa de execução** (pode pesquisar qualquer ano disponível)
- 9) Irá abrir uma outra janela (java) que vai trazer todo o menu e possibilitar a pesquisa.
- 10) Vamos fazer um exercício simples: do lado esquerdo estão os filtros: clique em **Órgão e Unidades Gestoras** – vai abrir outro menu, escolha: **Órgão (Cód/Desc)** e arraste para a parte inferior do quadro ao lado (filtros de consulta). No quadrinho ao lado (escolha uma constante – dê um clique e escolha: **Valores da Lista** ai você vai escolher o Ministério do Meio Ambiente/44000 e dê um OK). Bem vc já tem um filtro. Vamos ocupar a parte superior.

- 11) Clique do lado esquerdo a **Funcional e Programática**. Abaixo escolha **Programa (Cód/Desc)** e de dois cliques que ele vai saltar para a parte superior.
- 12) Depois escolha abaixo no menu: **Valores da Execução Orçamentária**. Vai abrir uma lista: escolha: **Valor Autorizado** e dê um clique que ele vai para o lado do item Programa.
- 13) Depois mais abaixo tem **Empenho**, abra a caixa e escolha: **Liquidado (Subelemento)**. Dê um clique que ele vai para o lado do Autorizado.
- 14) Daí, o ultimo passo: basta clicar em **Executar Consulta**.
- 15) Ai está sua consulta na tela. Para passar sua consulta para o seu computador basta ir à caixinha **Salvar** na barra e escolher para **meu computador Excel** ou qualquer outro modelo.

ANEXO I

A REDE MACAMBIRA – AGÊNCIAS E ONGS APOIADAS PELA UNIÃO EUROPEIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO



REDE MACAMBIRA

Um grupo de ONGs e Agências com projetos apoiados pela União Européia no semi-árido do Nordeste, realiza desde 2006 encontros para trocar experiências. Dias 30 e 31 de outubro foi realizado o IV Encontro em Itamaracá – PE, onde a Rede foi batizada de MACAMBIRA, uma planta nativa, que cresce em todo o Sertão, até na rocha, e é usada para a alimentação dos homens e dos animais durante os longos períodos de seca.

A missão da Rede é ser um espaço de articulação, partilha de aprendizagens e experiências para a promoção de reflexões e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro, como foco na agricultura familiar agroecológica, no meio ambiente, no protagonismo comunitário e juvenil e nas políticas públicas. As estratégias são a elaboração de programas e projetos inovadores, ações de *advocacy* e *lobby*, o fortalecimento do diálogo com a sociedade, a ampliação das capacidades das organizações e a mobilização de recursos.



ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS – AQCC

A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) foi criada em 17 de julho de 2000 com a missão de promover o desenvolvimento de Conceição das Criou-

las. Entre seus objetivos estão a luta pela terra, a garantia de educação e saúde diferenciadas, o fomento ao desenvolvimento sustentável e a preservação dos costumes, tradições e história da comunidade.

Além da mobilização interna da comunidade, a AQCC tem também um papel de destaque na organização das comunidades quilombolas de Pernambuco. Em 2003, sediou o II Encontro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, quando foi criada a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas do estado. Atualmente, a AQCC sedia a comissão estadual.

O trabalho da AQCC é realizado por suas cinco comissões temáticas: patrimônio; educação, cultura e esportes; geração de renda; saúde e meio ambiente; e comunicação. A comissão de comunicação realiza o trabalho de divulgação da comunidade e de publicação do informativo “Crioulas: a voz da resistência”.

Contato

Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

Fone: (87) 3946-1011

Caixa Postal 16

CEP 56000-000

Salgueiro – PE



CAATINGA

O CAATINGA surgiu a partir do Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase, que instalou em Ouricuri-PE, no ano de 1986, o Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri – CTA-O, atuando no desenvolvimento e difusão de tecnologias alternativas apropriadas as condições das Famílias Agricultoras do semi-árido; dois depois (1988), o CTA-O institucionalizou legalmente como uma Organização Não Governamental de direito privado sem fins lucrativos, passando a denominasse como Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA. É uma Organização Não-Governamental (ONG) que tem como objeto central de sua ação o desenvolvimento humano e sustentável de famí-

lias agricultoras no semi-árido brasileiro. Tem como foco geográfico de atuação o Sertão do Araripe no Estado de Pernambuco. Com sede na Cidade de Ouricuri, atuando diretamente em dez municípios que compõem este território. Em relação à atuação em políticas públicas e à articulação de parcerias para a discussão e formulação de políticas, estratégias e propostas técnicas de convivência com a Semi-áridez, o referencial geográfico é o Semi-árido brasileiro.

O trabalho da instituição é orientado pela ciência da agroecologia, parte de dois princípios básicos: o primeiro é a valorização da cultura local e da conservação dos recursos naturais, bem como das relações sociais, para a fundamentação de práticas sustentáveis de convivência com o semi-árido brasileiro; o segundo princípio é a combinação entre conhecimentos locais e informações científicas como base fundamental para desenvolver e implementar propostas de convivência com o Semi-árido. O público prioritário, beneficiário da atuação do CAATINGA, são as famílias agricultoras, com ênfase nos papéis específicos de mulheres e jovens. Trabalha para melhorar a vida dessas famílias buscando formas e métodos para a viabilização da estabilidade do processo produtivo, pela promoção da relação harmônica com o ambiente e pelo baixo uso de insumos externos.

Missão Institucional

O Caatinga tem como missão, construir uma proposta de intervenção de educação e desenvolvimento agroecológico que possa servir de referencial para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar da região semi-árida brasileira.

Objetivos gerais do Caatinga

- Contribuir para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e enraizado na participação democrática de todos os envolvidos;
- Contribuir à elaboração de políticas públicas que sejam apropriadas à situação econômica, social e ambiental da região semi-árida, como também trabalhar com outras ONGs e movimentos sociais na luta para a implementação dessas políticas;

- Contribuir para reforçar a organização dos trabalhadores, combinando ações gerais em nível nacional e internacional com ações em nível municipal e microrregional.

-



CECOR

O Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR – foi fundado em agosto de 1992, por agricultores e agricultoras, principalmente lideranças sindicais do sertão de Pernambuco, tendo como principal objetivo desenvolver, implantar, sistematizar e difundir experiências, utilizando tecnologias adaptadas à região, tendo como base a agroecologia, para melhor convivência com o semi-árido.

As ações do CECOR estão calcadas em dois eixos temáticos:

- **Convivência com o Semi-Árido:** tem sua abordagem voltada para a intervenção nas áreas da Criação de Pequenos Animais, Conservação e Recuperação de Solos, Manejo da Caatinga, Olericultura Orgânica, Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e Recursos Hídricos, considerando inclusive a questão da Segurança Alimentar.

- **Acesso a Mercado:** a intervenção nesse eixo está voltada para as ações de acesso ao mercado, dos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento das organizações comunitárias e suas vertentes.

A proposta de intervenção tem como base a capacitação de grupos e famílias de agricultores e agricultoras, através da realização de cursos, treinamentos, oficinas, seminários, intercâmbios e implantação e monitoramento de experiências, através de visitas periódicas às comunidades rurais envolvidas no processo.

Missão

Incentivar e promover a construção e o fortalecimento de iniciativas sustentáveis de convivência com o Semi-Árido, voltadas para melhorar a vida dos/as agricultores/as familiares tendo como base a Agroecologia.



CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DE ASSESSORIA AO TRABALHADOR - CETRA

Em 1977, dois advogados e uma assistente social rodavam o interior do Ceará a bordo de

um fusquinha amarelo prestando assessoria jurídica a trabalhadores/as rurais na luta pela terra. O que começou com caráter quase voluntário foi crescendo até que, em 1981, o trabalho dos três parceiros foi oficializado. Nascia, em Fortaleza, o CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, uma organização não-governamental sem fins lucrativos. De lá pra cá, o CETRA cresceu e passou por algumas transformações, sempre acompanhando as mudanças políticas e sociais do país. A demanda também acompanhou essas transformações: da luta pela terra, passou-se a apoiar a luta na terra. O desafio não era mais só conquistar a terra, mas também promover a qualidade de vida dos/as agricultores/as na terra conquistada. Em 2002, por meio de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o CETRA reformulou sua estrutura e estabeleceu eixos e linhas de trabalho para enfrentar os novos desafios. Hoje, o CETRA continua empenhado em fazer valer os direitos de agricultores/as familiares, promovendo o desenvolvimento econômico e social, a auto-organização comunitária, a geração de renda, a cidadania, a solidariedade e a inclusão de mulheres e de jovens.

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

Rua Tibúrcio Cavalcante, 2953 - Dionísio Torres - Cep 60125-101
Fortaleza - Ceará - Brasil -

Fone: (85) 3247.1660

cetra1981@cetra.org.br - www.cetra.org.br



CHAPADA

O Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe, CHAPADA, foi criado e legalizado em 1994. É uma associação civil de direitos privados sem fins lucrativos, de caráter técnico e agroecológico, socioeconômico e educacional.

Missão Institucional

Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da agricultura familiar, com recuperação e conservação da caatinga, principalmente por meio da agroecologia e inserção de jovens e mulheres nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), na mesorregião do Araripe.

Visão de Futuro

Ser uma referência em processos e metodologias de desenvolvimento agroecológico e capacidades empreendedoras na agricultura familiar, favorecendo o protagonismo juvenil e relação equitativas de gênero.

Atuação

O CHAPADA atua nos dez municípios da região do Araripe Pernambuco. São protagonistas nas ações da entidade os agricultores e as agricultoras familiares organizados em associações, cooperativas e sindicatos, associações de mulheres, grupos de jovens, conselhos e fóruns. Em especial, os fóruns de desenvolvimento de cadeias produtivas e das APLs.

Programas

- Agroecologia e convivência com o Semi-Áridos;
- Empreendedorismo na agricultura familiar e Acesso a mercados.
- Protagonismo Juvenil
- Comunicação e fortalecimento institucional

Em todos os programas do CHAPADA, a igualdade de gênero e tratada como prioridade, com ênfase na visibilidade e valorização do trabalho, participação e direitos de cidadania das mulheres.



CENTRO NORDESTINO DE PLANTAS MEDICINAIS - CNPM

Somos uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 1988, que iniciou suas atividades com o objetivo de resgatar o uso das plantas medicinais. O projeto começou em algumas comunidades do bairro de Casa Amarela, no Recife e, posteriormente, abrangeu localidades da região metropolitana e do Estado de Pernambuco, (Brasil).

Atualmente, desenvolvemos um trabalho de formação, mobilização e articulação de grupos populares no campo da Promoção da Saúde, para intervenção nas políticas públicas relacionadas à área, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, na perspectiva do resgate e valorização do saber/saber fazer popular, a partir de uma visão integral e holística. Para atingir nossos objetivos, contemplamos os seguintes programas: Direito Humano à Saúde e

Controle Social (CS);Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Gênero, Sexualidade e Direitos (GSD);Desenvolvimento Sustentável e Plantas Medicinais (DSPM) e Articulação e Apoio (AA).

Centro Nordestino De Medicina Popular

Rua Cleto Campelo, 255 - Bairro Novo

CEP: 53030-150 - Olinda / Pernambuco / Brasil

Telefone: (81) 3439-5215 - Fax: (81) 3429-3517

E mail: cnmp@cnmp.org.br



DIACONIA

Missão institucional

“Contribuir para a construção solidária da cidadania e a garantia dos direitos humanos¹ da população excluída na perspectiva da transformação social, preferencialmente na região Nordeste do Brasil”.

Ambiente de atuação

A Diaconia atua nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, em mais de 40 municípios, focando o desenvolvimento humano e a garantia de direitos de comunidades urbanas e famílias agricultoras do Semi-Árido. A ação da Diaconia é concretizada a partir dos seguintes programas:

- Programa de Apoio à Agricultura Familiar - PAAF.
- Programa de Apoio à Ação Diaconal das Igrejas - PAADI.
- Programa de Promoção da Criança e do Adolescente - PPCA.

Estes programas estão direcionados ao segmento de *crianças, adolescentes e suas famílias* - nas regiões metropolitanas do Recife e Fortaleza - *às famílias de agricultores e agricultoras familiares* do semi-árido - especialmente em Pernambuco e no Rio Grande do Norte - e *às comunidades eclesiais ou locais*, em apoio à Ação Social de Igrejas Cristãs Evangélicas parceiras no Recife, Fortaleza e Natal.

Principais linhas de atuação

- Meio Ambiente;
- Agroecologia e acesso a mercados;

¹ Direito humano compreendido como uma categoria indivisível que engloba os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCA)

- Segurança Hídrica e Segurança Alimentar;
- Criança, adolescente e Juventude;
- Direitos Sexuais Reprodutivos e acolhimento de pessoas vivendo e convivendo com o HIV Aids;
- Gênero e Violência.



Konrad
Adenauer
Stiftung

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

A Fundação Konrad Adenauer está ligada ao movimento democrata-cristão e leva o nome do primeiro chanceler da República Federal Alemã, o Dr. Konrad Adenauer. A Fundação oferece formação política e cívica, levando a cabo investigação científica bem como a investigação para projetos políticos, oferece bolsas para pessoas especialmente qualificadas, investiga a história da Democracia Cristã, assim como apoia e fomenta a unificação europeia, o entendimento internacional e a cooperação no setor da política de desenvolvimento.

Internacionalmente a Fundação Konrad Adenauer promove a cooperação internacional superando as fronteiras culturais nacionais. Suas atividades têm o objetivo de fomentar a democracia, introduzir e manter o pluralismo na sociedade e apoiar os processos de auto-ajuda. Suas atividades se baseiam na convicção de estabelecer os direitos humanos assim como promover as oportunidades para a participação política e social que são indispensáveis para a coexistência pacífica das nações e para a solução dos problemas sociais e econômicos da humanidade.

A Fundação Konrad Adenauer mantém desde 1988 um escritório para o Nordeste, onde realiza um programa de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em parceria com atualmente duas organizações não governamentais nos Estados Pará e Rio Grande do Norte, além de diferentes parceiros na realização de projetos de formação. O escritório da Fundação em Fortaleza lança ao ano cerca de 10 publicações. A colaboração com parceiros na realização de diversos eventos inclui tanto instituições do Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente), Secretarias do Governo Estadual, Universidades e organizações da sociedade civil. Os temas são o desenvolvimento sustentável local e regional, a Agenda 21, participação cidadã, desenvolvimento ur-

bano, combate à pobreza, política ambiental, reformas políticas e modernização da administração e o fortalecimento do Terceiro Setor.

Desde 2006 coordena o Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado – AFAM, co-financiado pela União Européia, com os parceiros institucionais Núcleo de Iniciativas Comunitárias – NIC, CETRA e o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, além de outros parceiros.

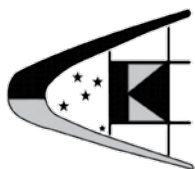


NÚCLEO DE INICIATIVAS COMUNITÁRIAS - NIC

O NIC – Núcleo de Iniciativas Comunitárias é uma organização da sociedade civil, criada em Janeiro de 2005 com a missão de mobilizar a população aliada dos direitos cidadãos a somar competências para a melhoria da qualidade de vida. Nossas iniciativas visam promover a auto-estima das pessoas, assim como a construção de novas perspectivas de futuro para as famílias beneficiadas. Nossa atuação territorial na Região do Maciço de Baturité se dá através de assessoria técnica aos agricultores(as) familiares, visando o fortalecimento da agricultura familiar através de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos e a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Missão

Nossa missão é executar melhores práticas – em parceria com instituições governamentais, privadas e da sociedade civil – que promovam o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva agroecológica com a utilização de tecnologias adequadas pelas comunidades nas áreas de atuação do NIC.



OBRA KOLPING DO BRASIL NA REGIÃO NORDESTE

A Obra Kolping do Brasil (OKB) é uma entidade civil, beneficente, sem fins lucrativos. No Nordeste a Obra Kolping está presente desde 1974 e atua nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí. Cada Estado dispõe de uma direção estadual e de um(a) ou mais

assessores(as) técnicos(as). Nestes Estados, mais de 140 Comunidades Kolping (CK's) reúnem 4.700 associados. As CK's também são associações sem fins lucrativos.

As Diretorias das Obras Kolping Estaduais do Nordeste, eleitas pelas CKs, em sintonia com a Obra Kolping do Brasil e Obra Kolping Internacional, criaram um Comitê NE que planeja as ações e os projetos comuns para a Região.

Existe em Fortaleza – CE um Escritório de Coordenação do Nordeste – ECN, que está a serviço das articulações em nível de região.

Missão

A Obra Kolping tem por **missão** a formação integral de homens e mulheres, nos aspectos religiosos, profissionais, familiares, sociais, associativos, comunitários, culturais, recreativos e políticos, visando à transformação das realidades sociais, através da formação e ação social e da intervenção em espaços institucionais.

Fundamentos

Toda ação da Obra Kolping recebe inspiração e força de três fontes: a Pessoa e o Evangelho de Jesus Cristo, o Ensino Social da Igreja e o exemplo e o ideal do seu fundador, Adolfo Kolping.

As Comunidades Kolping (CKs) são instâncias vitais desta ação. Seu trabalho se baseia na vida comunitária de seus membros reunidos em pequenos grupos.

Objetivo Geral

A Obra Kolping contribui com a criação de uma sociedade mais justa, humana e solidária, através de programas de ação que combatem a exclusão social nos níveis local e regional, na perspectiva do exercício pleno da cidadania.

Eixos Temáticos

Os “Eixos” são temas transversais que estão presentes nos quatro programas de ação:

Espiritualidade e mística;

Inclusão cidadã;

Igualdade de gênero;

Formação associativa e humana;

Respeito e preservação da vida.



REDE PARDAL

Constituída em 1999, a Rede Programa de Assessoria Rural para o Desenvolvimento e a Autonomia do Local, conhecida por Rede Pardal, no Rio Grande do Norte, e surgiu devido à necessidade de uma ação mais integrada e articulada entre parcerias que possuíam e, reafirmam até hoje, afinidades políticas e institucionais.

Composta por nove instituições que assessoram áreas de assentamentos e comunidades rurais no estado, a Rede Pardal é constituída pelas seguintes entidades: AACC, Centro Padre Pedro, Centro Terra Viva, Centro Proelo, Ceacru, Coopervida, Techne, CPT e Sertão Verde.

Com uma atuação territorial, nas regiões Oeste e Mato Grande do RN, o objetivo geral da Rede Pardal é prestar assessoria técnica, gerencial e pedagógica às ações populares de desenvolvimento sustentável no RN, visando à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de seus atores sociais.

Contato: AACC



SERVIÇO INTERNACIONAL

O **Serviço Internacional (IS Brasil)** é uma organização não governamental que apóia organizações locais na América Latina, África e Oriente Médio, através de cooperantes e projetos de co-financiamento. Foi fundada em 1953 e é a mais antiga agência britânica de voluntários.

O IS trabalha para promover o desenvolvimento social sustentável e os direitos humanos para todas e todos, em parceria com organizações locais – governamentais e não governamentais. Nossa missão é combater a pobreza e a opressão, através do fortalecimento das organizações que promovem os direitos dos grupos mais excluídos nos países onde atuamos.

O Serviço Internacional coordena o projeto “Promovendo Meios de Vida Sustentáveis para a Agricultura Familiar em Pernambuco”, com o apoio da União Européia.

O projeto ‘**Promovendo Meios de Vida Sustentáveis para a Agricultura Familiar em Pernambuco**’ é coordenado pelo Ser-

viço Internacional (IS Brasil) em parceria com quatro ONGs pernambucanas(CHAPADA de Araripina, CECOR de Serra Talhada, CNMP de Olinda e AQCC de Salgueiro), e é co-financiado pela União Européia.

O projeto apóia o desenvolvimento da agricultura familiar no Serião do Araripe, do Pajeú e no Agreste de Pernambuco em uma perspectiva agroecológica, sem uso de agrotóxicos e preservando o meio ambiente.

Os objetivos do projeto são:

1. Aumentar a produção, o acesso e o consumo de alimentos produzidos localmente e de forma sustentável, através da introdução de sistemas agroecologicos de cultivo e através da participação dos agricultores familiares nas feiras agroecológicas locais.
2. Aumentar a segurança da renda pelo fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares de produzir, processar e comercializar crescente quantidade de produtos agroecologicos de qualidade e de gerenciar o processo de produção de forma efetiva e sustentável.
3. Promover a recuperação, a gestão e a preservação ambientais através da introdução e fortalecimento de sistemas agroecologicos de cultivo.

ANEXO II

CARTA DE RIACHINHO¹

Nosso coletivo é formado pelas organizações da sociedade civil e pelas agências de cooperação que têm programas em parceria voltados para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido Brasileiro, com projetos (vigentes ou já realizados) co-financiados pela União Européia².

Queremos juntos promover uma maior sinergia entre nossos projetos, no sentido de compartilhar aprendizagens e experiências. Buscamos, especialmente, potencializar nossa intervenção nos territórios em que atuamos, e, assim, enxergarmos impactos positivos na vida das comunidades e dos agricultores e agricultoras familiares que vivem no Semi-Árido Brasileiro, a partir da execução dos projetos.

É desejo nosso promover e intercambiar experiências que tenham como princípio a convivência com o semi-árido, na abordagem da agroecologia, assegurando o acesso da população rural da região a ativos fundamentais para o desenvolvimento humano sustentável da mesma: à água (tanto para consumo como para a pequena produção); à terra (através de uma reforma agrária adequada à região); à seguran-

1 Essa Carta foi elaborada no II Encontro de ONGs e Agências apoiadas pela União Européia no Semi-Árido, realizado entre 2 e 4 de setembro de 2007 no Riachinho, Vale do Capão, Município de Palmeiras (BA), Chapada Diamantina; foi hospedeiro o CAA (Centro Agroecológico do Assuruá). O I Encontro aconteceu em 31 de outubro e 1 de novembro de 2006 em Ouricuri (PE), nas dependências do CAATINGA.

2 São convidadas a participar da Articulação organizações que elaboraram projetos completos para a UE (mesmo que os mesmos não tenham sido aprovados), e outras organizações parceiras das agências de cooperação que tenham ação no semi-árido.

ça alimentar e nutricional (acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente); à assistência técnica apropriada (condizente com a abordagem da convivência com o semi-árido); ao crédito; a mercados (locais, nacionais, especialmente os institucionais), para a comercialização da produção; a serviços públicos essenciais (educação adequada ao campo, atendimento de saúde de qualidade, e seguridade social universalizada); as instâncias de tomadas de decisão (participação em fóruns e conselhos); as políticas afirmativas que reduzam a desigualdade, a pobreza e a vulnerabilidade dessa população, tanto a riscos climáticos (especialmente as secas periódicas) como à opressão política.

Entendemos que esses acessos significam direitos, e que a consciência dos mesmos e a exigibilidade de sua garantia, constituem condições essenciais para a promoção de uma verdadeira cidadania dessa população, e sua gradativa libertação de esquemas clientelistas que historicamente a tem subjugado e a mantido na extrema pobreza. Portanto, a influência em políticas públicas que valorizem e promovam a região e o seu povo é uma das principais metas de nossa Articulação.

Além disso, entendemos que é fundamental a promoção de ações afirmativas em prol da justiça de gênero, ações essas que devem nascer de dentro de nossas próprias organizações e se estender aos programas e projetos por nós desenvolvidos com mulheres e homens no semi-árido. As práticas patriarcalistas secularmente afirmadas pelo sistema social nessa região devem ser rompidas para que seja garantida a sustentabilidade do desenvolvimento que almejamos.

Da mesma forma, propomos ações afirmativas para crianças, jovens, idosos, negros e índios. Acreditamos que é na superação das desigualdades originadas por diferenças regionais, de gênero, geração, raça/etnia e classe, que podemos construir uma nova sociedade brasileira, mais justa e mais pacífica.

Nossa Articulação é apenas um sub-conjunto de diversas outras redes de organizações que atuam no Semi-Árido, entre as quais destacamos a ASA (Articulação no Semi-Árido) e a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia); as organizações-membro fazem parte de diversos outros fóruns, conselhos, e outras articulações/redes. Queremos, coletivamente, fortalecer essas redes e aumentar a capacidade desses movimentos da sociedade civil de influenciar políticas públicas

que beneficiem agricultores\as familiares da região. Esperamos assim que essas redes e instâncias entendam nossa articulação particular e nos recebam com simpatia e solidariedade.

Queremos desenvolver aprendizagem tanto para fora – ou seja, melhorando o impacto de nossos projetos junto ao público com que nos relacionamos – como para dentro – melhorando a efetividade, a transparência e a competência de nossas próprias organizações e intervenções; compartilhamos também experiências de desenvolvimento institucional, de planejamento, de monitoramento participativo, de utilização de ferramentas³, de softwares e sistemas de processamento, de modelos de gestão, de treinamento, de avaliação de pessoal, de integração de gênero, de prestação de contas à sociedade. A própria complexidade de gerir projetos apoiados pela UE nos desafia a esse intercâmbio e ao progresso gradativo de nossas organizações.

Temos contado com a simpatia e o apoio da Delegação da União Européia no Brasil⁴. Nossa condição de co-financiados pela UE nos abre oportunidades de acesso a recursos mais amplos, que nos permitem, portanto, pensar em estratégias de desenvolvimento mais amplas do que contaríamos sem esse apoio. Estamos conscientes das responsabilidades que essa possibilidade nos traz, o que nos motiva ainda mais a promover o intercâmbio entre nossas experiências. Somos uma comunidade de aprendizado, certamente, que quer atingir uma escala maior em nossas intervenções conjuntas.

Por um Semi-Árido possível, viável e justo!
Estamos juntos.

Riachinho, 4 de setembro de 2007.

REDE MACAMBIRA

Em 2006, um grupo de ONGs e Agências com projetos apoiados pela União Européia no Semiárido brasileiro lançou a proposta de um encontro com o objetivo de compartilhar experiências e metodologias de trabalho. A partir desses encontros se formou a REDE MACAMBIRA, em homenagem a uma planta nativa que cresce em todo o Sertão, até nas rochas, e é usada para a alimentação de homens e animais durante os longos períodos de seca.

A **MISSÃO** da REDE MACAMBIRA é ser um espaço de articulação, partilha de aprendizagens e experiências para a promoção de reflexões e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro, com foco na agricultura familiar agroecológica, no meio ambiente, no protagonismo comunitário e juvenil e nas políticas públicas.

Da sociedade civil e dos movimentos sociais vem importantes iniciativas, que contribuem com a formulação de políticas públicas, programas e projetos, como também legislações no semiárido do Nordeste brasileiro.

Esta publicação mostra a diversidade dessas experiências desenvolvidas pelas ONG's nessa região, que participam da Rede Macambira para trocar experiências na realização de projetos cofinanciados pela União Européia e coordenados em parceria com agências internacionais.



ISBN 978-85-99995-16-7



9 788599 995167

